



n . 4  
Out-Dez  
2 0 2 4

# BOLETIM OPSA



# BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Corpo Editorial

### Editor Executivo

---

Guilherme Domingues Fritz

### Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Diogo Ives de Quadros

### Editoria de Redação

Beatriz Bandeira de Mello

Débora Bedim Loures

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Guilherme Domingues Fritz

Isabella Pereira

Jefferson Nascimento

Júlia Furtado Reis

Kethlyn Winter

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Matheus Petrelli

Stephanie Braun

Thaís Jesinski Batista

### Observatório Político Sul-Americano

[opsa.com.br](http://opsa.com.br)



Instituto de Estudos Sociais e Políticos  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Rua da Matriz, 82 - Botafogo  
Rio de Janeiro – RJ  
(21) 2266-8300



# Sumário

## EDITORIAL

### TRUMP 2.0 E A MULTIPLICAÇÃO DE INCERTEZAS

DIOGO IVES, MARIANNA ALBUQUERQUE E MARIA REGINA SOARES DE LIMA.....PÁGINA 04

## ARTIGOS

### MONITOR ELEITORAL: A ESTABILIDADE POLÍTICA EM UM CENÁRIO REGIONAL VOLÁTIL: AS ELEIÇÕES DO URUGUAI EM 2024

DÉBORA BEDIM LOURES.....PÁGINA 08

## GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### CASA DE POVOS E COMUNIDADES DA FLORESTA: O PAPEL DO FÓRUM SOCIAL PANAMAZÔNICO NA CONCERTAÇÃO TRANSNACIONAL DE AMAZÔNIDAS

JANAÍNA PINTO.....PÁGINA 19

### A POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA COMO FERRAMENTA PARA A PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

ANDRÉS LONDOÑO NIÑO.....PÁGINA 26

### MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: OUTUBRO DE 2024

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 37

### MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: NOVEMBRO DE 2024

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 59

### MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: DEZEMBRO DE 2024

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 74

# Editorial

## *Trump 2.0 e a multiplicação de incertezas*

O retorno de Donald Trump à presidência dos EUA, a partir de janeiro de 2025, vem sendo marcado pela adoção de diversas medidas unilaterais em matérias variadas de política externa, em uma franca fragilização do multilateralismo global. Se, por um lado, as posturas de isolacionismo e nacionalismo não surpreendem em face do histórico do primeiro governo Trump e das promessas explicitadas na campanha presidencial de 2024, por outro lado, a velocidade com que as ações vêm sendo anunciadas e a disposição em contrariar múltiplos interesses, inclusive de aliados tradicionais dos EUA, como potências europeias e o Canadá, chamam a atenção. No caso do Brasil, conflitos de interesses vêm se acumulando em áreas como economia, meio ambiente, migrações e combate à desinformação virtual. Apesar de o país não ser um foco de atenção da Casa Branca até o momento, o cenário indica que a política externa do governo Lula 3 terá de lidar com uma ampliação de adversidades aos seus princípios e objetivos nos próximos dois anos.

No âmbito da economia, a agenda do novo governo Trump vem sendo marcada por um intenso protecionismo comercial, justificado pelo objetivo de reindustrializar os EUA. No dia 2 de abril, o presidente anunciou uma elevação de tarifas sobre importações que serão aplicadas a todos os países que também taxam compras dos EUA. As alíquotas variarão conforme o tamanho do déficit que os EUA têm no comércio bilateral. Ao Brasil, será aplicada a tarifa mínima no rol de opções anunciadas por Trump: 10%. O valor é inferior ao anunciado para China (34%), Taiwan (32%), África do Sul (30%), Índia (26%), Japão (24%), União Europeia (20%) e Israel (17%), por exemplo. Entretanto, o valor pode subir para bens específicos, como nos casos do aço e do alumínio, que terão uma sobretaxa de 25%, conforme havia sido anunciado em fevereiro. Ambos os setores são importantes na pauta exportadora do Brasil para os EUA.

Por sua vez, as reações do governo brasileiro ao protecionismo estadunidense começaram desde a confirmação da vitória de Trump na eleição de 2024. Em dezembro daquele ano, o Mercosul e a União Europeia se apressaram em fechar um acordo de livre comércio, que estava travado havia dois anos devido a resistências lideradas pela França, receosa dos impactos que uma facilitação de importações poderia ter para o seu setor agrícola. Ainda que o processo de ratificação não prometa ser simples, a superação dos impasses em prol da assinatura do acordo foi um recado político de que os países-membros dos dois blocos estavam dispostos a estreitar a cooperação, em meio às dificuldades que se anunciavam nas relações comerciais com os EUA.

Posteriormente, em face do anúncio de sobretaxas para aço e alumínio, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, criticou a medida devido ao seu potencial de diminuir o comércio bilateral e prejudicar o crescimento da economia global. Entretanto, em vez de retaliar, o governo brasileiro preferiu seguir uma rota de negociação com a Casa Branca, a fim de persuadir os EUA a implementar quotas de importação para os dois produtos, no lugar das tarifas, conforme um precedente alcançado no primeiro governo Trump. Se as negociações não surtirem efeito, porém, o presidente brasileiro já prometeu levar o imbróglio para a Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, este pronunciamento tem, no momento, efeito apenas simbólico, pois a OMC está praticamente inativa em função do próprio Trump que, em seu primeiro mandato, deixou de nomear peritos para integrar o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

Em outra frente, no dia 1º de abril, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado brasileiro aprovou a Lei de Reciprocidade para Sanções Comerciais, que, se aprovada em

todos os trâmites pelo Congresso, permitirá que o Brasil adote retaliações contra importações norte-americanas antes de decisões da OMC. Caso venha a ser feita, a aprovação da lei no Congresso é muito sugestiva da reação do agronegócio ao “tarifaço” de Trump, uma vez que este é um setor que pode ser severamente atingido pela decisão do presidente norte-americano. A questão pode criar, inclusive, uma fissura entre Bolsonaro, que aprovou a decisão comercial de Trump, e seus fiéis aliados do agronegócio.

Simultaneamente, o governo brasileiro tem buscado promover acordos comerciais com outros parceiros além da União Europeia. Em março de 2025, Lula viajou ao Japão e ao Vietnã, em um sinal de que a Ásia é vista como uma alternativa para compensar a possível perda de mercado nos EUA por empresas brasileiras. Com os dois países, foram lançados planos de ação para a implementação de parcerias estratégicas, os quais, entre outros objetivos, procurarão expandir as relações econômicas bilaterais. A expectativa é de que haja um aumento de exportações brasileiras variadas, desde carne bovina a aviões da Embraer. Além disso, o presidente brasileiro declarou apoio para que o Mercosul negocie acordos de livre comércio com os dois países, assim como demonstrou interesse em aumentar parcerias com países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Na área de meio ambiente, Trump mantém seu conhecido discurso de negacionismo climático. Nos primeiros dias de mandato, concretizou sua promessa de campanha de retirar os EUA do Acordo do Clima de Paris, com a justificativa de que colocava fardos excessivos sobre a indústria nacional. O movimento sinaliza uma falta de disposição dos EUA em cooperarem na redução das emissões de gases de efeito estufa pelos próximos quatro anos, em um contexto de agravamento da emergência climática global. Em 2024, pela primeira vez, a temperatura do planeta ficou 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, marco que o Acordo de Paris estabeleceu como limite ideal para o ano de 2100. Em vez de uma intensificação de esforços para reagir ao problema, a saída dos EUA tende a significar, em termos materiais, uma menor oferta de recursos financeiros para países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, implementarem políticas de mitigação e adaptação climática.

A decisão de Trump também lança incertezas sobre a COP30 do Clima, que será organizada pelo Brasil, na cidade de Belém, em novembro deste ano. A ausência dos EUA no encontro tende a dificultar a formação de consensos ambiciosos, na declaração final da cúpula, para conter as mudanças climáticas. O embaixador brasileiro André Côrrea do Lago, indicado por Lula para presidir a COP30, vem destacando a necessidade de os países diversificarem parcerias internacionais para alcançarem as metas do acordo. Apesar do apelo, há dúvidas sobre o grau de ambição que os países demonstrarão nas suas novas Contribuições Nacionalmente Determinadas, que devem anunciar na COP30, em um cenário no qual os EUA não estão dispostos a colaborar com os custos de cortar suas emissões de gases de efeito estufa.

No tema da desinformação virtual, empresas privadas dos EUA têm se alinhado ao discurso de Trump em favor de uma liberdade de expressão irrestrita, mesmo quando haja violações de direitos humanos. Em janeiro, a Meta anunciou o fim do serviço de checagem corporativa de *fake news* nas redes sociais que administra pelo mundo, tais como WhatsApp, Facebook, Instagram e Threads. Em reação, Lula e seu homólogo francês, Emmanuel Macron, conversaram sobre o assunto por telefone e emitiram uma nota conjunta em que expressaram o desejo de Brasil e Europa trabalharem juntos para impedir a disseminação de fake news que minem soberanias, democracias e direitos fundamentais. Contudo, no mês seguinte, um contencioso bilateral ocorreu após o Supremo Tribunal Federal (STF) determinar que a plataforma de vídeos estadunidense Rumble bloqueasse o acesso aos perfis de um brasileiro que compartilhava mensagens de ataque à democracia. Sem citar o STF, o Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos EUA escreveu, na rede X, que bloquear acesso a informações é incompatível com valores democráticos. A publicação

foi compartilhada, também no X, pelo perfil da Embaixada dos EUA no Brasil. Em reação, o Itamaraty emitiu uma nota em que afirmou que o governo brasileiro rejeita qualquer tentativa de politizar decisões judiciais.

Finalmente, no tópico da migração, decisões do governo Trump impactaram especialmente países da América Latina. Desde o início do mandato, vêm sendo intensificadas as deportações de imigrantes indocumentados, sob a justificativa xenófoba de que provocariam um aumento da criminalidade nos EUA. Milhares de pessoas foram enviadas de volta a seus países de origem, inclusive brasileiros, que foram inicialmente repatriados em voos fretados pelo governo estadunidense com algemas nas mãos e nos pés. A ação gerou protesto do Itamaraty por violar a legislação brasileira e foi revista pela Casa Branca. Entretanto, medidas mais rígidas foram adotadas contra imigrantes venezuelanos, muitos dos quais foram enviados para El Salvador. Neste país, foram colocados em prisões superlotadas, nos marcos da política de segurança máxima do presidente Nayib Bukele, frequentemente criticada por organizações de direitos humanos.

Na mesma linha de adotar uma postura refratária ao multilateralismo, Bukele e o presidente da Argentina, Javier Milei, outro aliado de Trump, bloquearam a organização de uma reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em janeiro, para coordenar uma reação coletiva às deportações, o que demandaria consenso para ser aprovado. Contudo, uma resposta regional às ações unilaterais dos EUA em tantas frentes, assim como às ameaças de Trump de que buscará retomar o controle do Canal do Panamá, ocorreu no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), no último dia 20 de março. Nesta data, em votação por maioria, os países articularam-se para eleger o surinamês Albert Ramdin como secretário-geral da organização, contrariando a preferência dos EUA, que apoiava o paraguaio Rubén Ramírez Lezcano. Em discurso na ocasião, a embaixadora brasileira Maria Laura da Rocha, atual secretária-geral do Itamaraty, destacou que a OEA deve ser mais vigilante e imparcial na defesa dos princípios democráticos, sem ser seletiva a respeito dos governos envolvidos.

Apesar de este episódio ilustrar que um clima de descontentamento com os EUA de Trump se instalou em poucos meses na América Latina, assim como em outras regiões do mundo, é cedo para se falar em uma reação multilateral coordenada de modo consistente. Por sua vez, a resiliência da extrema-direita no mundo parece ocorrer por meio de uma rede transnacional de atores bem articulada, que sabe manter seguidores em mobilização permanente e pode receber recursos renovados a partir de Washington. No Brasil, por exemplo, à medida que avança o julgamento do ex-presidente Bolsonaro pela tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023, bolsonaristas intensificam a politização do processo e buscam respaldo no governo Trump, sem alcançarem ganhos concretos, por enquanto.

Há quem aposte que o BRICS+ pode ocupar espaços deixados pelos EUA na política internacional, servir como fonte alternativa de recursos para o Sul em projetos de cooperação após a extinção da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e intensificar esforços para uma redução coordenada do uso do dólar nas relações econômicas. Por outro lado, a estratégia do governo Trump de fazer concessões bilaterais, como nas negociações em andamento apenas com a Rússia para encerrar o conflito na Ucrânia, sugere que ações em bloco podem apresentar fissuras a partir de divisões estimuladas pelos EUA. O atual momento é, em suma, de grandes dúvidas, à medida que os países assimilam o retorno de Trump e calibram suas reações.

Também é cedo para se ter elementos sólidos para uma análise da política externa de Trump, haja vista seu impacto profundo não apenas no âmbito global, mas também no plano doméstico dos EUA. Na questão tarifária, há certa convergência entre economistas de que o presidente está dando um tiro no pé ao suscitar mais inflação e recessão, quebrando uma das promessas de campanha de estabilizar o poder de compra da população. No plano externo,

sua agressividade tarifária deve provocar reações fortes e variadas entre seus principais parceiros, que não vão acolher passivamente esta decisão unilateral. Já vimos este filme nos anos 1930.

No caso do Brasil, não se espera retaliação forte, mas correção e mudança de rumo da direção de sua política externa, sobressaindo a busca por diversificação de parcerias econômicas, como o exemplo da viagem recente de Lula a países asiáticos aponta. O momento pode ser oportuno para o Brasil, que pode ser beneficiado pelo desvio de comércio que o tarifação de Trump propicia. Entrementes, muitos já se questionam se o presidente dos EUA perdurará no poder. A despeito de o que quer que venha pela frente, o segundo governo Trump já gerou um ambiente de incertezas com efeitos negativos.

Em meio a este cenário turbulento, neste Boletim OPSA, como de costume, contextualizamos o lugar da América do Sul em meio às mudanças globais. Nesta edição, contamos com um monitor eleitoral, escrito por Débora Bedim Loures, sobre o último pleito presidencial do Uruguai, em novembro de 2024, que culminou com a vitória de Yamandú Orsi e o retorno da Frente Ampla ao poder. Em seguida, em ano de COP30, apresentamos um *policy paper* sobre articulações progressistas que a sociedade civil é capaz de construir no âmbito do Fórum Social Pan-Amazônico, conforme explica Janaína Pinto. Também publicamos um *policy paper*, escrito por Andrés Londoño Niño, sobre a política externa colombiana como ferramenta de preservação da Amazônia no governo de Gustavo Petro. Ambos os *policy papers* fazem parte do projeto “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”. Por fim, divulgamos os monitores de outubro, novembro e dezembro do projeto, elaborados pela equipe do OPSA.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2025

Diogo Ives  
Marianna Albuquerque  
Maria Regina Soares de Lima

Coordenadores do OPSA



## Monitor Eleitoral

# A estabilidade política em um cenário regional volátil: as eleições do Uruguai em 2024

Débora Bedim Loures  
Pesquisadora do OPSA

### Introdução

Entre os dias 27 de outubro e 24 de novembro de 2024, ocorreram as eleições gerais no Uruguai. Neste pleito, os uruguaios foram responsáveis por escolher o novo presidente do país, além de deputados e senadores que comporão as Casas Legislativas e ditarão os rumos das políticas públicas e internacionais no país nos próximos cinco anos. A disputa foi marcada por debates centrados na economia, segurança, questões sociais e ambientais, além das dinâmicas internacionais e regionais.

Diferentemente da forte polarização entre partidos de esquerda e de direita observada nas eleições dos países latino-americanos, o Uruguai se destaca por sua política estável, caracterizada por uma sobreposição de agendas entre as principais coalizões conservadoras e liberais (Elliot, 2024a)<sup>1</sup>. Em um cenário em que os eleitores demonstraram estar divididos entre a Frente Ampla - representantes da centro-esquerda - e a coalizão de centro-direita - formada pelos Partido Nacional, Partido Colorado, Cabildo Abierto e Partido Independiente -, as eleições se destacaram por acontecer de forma calma, na qual os candidatos se respeitavam mutuamente durante a campanha eleitoral (El Observador, 2024a)<sup>2</sup>. Apesar disso, os resultados das eleições impactariam a dinâmica política do Uruguai, determinando a continuidade da política ministrada pelo então presidente Lacalle Pou ou uma guinada em direção a políticas mais progressistas (Pereyra, 2024)<sup>3</sup>.

Dentre os principais candidatos a concorrerem nestas eleições estava Álvaro Delgado, do Partido Nacional, que representa a continuidade da administração de Lacalle Pou, que governa o país desde 2020. Delgado serviu como secretário da presidência no governo passado. Do outro lado, estava Yamandú Orsi, da Frente Ampla, principal candidato da oposição no país. Orsi era apoiado pelo ex-presidente José Mujica. Um terceiro concorrente de destaque era Andrés Ojeda, pelo Partido Colorado, que nesta campanha se apresentou com a logo da “nova política” para o Uruguai (El Observador, 2024a)<sup>4</sup>.

A partir desse contexto, este artigo busca analisar as eleições no Uruguai em 2024, dando ênfase nos acontecimentos que marcaram o período das eleições primárias e gerais no país. Para isso, o texto está dividido em oito seções, contando com esta introdução e as considerações finais. Na primeira seção, o artigo discutirá sobre o impacto das pesquisas eleitorais nas eleições uruguaias e sua previsibilidade em 2024, seguido do contexto das

1 ELLIOTT, Lucinda. Uruguai começa a ir às urnas em eleição com candidatos moderados. 2024a. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/uruguai-comeca-a-ir-as-urnas-em-eleicao-com-candidatos-moderados/> > Acesso em 07 de março de 2025.

2 EL OBSERVADOR. La visión de la BBC sobre las elecciones de Uruguay: “por qué son las más aburridas del año (y que eso además puede ser envidiable)”. 2024a. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/por-que-se-dice-que-las-elecciones-uruguay-son-las-mas-aburridas-del-ano-y-que-eso-ademas-puede-ser-envidiable-n5967095> > Acesso em 10 de março de 2025.

3 PEREYRA, Leonardo. Las elecciones en Uruguay ratificaron una democracia estable y un sistema político moderado. 2024. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/nacional/elecciones-uruguay-2024/las-elecciones-uruguay-ratificaron-una-democracia-estable-y-un-sistema-politico-moderado-n5967378> > Acesso em 10 de março de 2025.

4 *Op.Cit.* 2024a.

eleições primárias que definiram os candidatos às fórmulas dos partidos. Logo após, as sessões serão divididas para trazer os resultados e o cenário do Uruguai após a celebração do primeiro e segundo turno das eleições presidenciais. Além disso, uma sessão discutirá sobre a agenda internacional e seus desafios da administração do Orsi, e, por último, sobre a cerimônia de posse que aconteceu no dia 1 de março de 2025.

### As pesquisas de intenção de voto: uma eleição já decidida?

No Uruguai, os estudos de opinião pública têm ganhado mais prestígio, especialmente em cenários eleitorais marcados pela ampla cobertura dos meios de comunicação (Castro, 2021). Geralmente, essas pesquisas são conduzidas por empresas privadas que analisam o comportamento eleitoral e interpretam os resultados da eleição (*Idem*, 2021). Ao longo de 2024, as expectativas para as eleições foram delineadas por meio de pesquisas de intenção de voto, que já apontavam para uma vitória da Frente Ampla.

Em fevereiro de 2024, o instituto de pesquisas *Cifra* divulgou um estudo sobre a intenção de voto dos uruguaios. Já no início do ano, a Frente Ampla contava com 47% de apoio do eleitorado, seguido do Partido Nacional (31%), Partido Colorado (6%), Cabildo Abierto (2%) e o Partido Independiente (1%). Segundo Mariana Pomiés, diretora da Cifra, essas diferenças percentuais eram justificadas pelo número de pré-candidaturas lançadas pelos partidos, o que gerava indecisão entre os eleitores. Até fevereiro, a Frente Ampla havia apresentado quatro pré-candidaturas atrativas para sua base, enquanto na coalizão governista não estava decidido quem seriam os candidatos. Diante deste cenário, os números indicavam “um cenário muito favorável para a Frente Ampla, alcançando uma maioria parlamentar se as eleições acontecessem hoje” (Diario La R, 2024a)<sup>5</sup>.

Em 24 de abril, a consultoria *Opción* divulgou uma nova pesquisa, que confirmou a liderança da Frente Ampla nas intenções de voto, seguido do Partido Nacional. Além disso, a projeção indicava que a Frente Ampla obteria 43% dos votos, quatro pontos a mais do que nas últimas eleições de 2019. Já o Partido Nacional ficaria em segundo lugar, com 28% da intenção de voto. Os demais partidos, como Partido Colorado, Cabildo Abierto e o Partido Independiente, somavam 12% das intenções de votos do eleitorado uruaio. Segundo a *Opción*, esse cenário garantia uma vantagem de três pontos para a Frente Ampla, aumentando suas chances de conquistar a presidência devido ao seu “melhor potencial de fidelização de eleitores de outubro a novembro” (Diario La R, 2024b)<sup>6</sup>.

Em junho, com a proximidade das eleições internas, os institutos de pesquisa concentraram-se na análise dos resultados das eleições internas de cada partido e na probabilidade de vitória dos principais candidatos nas primárias. Na Frente Ampla, a disputa entre Yamandú Orsi (58%) e Carolina Cosse (37%) se mostrou equilibrada. No Partido Nacional, Álvaro Delgado liderava com uma “ampla diferença” nas internas do partido, alcançando 64% da intenção dos votos dos eleitores *blancos*, enquanto Laura Raffo registrava 25%. Já no Partido Colorado, Andrés Ojeda liderava a intenção de votos com 45%. Segundo o instituto de pesquisa *Equipos*, as internas do Partido Colorado eram a “mais complicada” devido ao número de candidatos e à margem de erro elevada. Apesar disso, Ojeda consolidou sua liderança no longo prazo, seguido por Robert Silva (21%) e Tabaré Viera (16%) (El Observador, 2024b)<sup>7</sup>.

À medida que o primeiro turno das eleições presidenciais em outubro se aproximava, os

5 DIARIO LA R. El Frente Amplio encabeza las preferencias electorales rumbo a octubre con 47%. 2024a. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/el-frente-amplio-encabeza-las-preferencias-electorales-rumbo-a-octubre-con-47-id113501/> > Acesso em 13 de março de 2025.

6 DIARIO LA R. Opción: tres puntos de ventaja del FA sobre la Coalición Republicana. 2024b. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/opcion-tres-puntos-de-ventaja-del-fa-sobre-la-coalicion-republicana-id117615/> > Acesso em 13 de março de 2025.

7 EL OBSERVADOR. Última encuesta de Equipos antes de las elecciones internas: Delgado, Orsi y Ojeda lideran sus partidos. 2024b. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/nacional/ultima-encuesta-equipos-antes-las-elecciones-internas-andres-ojeda-lidera-la-interna-colorada-n5947358> > Acesso em 13 de março de 2025.

institutos continuaram a divulgar resultados que mantinham a Frente Ampla na liderança. Apesar dessa vantagem, 10% do eleitorado uruguaio permanecia indeciso, sugerindo que a disputa poderia ser acirrada (Elliot, 2024b)<sup>8</sup>. Este cenário foi confirmado pelas consultorias de opinião pública do país (*Equipos, Opción, Cifra e Factum*), que apontaram como mais provável a realização de um segundo turno entre a Frente Ampla e o Partido Nacional. Segundo as análises, a esquerda não obteria os votos necessários no primeiro turno “algo que por si só está longe de ser alcançado por qualquer dos partidos de coalizão” (El Observador, 2024c)<sup>9</sup>.

### As eleições internas no Uruguai

As eleições internas<sup>10</sup> ocorreram no dia 30 de junho e contaram com 2,7 milhões de uruguaios aptos a votar, em um processo de voto voluntário e secreto. Apesar desse número, somente 976 mil eleitores, correspondendo a 36% habilitados, compareceram às urnas. Esse percentual configura a menor taxa de participação popular nas eleições internas desde 1999, quando foi implementado o sistema de internas partidárias (O Globo, 2024a)<sup>11</sup>. Esse índice supera o mínimo histórico registrado nas eleições de 2014, quando a participação foi de 37% (Diario La R, 2024c)<sup>12</sup>.

A baixa adesão de votos nas primárias de 2024 foi atribuída a diversos fatores, como às baixas temperaturas que assolaram o inverno uruguaio, o início das férias escolares e as partidas de futebol que desviaram a atenção dos cidadãos. A redução na participação tende a favorecer certos partidos em detrimento de outros, pois “quando a afluência para votar é baixa, geralmente se mobilizam as estruturas, os eleitores mais politizados, aqueles que estão mais próximos da militância partidária” (El Observador, 2024d)<sup>13</sup>.

Entre os partidos mais beneficiados nas primárias estão a Frente Ampla, o Partido Nacional e o Partido Colorado, que, juntos, somaram mais de 835 mil votos. A coalizão de esquerda se tornou o partido mais votado com 400 mil votos, seguido do Partido Nacional. Apesar disso, os *blancos* apresentaram um desempenho baixo em relação a 2019, com uma diferença de quase 140 mil votos a menos. O Partido Colorado, por sua vez, obteve 100 mil votos, uma redução de 80 mil votos em comparação com o pleito anterior (Cayota, 2024)<sup>14</sup>.

Os candidatos escolhidos para concorrer às eleições presidenciais, conforme adiantado pelas pesquisas de opinião pública, foram Yamandú Orsi, Álvaro Delgado e Andrés Ojeda. Na noite do dia 30 de junho, as fórmulas partidárias foram anunciadas para o início oficial da campanha eleitoral. Na Frente Ampla, Carolina Cosse foi indicada como vice-presidente

8 ELLIOTT, Lucinda. Uruguai define candidatos à Presidência e esquerda lidera pesquisas. 2024b. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/uruguai-define-candidatos-a-presidencia-e-esquerda-lidera-pesquisas/> > Acesso em 13 de março de 2025.

9 EL OBSERVADOR. Monitor de encostas de las elecciones 2024 en Uruguay: qué dice la última medición de Equipos, Opción, Cifra y Factum para octubre. 2024c. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/nacional/monitor-encuestas-las-elecciones-2024-uruguay-conoce-una-una-las-principales-mediciones-n5945989> > Acesso em 13 de março de 2025.

10 No Uruguai, as eleições são divididas entre as eleições internas e gerais, podendo acontecer com primeiro e segundo turno. As eleições internas aconteceram em junho, sendo responsável por formalizar as fórmulas que representarão os distintos partidos na corrida eleitoral.

11 O GLOBO. Herdeiros políticos de presidente do Uruguai e de Mujica vencem primárias e disputarão Presidência em outubro. 2024a. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/07/01/herdeiros-politicos-de-presidente-do-uruguai-e-jose-mujica-vencem-primarias-e-disputarao-a-presidencia-em-outubro.ghtml> > Acesso em 13 de março de 2025.

12 DIARIO LA R. La participación en las internas fue la más baja de la historia. 2024c. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/la-participacion-en-las-internas-fue-la-mas-baja-de-la-historia-id123096/> > Acesso em 13 de março de 2025.

13 EL OBSERVADOR. Elecciones internas 2024: cerraron los circuitos con la peor participación de la historia. 2024d. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/nacional/elecciones-internas-2024-cerraron-los-circuitos-la-peor-participacion-la-historia-n5948808> > Acesso em 13 de março de 2025.

14 CAYOTA, Diego. Ganadores y perdedores de las internas: el FA consolidado, caída de blancos y colorados y el desplome de Manini. 2024a. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/nacional/ganadores-y-perdedores-las-internas-el-fa-consolidado-caida-blancos-y-colorados-y-el-desplome-manini-n5948870> > Acesso em 13 de março de 2025.

na chapa de Orsi. No Partido Nacional, Delgado convidou Valeria Ripoll, sindicalista filiada aos *blancos* desde 2023. Já no Partido Colorado, Ojeda formou sua chapa com Robert Silva, o segundo candidato mais votado nas internas (Pina, 2024a)<sup>15</sup>. Outros dois partidos da coalizão governista também registraram candidatos na corrida presidencial: Guido Manini Ríos, ex-comandante-chefe do Exército, pelo Cabildo Abierto, e Pablo Mieres, ex-Ministro do Trabalho, pelo Partido Independiente. Para Ríos, as primárias representaram um “chamado à reflexão”, pois os *cabildantes* esperavam repetir seu desempenho de 2019, mas não passaram de 17 mil votos em 2024 (Cayota, 2024a)<sup>16</sup>.

Além disso, as primárias de 2024 marcaram uma renovação política no Uruguai, uma vez que figuras tradicionais do cenário nacional não concorreram a um novo mandato. O ex-presidente, Luis Lacalle Pou, não pode disputar a reeleição imediata devido a restrições constitucionais, e outros ex-mandatários, como José Mujica, Luis Alberto Lacalle Herrera e Julio Maria Sanguinetti, também não concorreram às eleições primárias (O Globo, 2024)<sup>17</sup>.

### Rumo às eleições presidenciais

O primeiro turno das eleições do Uruguai aconteceu no dia 27 de outubro de 2024. Nesta fase inicial, os uruguaios tiveram que escolher entre as fórmulas (presidente e vice-presidente) dos onze partidos participantes, além de eleger deputados e senadores para compor as Casas Legislativas. Além disso, também votaram em dois plebiscitos (Palacios, 2024)<sup>18</sup>.

O primeiro plebiscito, promovido pela central sindical PIT-CNT, buscava modificar o sistema de seguridade social do país. Já o segundo, apoiado por parlamentares do Partido Nacional, Partido Colorado, Cabildo Abierto, Partido de la Gente e Partido Ecologista Radical Intransigente (PERI), propunha uma reforma constitucional para permitir com que as forças de segurança realizassem “invasões noturnas” (*allanamientos nocturnos*, em espanhol). Ambos os plebiscitos não receberam apoio popular e, portanto, não seguiram para aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado (Roba, 2024)<sup>19</sup>.

No primeiro turno, os eleitores puderam escolher entre os candidatos da Frente Ampla (Yamandú Orsi), Partido Nacional (Álvaro Delgado), Partido Colorado (Andrés Ojeda), Cabildo Abierto (Guido Manini Ríos), Partido Independiente (Pablo Mieres), PERI (César Vega), Identidad Soberana (Gustavo Salle), Asamblea Popular (Walter Martínez), Partido Constitucional Ambientalista (Eduarda Lust), Partido por los Cambios Necesarios (Guillermo Franchi) e Avanzar Republicano (Martín Pérez Banchero). Para vencer no primeiro turno, um candidato precisaria obter 50% dos votos válidos. Caso essa marca não fosse atingida, os dois mais votados avançaram para o segundo turno (Palacios, 2024)<sup>20</sup>.

Após a apuração, a Corte Eleitoral do Uruguai confirmou os resultados já previstos pelas pesquisas de intenção de votos. A maioria dos votos ficou dividida entre as três maiores forças do país: a Frente Ampla fechou a votação com 42,93% dos votos, o Partido Nacional com 27,55% e o Partido Colorado com 16,37%. Entre os demais, o Identidad Soberana alcançou 2,66% dos votos, o Cabildo Abierto 2,41%, e o Partido Independiente 1,73%. Já as demais legendas tiveram resultados inferiores a 1%: Partido Constitucional Ambientalista (0,49%), PERI (0,38%), Asamblea Popular (0,41%), Partido por los Cambios Necesarios

15 PINA, Leonardo. Los partidos políticos ya tienen su fórmula para las presidenciales 2024a. 2024. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/los-partidos-politicos-ya-tienen-su-formula-para-las-presidenciales-2024-id124184/> > Acesso em 13 de março de 2025.

16 Op Cit, 2024.

17 Op Cit, 2024.

18 PALACIOS, Víctor. Uruguay vota este domingo 27. 2024. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/uruguay-vota-este-domingo-27-id137368/> > Acesso 14 de março de 2025.

19 ROBA, Natalia. Ganadores y perdedores: la cautela en el FA, la sorpresa de Delgado, Salle con bancada propia y el derrumbe de Manini. 2024. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/nacional/ganadores-y-perdedores-la-cautela-el-fa-la-sorpresa-delgado-salle-bancada-propia-y-el-derrumbe-manini-n5967383> > Acesso em 14 de março de 2025.

20 Op cit. 2024.

(0,13%) e o Partido Avanzar Republicado (0,08%) (El Observador, 2024e)<sup>21</sup>. Diante desse cenário, o segundo turno foi confirmado entre Orsi e Delgado.

Os resultados chancelaram a Frente Ampla como o partido mais votado nessas eleições, recuperando os votos perdidos em 2019. No entanto, os números geraram reações de cautela no partido, pois muitos acreditavam na possibilidade de vitória já no primeiro turno (Roba, 2024)<sup>22</sup>. Apesar disso, Orsi se mostrou confiante em seu discurso perante seus aliados, destacando a recuperação histórica do partido de esquerda uruguaio. Ele prometeu trabalhar pela unidade do país e afirmou que “(...) o Uruguai necessita crescer, produzir mais e cuidar mais da nossa gente”, encerrando com “falta pouco, triunfaremos” (El Observador, 2024e)<sup>23</sup>. Sua companheira de chapa, Caroline Cosse, também discursou, ressaltando que “(...) os uruguaios votaram para vencer a insegurança, vencer a violência, para vencer a ignorância, desigualdade e injustiça. Essa ambição que nos une, e nossa proposta foi a que mais teve aceitação” (*Idem*, 2024e)<sup>24</sup>.

No Partido Nacional, a reação foi diferente. Com um discurso triunfante, Delgado celebrou ao lado de aliados da coalizão e seus eleitores. Estavam presentes Ojeda (Partido Colorado), Manini Ríos (Cabildo Abierto), Mires (Partido Independiente) e Lust (Partido Constitucional Ambientalista). O candidato à presidência afirmou que “a coalizão é o projeto mais votado do nosso país”, ressaltando que esta é a quarta vez que o bloco obtém maioria nas eleições. Ao somar os votos da coalizão, o grupo obteve 84 mil votos a mais que a Frente Ampla (Cayota, 2024b)<sup>25</sup>. Delgado ainda acrescentou que passava “a representar um projeto político majoritário no país que lhe tocará governar” (El Observador, 2024e)<sup>26</sup>. Apesar da vantagem numérica da coalizão no primeiro turno, Delgado ainda enfrentaria o desafio de consolidar os votos de todos os partidos para vencer o segundo turno. Em termos comparativos, em 2019, a vitória de Lacalle Pou sobre Daniel Martínez foi definida por uma diferença de apenas 30 mil votos (Roda, 2024)<sup>27</sup>.

Para o Partido Colorado, o resultado foi positivo. A porcentagem obtida por Andrés Ojedas o colocava em segundo lugar dentre os líderes dentro da coalizão, garantindo uma posição estratégica caso Delgado vencesse. Além disso, em seu discurso, Ojedas afirmou que o primeiro objetivo foi “cumprido”, ou seja, de superar as votações do partido frente às eleições de 2019. Já para Manini Ríos e o Cabildo Abierto, o desempenho foi considerado uma derrota, pois o partido não conseguiu consolidar sua base eleitoral nem eleger representantes no Senado. Os demais partidos confirmaram as projeções das pesquisas: nenhum superou 1% dos votos, o que impediu a obtenção de cadeiras na Câmara dos Deputados (Roda, 2024)<sup>28</sup>.

Em relação a composição das Casas Legislativas, a Frente Ampla conquistou maioria no Senado, garantindo 16 das 30 cadeiras. Os assentos restantes foram divididos entre Partido Nacional (9) e Partido Colorado (5). Esse resultado favoreceria Orsi que, caso eleito, teria maior governabilidade do que Delgado (Cayota, 2024)<sup>29</sup>. Já na Câmara dos Deputados, a coalizão conquistou maioria, com 51 assentos, contra 48 da Frente Ampla. A distribuição das cadeiras foi a seguinte: 29 do Partido Nacional, 17 do Partido Colorado, 2 do Cabildo Abierto, 1 do Partido Independiente e 2 do Identidad Soberana (El Observador, 2024f)<sup>30</sup>.

21 EL OBSERVADOR. Elecciones Uruguay 2024 EN VIVO: las últimas noticias y resultados de la votación. 2024e. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/free/elecciones-2024-uruguay-vivo-todas-las-ultimas-noticias-la-votacion-este-27-octubre-n5967286> > Acesso em 14 de março de 2025.

22 *Op Cit*, 2024.

23 *Op Cit*, 2024e.

24 *Op Cit*, 2024e.

25 CAYOTA, Diego. Del discurso triunfalista de la coalición a la mayoría del FA en el Senado: las fortalezas de cada bloque y las dudas de cara al balotaje. 2024b. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/nacional/del-discurso-triunfalista-la-coalicion-la-mayoria-del-fa-el-senado-las-fortalezas-cada-bloque-y-las-dudas-que-quedan-n5967521> > Acesso em 14 de março de 2025.

26 *Op Cit*, 2024e.

27 *Op Cit*, 2024.

28 *Op Cit*, 2024.

29 *Op Cit*, 2024.

30 EL OBSERVADOR. Qué ganó las elecciones 2024 en Uruguay: todos los resultados. 2024f. Disponível

Independentemente do vencedor, havia uma ampla percepção de que o futuro presidente do Uruguai teria desafios significativos, como a redução das taxas de homicídio, fortalecimento da segurança social, o equilíbrio do comércio entre o Mercosul e seu principal parceiro, a China, e a manutenção do crescimento da economia. Esses foram os principais tópicos dos debates e que dominaram a agenda eleitoral.

No dia 17 de novembro, uma semana antes do segundo turno, os dois candidatos participaram de um debate, no qual discutiram suas estratégias para impulsionar o crescimento econômico, atrair investimentos estrangeiros e fomentar a inovação tecnológica. Ambos candidatos firmaram seu compromisso com a “estabilidade e ao equilíbrio macroeconômico” e prometeram não aumentar os impostos (El País, 2024a)<sup>31</sup>. A segurança pública foi um dos temas centrais, especialmente devido ao aumento dos homicídios e do narcotráfico. Segundo dados divulgados pelo El País (2024b), a taxa de homicídios no Uruguai é de 11,2 homicídios por 100.000 habitantes. Embora o número seja inferior ao de outros países da América Latina, preocupa a sociedade uruguaia. Os candidatos prometeram respostas imediatas para esse problema, adotando programas de reinserção social e o fortalecimento das políticas públicas (El País, 2024b)<sup>32</sup>.

Outro tema abordado foi a transição energética, um dos principais desafios para as próximas gestões. Atualmente, o Uruguai iniciou a segunda fase da transição energética, focando ações para a produção de Hidrogênio Verde. A primeira fase consistiu na criação de uma matriz energética baseada na energia limpa. Com o resultado de décadas de políticas públicas voltadas para essa meta, o país apresenta 98% de eletricidade proveniente de fontes renováveis, como energia eólica e hidrelétrica (Uruguai XXI, 2022)<sup>33</sup>. O país busca consolidar-se como um exportador de energia limpa e sustentável, aproveitando seus recursos naturais abundantes e a experiência adquirida na primeira fase da transição. Alinhado com demandas e compromissos internacionais, o próximo governo precisará focar no processo de descarbonização, especialmente nas indústrias e no transporte, incentivando a constituição de modelos de produção sustentáveis e que preserve os recursos naturais (Campanella, 2024)<sup>34</sup>.

Em termos de política externa, pouco foi discutido pelos candidatos no debate oficial. Entretanto, os desafios para ambas propostas de governo perpassam pelo equilíbrio de manter boas relações com seus vizinhos, fortalecendo as relações comerciais e regionais, especialmente no Mercosul, e a busca pela projeção internacional do Uruguai, a exemplo do plano de estabelecer acordos comerciais com a China. Para Orsi, a busca pelo crescimento econômico segue a necessidade de “uma economia muito mais aberta” (Nugent, 2024)<sup>35</sup>.

Na mensagem final do debate, Orsi afirmou que, no próximo dia 24 de novembro, os uruguaios terão que escolher entre duas propostas de governo e afirmou que a da Frente Ampla busca “uma mudança segura, que une o Uruguai” e completou “é uma mudança

em: < <https://www.elobservador.com.uy/nacional/quien-gano-las-elecciones-2024-uruguay-todos-los-resultados-n5967347> > Acesso em 14 de março de 2025.

31 EL PAÍS. Así fue el debate entre Álvaro Delgado y Yamandú Orsi: los mejores momentos y qué dijeron los candidatos. 2024a. Disponível em: < <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/debate-entre-alvaro-delgado-y-yamandu-orsi-en-vivo-ultimas-noticias-que-dicen-los-candidatos-y-repercusiones> > Acesso em 14 de março de 2025.

32 EL PAÍS. La izquierda de José Mujica vuelve al poder en Uruguay. 2024b. Disponível em: < [https://elpais.com/america/2024-11-25/la-izquierda-de-jose-mujica-vuelve-al-poder-en-uruguay-segun-los-primeros-sondeos-a-pie-de-urna.html?utm\\_source=chatgpt.com](https://elpais.com/america/2024-11-25/la-izquierda-de-jose-mujica-vuelve-al-poder-en-uruguay-segun-los-primeros-sondeos-a-pie-de-urna.html?utm_source=chatgpt.com) > Acesso em 14 de março de 2025.

33 URUGUAI XXI. O país que conduz a segunda fase de sua transição energética com hidrogênio verde. 2022. Disponível em: < <https://www.uruguayxxi.gub.uy/pt/noticias/artigo/o-pais-que-conduz-a-segunda-fase-de-sua-transicao-energetica-com-hidrogenio-verde/#:~:text=O%20Uruguai%20tem%20recursos%20naturais,e%20C3%B3lica%2C%20solar%20e%20biomassa> >. > Acesso em 29 de março de 2025.

34 CAMPANELLA, Gabriel D. ¿Puede un país superar la polarización para hablar del futuro? En Uruguay, al menos, sí se puede. 2024. Disponível em: <

[https://elpais.com/america-futura/2024-11-13/puede-un-pais-superar-la-polarizacion-para-hablar-del-futuro-en-uruguay-al-menos-si-se-puede.html?utm\\_source=chatgpt.com](https://elpais.com/america-futura/2024-11-13/puede-un-pais-superar-la-polarizacion-para-hablar-del-futuro-en-uruguay-al-menos-si-se-puede.html?utm_source=chatgpt.com) > Acesso em 14 de março de 2025.

35 NUGENT, Ciara. Uruguay elects centre-left former history teacher in presidential run-off. 2024. Disponível em: < [https://www.ft.com/content/38772277-1a75-454e-81d0-3d65ad194f92?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.ft.com/content/38772277-1a75-454e-81d0-3d65ad194f92?utm_source=chatgpt.com) > Acesso em 14 de março de 2025.

segura que cuida mais do povo”. Já Delgado afirmou que o projeto do Partido Nacional busca o crescimento econômico com garantias e liberdades (El País, 2024b)<sup>36</sup>.

### O segundo turno das eleições no Uruguai

O segundo turno ocorreu em 24 de novembro e consagrou Orsi como o novo presidente do Uruguai. Segundo dados divulgados pela Corte Eleitoral, Orsi liderou a disputa contra Delgado e obteve 1.179.454 votos (49,66%), enquanto Delgado alcançou 1.086.758 votos (46,06%). Esses números demonstraram que o candidato da Frente Ampla teve uma vantagem de quase 92 mil votos, ou 3,6 pontos percentuais de diferença, confirmando o cenário acirrado apontado pelas pesquisas eleitorais. Além disso, Orsi conseguiu ampliar a votação em relação ao primeiro turno (Montoro; Giussani, 2024)<sup>37</sup>. A vitória de Orsi marcou o retorno da Frente Ampla à frente do governo do Uruguai após cinco anos da administração dos *blancos*, com a liderança de Lacalle Pou.

Em seu discurso da vitória, Orsi declarou que será “o presidente que apela repetidamente ao diálogo nacional para encontrar as melhores soluções, naturalmente seguindo a nossa visão, mas também ouvindo com muita atenção o que os outros nos dizem” (Agência Brasil, 2024)<sup>38</sup>. Além disso, reforçou que governará para todos e destacou que aqueles com opiniões diferentes são essenciais para o fortalecimento democrático, pois “ajudam a construir um país melhor” (O Globo, 2024b)<sup>39</sup>. A mensagem de união foi acompanhada pela reação dos partidos da coalizão e de Delgado, que reconheceu a vitória de seu adversário e o parabenizou. Durante a campanha, ambos os candidatos haviam declarado disposição para negociar com o outro bloco. O candidato do Partido Nacional, inclusive, afirmou que, caso eleito, convidaria Orsi para integrar o governo, visando encontrar “linhas de acordo” entre os projetos (*Idem*, 2024b)<sup>40</sup>.

Lacalle Pou também reconheceu prontamente a vitória de Orsi. Nas redes sociais, afirmou: “Liguei para Yamandú Orsi para parabenizá-lo como presidente eleito de nosso país e para me colocar sob seu comando e iniciar a transição assim que ele entender que é pertinente” (O Globo, 2024b)<sup>41</sup>. Além disso, o agora ex-presidente destacou o seu compromisso em garantir uma transição organizada e eficiente (Pina, 2024b)<sup>42</sup>.

A vitória de Orsi também foi reconhecida por diversas autoridades regionais e internacionais. O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, publicou em sua rede social uma mensagem de felicitação ao povo uruguaio, afirmando que gostaria de “felicitar o povo uruguaio por celebrar eleições democráticas e pacíficas e, em particular, ao presidente eleito Yamandu Orsi [...]” e acrescentou que “[...] Brasil e Uruguai seguirão trabalhando juntos no Mercosul e em outros fóruns para o desenvolvimento justo e sustentável, a paz e a integração regional” (Pina, 2024b)<sup>43</sup>. Na Argentina, a mensagem de reconhecimento veio da chancelaria e foi compartilhada pelo presidente Javier Milei em suas redes sociais, reafirmando o compromisso de manter as relações com o Uruguai. Outras lideranças, como a presidente do México, Claudia Sheinbaum Pardo, e o presidente da Colômbia, Gustavo

36 *Op Cit*, 2024b.

37 MOTORO, Ana Carolina; GIUSSANI, Daniel. Yamandú Orsi, da coalizão de esquerda, é eleito presidente do Uruguai. 2024. Disponível em: < <https://exame.com/mundo/yamandu-orsi-da-coalizao-de-esquerda-vence-eleicoes-no-uruguai-segundo-projecoes/> > Acesso em 15 de março de 2025.

38 AGÊNCIA BRASIL. Candidato da oposição vence eleições presidenciais no Uruguai. 2024. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-11/candidato-da-oposicao-vence-eleicoes-presidenciais-no-uruguai> > Acesso em 15 de março de 2025.

39 O GLOBO. Presidente do Uruguai reconhece vitória de Orsi e convida sucessor da esquerda para iniciar transição imediatamente. 2024b. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/11/24/boca-de-urna-no-uruguai-aponta-vitoria-da-esquerda-nas-eleicoes-presidenciais.ghtml> > Acesso em 15 de março de 2025.

40 *Op Cit*, 2024b.

41 *Op Cit*, 2024b.

42 PINA, Leonardo P. La victoria de Yamandú Orsi en las presidenciales fue reconocida por los diferentes líderes mundiales. 2024b. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/la-victoria-de-yamandu-orsi-en-las-presidenciales-fue-reconocida-por-los-diferentes-lideres-mundiales-id141544/> > Acesso em 15 de março de 2025.

43 *Op Cit*, 2024b.

Petro também enviaram suas mensagens à Orsi (*Idem*, 2024b)<sup>44</sup>.

O mandatário da Venezuela, Nicolás Maduro, também parabenizou Orsi pela eleição, defendendo que as relações entre os países sejam respeitadas e positivas, pautadas na “cooperação e apoio compartilhado” (Pina, 2024b)<sup>45</sup>. A declaração ocorre em um contexto de tensão entre Uruguai e Venezuela, motivado pelo conturbado processo eleitoral do país caribenho e pelas frequentes manifestações das autoridades uruguaias sobre suspeitas de fraudes nas eleições. O ex-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, parabenizou ao povo uruguaio “por seu inabalável compromisso com a democracia” e a Orsi. Ademais, o governo da Espanha expressou o desejo de seguir trabalhando com as novas autoridades uruguaias, principalmente em assuntos voltados para as mudanças climáticas e a defesa da justiça social (*Idem*, 2024b)<sup>46</sup>.

Após o fim de semana das eleições, Lacalle Pou e Orsi se reuniram para iniciar formalmente a transição do governo. Durante o encontro, foram definidos os nomes responsáveis pelo intercâmbio de informação entre as administrações, além de serem discutidos detalhes sobre os projetos em andamento e temas ligados ao Mercosul. Na ocasião, Lacalle Pou convidou Orsi para participar da LXV Conferência do Mercosul, que viria a ser realizada em Montevideu entre os dias 5 e 6 de dezembro de 2024 (Diario La R, 2024d)<sup>47</sup>.

### O início da agenda internacional do governo frenteamplista

A visita ao Brasil, realizada após uma semana de sua vitória nas eleições, sinaliza os rumos que a política externa uruguaia deverá seguir nos próximos cinco anos. O encontro com o mandatário brasileiro tinha como objetivo discutir sobre projetos de infraestrutura entre os dois países, como a construção de uma ponte ligando a cidade uruguaia de Rio Branco à brasileira Yaguarón e a dragagem do canal de São Gonçalo, que conecta a Lagoa Mirim à Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul (Swissinfo, 2024)<sup>48</sup>. Além desses temas, os presidentes debateram sobre o Mercosul, o acordo com a União Europeia e a importância do fortalecimento da integração regional na América do Sul. Para Orsi, os países sul-americanos “precisam ser mais fortes do que nunca diante de um mundo convulsionado, sob intensas mudanças e com alto grau de imprevisibilidade” (MRE BRASIL, 2024)<sup>49</sup>. Sobre o Brasil, o presidente uruguaio destacou sua relevância econômica para o desenvolvimento do Uruguai (Santos, 2024)<sup>50</sup>.

No dia 6 de dezembro, Orsi reuniu-se com a maioria dos chefes de Estado sul-americanos, exercendo a diplomacia presidencial que pretende adotar em seu governo. Encontrou-se com Santiago Peña, presidente do Paraguai, e ratificou o apoio do Uruguai à candidatura de Rúben Ramírez para o cargo de secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>51</sup>. Com o presidente colombiano, Gustavo Petro, a conversa se centrou

44 *Op Cit*, 2024b

45 *Op Cit*, 2024b.

46 *Op Cit*, 2024b.

47 DIARIO LA R. Yamandú Orsi se reunió con Lacalle Pou y hoy viajará a Brasil para un encuentro con Lula. 2024d. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/yamandu-orsi-se-reunio-con-lacalle-pou-y-hoy-viajara-a-brasil-para-un-encuentro-con-lula-id141789/> > Acesso 15 de março de 2025.

48 SWISSINFO. Presidente eleito do Uruguai viajará ao Brasil para encontro com Lula. 2024. Disponível em: < <https://www.swissinfo.ch/por/presidente-eleito-do-uruguai-viajar%C3%A1-ao-brasil-para-encontro-com-lula/88358804> > Acesso em 15 de março de 2025.

49 MRE BRASIL. Lula recebe o presidente eleito do Uruguai, Yamandú Orsi. 2024. Disponível em: < <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/11/lula-recebe-o-presidente-eleito-do-uruguai-yamandu-orsi> > Acesso em 15 de março de 2025.

50 SANTOS, Mauricio. Orsi destacó la importancia de Brasil para el desarrollo del país tras reunirse con Lula da Silva. 2024. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/orsi-destaco-la-importancia-de-brasil-para-el-desarrollo-del-pais-tras-reunirse-con-lula-da-silva-id141951/> > Acesso em 15 de março de 2025.

51 No dia 4 de março de 2025, o Uruguai se alinhou com Brasil, Bolívia, Chile e Colômbia no apoio ao candidato do Suriname, Albert Ramdin, para o cargo de secretário-geral na OEA. A mudança de posicionamento do país sul-americano se deu na transição do governo do Uruguai para se aproximar dos outros governos esquerdista do continente. Para o novo Ministro das Relações Exteriores, Mario Lubetkin, “Ramdin, apresenta uma posição

nas políticas de descarbonização impulsionadas pela Colômbia e a agenda energética de ambos. Orsi, no entanto, não conseguiu um encontro bilateral com o presidente argentino, Javier Milei. O contato dos dois se resumiu a um cumprimento cordial durante a Cúpula do Mercosul. Apesar disso, o presidente eleito declarou manter-se pragmático em relação à Milei e apostou nas boas relações com o embaixador Gerardo Werthein para ter uma relação fluida entre os Estados (Pisabarro, 2024)<sup>52</sup>.

Paralelamente, a vice-presidente eleita, Carolina Cosse, reuniu-se com o embaixador da China no Uruguai, Huang Yazhong. Durante o encontro, discutiram temas estratégicos para o desenvolvimento do país, especialmente o possível estabelecimento de um Tratado de Livre Comércio (TLC) e o fortalecimento das relações bilaterais, com foco na cooperação científica. Em coletiva de imprensa, Cosse afirmou que o embaixador chinês se mostrou aberto e disponível para continuar trabalhando na concretização do TLC. Quando questionada se o acordo seria firmado de maneira bilateral ou por meio do Mercosul, a vice-presidente declarou que “a China quer considerar todo o Mercosul e não irritar nenhuma das partes” e acrescentou “[...] então parece ser como um problema nosso conseguir os acordos e a harmonia dentro do Mercosul para que nos permitam isso” (Diario La R, 2024e)<sup>53</sup>. Esse encontro reforça a tentativa do Uruguai de fortalecer suas relações com a China, seu principal parceiro comercial, de maneira pragmática, visando ganhos econômicos e tecnológicos para o país.

Ainda no âmbito da agenda internacional, Orsi reuniu-se com a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, atual presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, sigla em inglês) para tratar sobre a possível adesão do Uruguai à instituição. Segundo Rousseff, o Uruguai apresenta uma “presença estratégica para o banco” e, caso aderisse, seria o segundo país latino-americano a integrar o NDB. Orsi demonstrou interesse na adesão, destacando que “o banco tem condições de garantia, empréstimos para o Uruguai em infraestrutura, não só logística, mas infraestrutura digital, social, principalmente saúde e educação” (El Observador, 2024g)<sup>54</sup>.

Em suma, esses encontros indicam uma possível reorientação da política externa uruguaia, buscando maior abertura e novas alianças econômicas e financeiras, de maneira estratégica e pragmática. Além disso, evidenciam a tentativa do país de ganhar mais autonomia dentro do Mercosul, sem gerar tensões com seus principais parceiros no bloco, Brasil e Argentina, e mantendo uma postura equilibrada no cenário internacional.

### A cerimônia de posse de Yamandú Orsi

A cerimônia de posse do presidente eleito aconteceu no dia 1 de março de 2025, data em única para abordar os desafios contemporâneos” (SILVA, 2025). A decisão de apoiar Ramdin partiu de uma movimentação estratégica, buscando promover a integração regional e fortalecer o multilateralismo nas Américas. Para Santiago Peña, a mudança de seus vizinhos foi marcada por “questões ideológicas” e retirou a candidatura de Rubén Ramírez para o pleito da OEA (EL PAÍS, 2025). Disponível em: < <https://www.elpais.com.uy/mundo/presidente-de-paraguay-retiro-a-su-candidato-para-la-oea-con-criticas-a-uruguay-y-otros-paises-de-la-region> > Acesso em 29 de março de 2025;

SILVA, Joaquín. La explicación de Lubetkin sobre el apoyo de Uruguay a candidato a la OEA que no toma partido sobre Venezuela. 2025. Disponível em: < <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/la-explicacion-de-lubektin-sobre-el-apoyo-de-uruguay-a-candidato-a-la-oea-que-no-toma-partido-sobre-venezuela> > Acesso em 29 de março de 2025.

52 PISABARRO, Ramiro. Orsi afianza su diplomacia en la región apalancado por Mujica y el gesto de Lacalle Pou, mientras Milei se mantiene distante. 2024. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/nacional/orsi-afianza-su-diplomacia-la-region-apalancado-mujica-y-el-gesto-lacalle-pou-mientras-milei-se-mantiene-distante-n5973942> > Acesso em 16 de março de 2025.

53 DIARIO LA R. Cosse se reunió con el embajador de China, Huang Yazhong: <Una charla muy fructífera> 2024e. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/cosse-se-reunio-con-el-embajador-de-china-huang-yazhong-una-charla-muy-fructifera-id142170/> > Acesso em 16 de março de 2025.

54 EL OBSERVADOR. Dilma Rousseff se reunió con Yamandú Orsi y le propuso que Uruguay se una al banco que fundaron Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica. 2024g. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/nacional/dilma-rousseff-se-reunio-yamandu-orsi-y-le-propuso-que-uruguay-se-una-al-banco-que-fundaron-brasil-rusia-y-china-n5977040%20> > Acesso em 16 de março de 2025.

que também se celebraram os 40 anos do fim do período de ditadura militar no Uruguai e o início do processo de redemocratização. Em seu discurso, Orsi destacou a importância desse momento e do papel fundamental que os partidos políticos desempenham na democracia. Segundo o presidente empossado, “este é um país de partidos políticos, de alternância de poder e de acordos” (Diario La R, 2025a)<sup>55</sup>. Além disso, reforçou a necessidade de preservar a convivência pacífica como forma de fortalecer a democracia e que os uruguaios sigam votando com base em preferências, referências e identidades partidárias (*Idem*, 2025a)<sup>56</sup>.

A posse de Orsi contou com a presença de mais de dez chefes de Estado e autoridades internacionais. Segundo o atual Ministro das Relações Exteriores, Mario Lubetkin, “do ponto de vista internacional, a presença de presidentes, reis, primeiros-ministros, vai ser a cerimônia com maior participação histórica desde que reiniciou a democracia em 1985” (Diario La R, 2025b)<sup>57</sup>. Além da cerimônia, foram programadas reuniões bilaterais, consolidando uma intensa agenda internacional antes, durante e depois do evento.

Entre os convidados confirmados estavam o rei da Espanha, Felipe VI, o presidente da Armênia, Vahagn Khachaturyan, e o presidente da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier. Outros países foram representados por diplomatas ou primeiros-ministros, como o Reino Unido, Índia, Irã, Portugal, Itália, Costa Rica, Equador, México, Vaticano, China e Coreia do Sul. Os mandatários da América Latina que marcaram a presença foram Lula da Silva (Brasil), Santiago Peña (Paraguai), Gabriel Boric (Chile), Luis Arce (Bolívia), Luis Abinader (República Dominicana), Xiomara Castro (Honduras), Bernardo Arévalo (Guatemala) e José Raúl Mulino (Panamá) (Diario La R, 2025b)<sup>58</sup>.

A ausência de uma confirmação sobre a participação do presidente argentino, Milei, chamou atenção. A cerimônia de posse coincidiu com a abertura das sessões ordinárias do Congresso argentino, o que, no passado, também impediu que ex-presidentes participassem na cerimônia de posse no Uruguai. Um exemplo foi a ausência de Alberto Fernández na posse de Lacalle Pou (Pisabarro, 2025)<sup>59</sup>. No entanto, essa circunstância reflete o crescente distanciamento da Argentina em relação a seus vizinhos, especialmente considerando que esta não foi a primeira tentativa de Orsi de realizar um encontro bilateral com Milei, a exemplo da supracitada oportunidade perdida na Cúpula do Mercosul. Diante desse cenário, a agenda internacional de Orsi se alinha aos governos esquerdistas e progressistas da região, priorizando o fortalecimento da integração regional e uma diplomacia focada na América Latina, com presença ativa nos diversos fóruns regionais (Bigliante, 2025a)<sup>60</sup>.

Além disso, a posse foi marcada pela estratégia voltada para a valorização da agenda energética e sustentável do Uruguai. A cerimônia foi realizada com o uso de veículos elétricos no trajeto do Palácio Legislativo para a Praça da Independência. Esse gesto simbolizou o compromisso com a transição energética e a preservação do meio ambiente, além de reafirmar a posição do Uruguai como referência regional da transformação energética (Bigliante, 2025b)<sup>61</sup>. Outro aspecto de destaque foi a composição do novo governo, que conta com uma

55 DIARIO LA R. Orsi: < No volvemos con la verdad revelada, ni tampoco con el afán de cobrar cuenta alguna > 2025a. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/orsi-no-volvemos-con-la-verdad-rebelada-ni-tampoco-con-el-afan-de-cobrar-cuenta-alguna-id150956/> > Acesso em 16 de março de 2025.

56 *Op Cit*, 2025a.

57 DIARIO LA R. Más de diez presidentes en la ceremonia del 1 de marzo. 2025b. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/mas-de-diez-presidentes-en-la-ceremonia-del-1-de-marzo-id150310/> > Acesso em 16 de março de 2025.

58 *Op Cit*, 2025b.

59 PISABARRO, Ramiro. Lula, Boric y el rey de España: qué presidentes vienen a la asunción de Orsi. 2025. Disponível em: < <https://www.elobservador.com.uy/nacional/lula-boric-y-el-rey-espana-los-confirmados-la-asuncion-orsi-y-la-distancia-milei-n5985177> > Acesso em 16 de março de 2025.

60 BIGLIANTE, Luciana. Lubetkin asumió como canciller y presentó los lineamientos de la política exterior de Uruguay. 2025a. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/lubetkin-asumio-como-canciller-y-presento-los-lineamientos-de-la-politica-exterior-de-uruguay-id151365/> > Acesso em 16 de março de 2025.

61 BIGLIANTE, Luciana. Ceremonia de asunción de Orsi y Cosse incluirá traslado en vehículo eléctrico como símbolo de transición energética. 2025b. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/ceremonia-de-asuncion-de-orsi-y-cosse-incluire-traslado-en-vehiculo-electrico-como-simbolo-de-transicion-energetica-id150298/> > Acesso em 16 de março de 2025.

participação recorde de mulheres. Segundo Alejandro Sánchez, secretário do presidente, “é o gabinete que tem mais mulheres em toda a história do Uruguai e isso é um avanço” (Diario La R, 2025c)<sup>62</sup>. No total, mais de dez mulheres ocuparão cargos de ministra e de secretaria de ministérios. Entre os nomes confirmados estão a Ministra do Transporte e Obras Públicas, Lucía Etcheverry; a Ministra da Saúde, Cristina Lustemberg; e a Ministra da Indústria, Energia e Mineração, Fernanda Cardona (*Idem*, 2025c)<sup>63</sup>.

### Considerações Finais

Este artigo propôs analisar as eleições que aconteceram no Uruguai no ano de 2024. Diferentemente de outros países da América Latina, o pleito uruguaio não foi marcado por acirradas divergências ideológicas entre partidos de esquerda e direita, tampouco pela ascensão de candidatos de extrema direita. Esse cenário reforça a estabilidade do sistema político uruguaio, caracterizado pelo respeito à democracia e ao voto popular. A confirmação dessa estabilidade ocorreu quando o ex-presidente Lacalle Pou reconheceu a derrota da coalizão a qual pertence, sem questionar ou contestar o sistema eleitoral, nem atacar Yamandú Orsi, candidato da oposição. As eleições de 2024 também marcaram o retorno da Frente Ampla, tradicional coalizão de esquerda, ao poder, após o último governo de Tabaré Vázquez, encerrado em 2020. Apesar da vitória, o novo governo de esquerda enfrentará desafios significativos, especialmente diante do contexto internacional e regional volátil. A ascensão da extrema direita em países como a Argentina — vizinho e parceiro estratégico no Mercosul — pode representar um desafio para Orsi, que busca fortalecer alianças com governos progressistas da região, como Brasil e Colômbia, além de avançar em acordos com a China. Além disso, esse cenário repercute diretamente no Mercosul, impactando o objetivo da política externa uruguaia de ampliar seu protagonismo nos organismos multilaterais.

### Referência Bibliográfica

CASTRO, Rodrigo E. A Estabilidade da Democracia e a Cultura Política no Uruguai: revisão a partir da ciência política uruguaia. BIB, São Paulo, n.96, 2021. pp. 1-21. Disponível em: < <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/149/143> > Acesso em 10 de março de 2025.

62 DIARIO LA R. Orsi presentó el gabinete ministerial < con más mujeres en la historia de Uruguay >. 2025c. Disponível em: < <https://grupormultimedia.com/orsi-presento-el-gabinete-ministerial-con-mas-mujeres-en-la-historia-de-uruguay-id143352/> > Acesso em 16 de março de 2025.

63 *Op Cit*, 2025c.





## GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### Casa de povos e comunidades da floresta: o papel do Fórum Social Panamazônico na concertação transnacional de amazônidas

Janaína Pinto<sup>64</sup>

A Pan-Amazônia é uma região sul-americana que atravessa os limites territoriais de nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Na lista, a posição brasileira se destaca pela soberania sobre 63,4% dessa extensão. A região é conhecida pelo rico bioma irrigado pela Bacia Amazônica e pelas múltiplas histórias e localidades de resistência de povos na defesa de um modelo de desenvolvimento que os permita existir, bem viver e prosperar dentro dos próprios costumes.

A riqueza do bioma se manifesta na diversidade e na abundância. Em 2021, o Painel Científico da Amazônia (PCA) produziu um relatório apontando esta região tropical como casa de 2.400 espécies de peixes, 1.300 de aves, 425 de mamíferos, 371 de répteis, além de 50 mil espécies de plantas vasculares (Chaves, 2022). A essa vastidão de vida, agregam-se as comunidades humanas. Em 2022, a Rede Eclesial Panamazônica (REPAM) estimava existirem na floresta aproximadamente 3 milhões de indígenas, organizados em mais de 390 povos, falando 240 línguas vivas, pertencentes a 49 famílias linguísticas (Caldeiras, 2022).

Cada espécie e cada comunidade se integra às demais em complementação, culminando em uma paisagem composta por múltiplos cenários, conectados entre si por meio de imbricadas redes. Como base de existência para todas essas coletividades vivas, a Bacia Amazônica irriga diretamente 6 milhões de quilômetros quadrados e produz cerca de 16% de toda a descarga de água doce do mundo. Ademais, água e floresta estão conectadas de maneira íntima, pois a fotossíntese das plantas amazônicas é uma fonte gigantesca de vapor d'água para a atmosfera planetária como um todo, além de garantir a chuva que equilibra o próprio bioma e os vizinhos – no caso brasileiro, trata-se do Cerrado, do Pantanal, da Caatinga, dos Pampas.

Não obstante a centralidade ecológica dos serviços prestados pela floresta, a Amazônia esteve na periferia política das histórias nacionais das antigas colônias ibero-americanas banhadas pelo grandioso rio Amazonas e afluentes, sendo inicialmente encarada como uma região inóspita, desprovida de população, além de uma mera reserva natural estratégica para exploração futura (Becker, 2005). A subordinação do bioma aos centros hegemônicos de poder levou a uma emulação dos padrões colonizadores europeus nos âmbitos domésticos, através da inserção desse território nos modelos de desenvolvimentos nacionais de maneira predatória tanto em relação aos ecossistemas locais, quanto aos povos e comunidades nativos, tratados costumeiramente como cidadãos de segunda classe.

64 Doutoranda em Ciência Política no IESP-UERJ e pesquisadora do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC) e do Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo).

A expropriação desagregadora da sociobiodiversidade amazônica, através de grandes empreendimentos poluidores – subsidiados pelos Estados nacionais e, muitas vezes, operantes sem a consulta prévia a quem habita as terras em questão –, é um resultado dessa lógica. Este é um problema histórico denunciado há muitos anos por movimentos sociais, comunidades tradicionais, ribeirinhas, camponesas, indígenas e quilombolas da região multinacional em cada âmbito doméstico banhado pela bacia. Redes de integração espacial rodoviária, projetos mineradores, práticas de desmatamento em grande escala, pecuária extensiva, monocultivos e usinas hidrelétricas são iniciativas cuja conduta socioambiental é amplamente criticada por modos de vida da floresta em toda Pan-Amazônia.

Atualmente, o Fórum Social Panamazônico (Fospa) luta pela demanda de atores não governamentais amazônidas de se construir um espaço de debate transnacional com vistas a potencializar suas capacidades de incidência nas políticas públicas oficiais nos diferentes âmbitos domésticos: municipal, estadual, regional e nacional. Dessa maneira, um ambiente panamazônico composto por entidades lideradas por povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhas, camponesas, quilombolas e organizações sociais aliadas denuncia, de forma multilateral, os cenários recorrentes de conflitos socioambientais na floresta com vistas a desnaturalizar violações cotidianas acontecidas no descompasso entre os modelos de desenvolvimento nacionais e os direitos básicos de povos e comunidades nativas.

Diante da emergência climática, a lista de semelhanças entre os desafios enfrentados por povos e comunidades tão diversos vem aumentando. Temperaturas batem recordes históricos, secas provocam incêndios florestais cada vez mais extensos, as cheias previstas pela comunidade científica climática arrasam comunidades inteiras sem que o aparato estatal se prepare para protegê-las ou mesmo socorrê-las a contento. Assim, os encontros recorrentes do Fospa se organizam, nos últimos anos, em grupos de estudo focados nas temáticas mais prementes do momento, trabalhando também na elaboração de propostas coletivas de enfrentamento à emergência.

Dessa maneira, o fórum busca reforçar seu papel na concertação transnacional da sociedade civil que habita a floresta para potencializar a voz pública de suas entidades-membro em uma governança panamazônica ainda muito conduzida por negociações entre companhias e Estados, as quais são historicamente mediadas por uma parte da sociedade civil mais distanciada dos modos de vida tradicionais e, por conseguinte, das agendas políticas de seus povos e comunidades. Neste *policy paper*, abordamos a história e o arcabouço político do Fospa, as principais agendas do fórum, a relação com os atores estatais e corporativos da região, assim como elencaremos possíveis desafios a seus objetivos a serem observados no futuro.

### Origem e propósito: “Um outro mundo é possível”

A origem dos movimentos socioambientais amazônicos foi local e espontânea. Eles surgiram à medida que os projetos estatais, orquestrados pelos centros de poder nacionais, chegavam aos territórios habitados por comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas munidos de planos de execução que desconsideravam os direitos da população nativa. Ressalta-se, desde o início, o papel fundamental da igreja católica para assessorar e prestar socorro a essas populações diante dos cenários de conflitos socioambientais.

Nos anos 1980, a temática socioambiental ganha projeção na arena transnacional, assim como as ditaduras latino-americanas começam a ruir. Com isso, também a limitação local de atuação dos movimentos socioambientais começa a dar lugar a conexões entre entidades locais e grandes organizações não governamentais internacionais. A voz e o alcance da sociedade civil amazônida são potencializados.

Já nos anos 1990, em paralelo ao fortalecimento transnacional da pauta socioambiental, os movimentos sociais latino-americanos como um todo promoveram uma parceria regional de resistência ao receituário neoliberal imposto pelo Consenso de Washington (1989). A agenda estabelecida por bancos do Norte geopolítico defendia que a solução para a forte crise econômica que assolava economias do Sul na segunda metade do século XX deveria

passar por austeridade fiscal, extensos processos de privatização e abertura econômica para capitais estrangeiros. Em resumo, advogava pelo aprofundamento de uma globalização voltada a abrir caminho para o projeto de projeção transacional de grandes corporações dos centros de poder, enfraquecendo a capacidade de barganha de Estados então considerados “subdesenvolvidos” e “em desenvolvimento”.

A movimentação continental contrária à globalização corporativa esteve inserida em uma tendência planetária entre movimentos sociais. Em todo mundo, organizava-se uma articulação por “justiça global”. Conduzida por movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil, ela propunha barrar a mercantilização de todas as esferas sociais e defendia que “o mundo não era uma mercadoria”. As ideias do geógrafo baiano Milton Santos (1926-2001) foram basilares para esse movimento, especialmente no Brasil, impulsionando a criação do Fórum Social Mundial (FSM), em 2001.

Milton Santos defendia outro tipo de globalização, diferente do que chamava de movimento “globalitário” das corporações e dos Estados, os quais negociavam o futuro das economias e das sociedades nacionais sem consultar povos e comunidades. A exemplo do geógrafo, a carta de princípios do FSM defende outro tipo de movimento mundial:

*“[...] una globalización solidaria que respete los derechos humanos universales, así como todos los ciudadanos de todas las naciones y al medio ambiente, sobre la base de los sistemas democráticos e instituciones internacionales al servicio de la justicia social, la igualdad y la soberanía de los pueblos<sup>65</sup>” (FSM, 2001).*

Na esteira dessa visão de mundo, o FSM é um espaço de fala e articulação com protagonismo de entidades da sociedade civil, de maneira a fortalecer os laços entre participantes em prol do desenvolvimento de pautas e diagnósticos comuns ou complementares. Ele acontece sempre no Brasil e se contrapôs diretamente ao Fórum Econômico de Davos, a reunião anual de um seleto grupo de dirigentes de corporações e políticos mundiais que acontece, desde 1971, no topo dos Alpes Suíços, para definir os caminhos socioeconômicos mundiais.

Finda a primeira edição do FSM, acontecida em Porto Alegre no ano de 2001, a carta de princípios do fórum estabeleceu a criação de espaços temáticos de debate, entre eles um especialmente para a região transnacional da Amazônia. Tratou-se do primeiro passo do Fospa. A agenda prioritária inicial foi mitigar entraves de acesso e comunicação entre as entidades-membro a fim de promover alianças e garantir a participação política coletiva de povos e comunidades da floresta em debates transnacionais nos quais o bioma estivesse implicado. Como resultado, foram desenvolvidas estratégias como os Encontros Sem Fronteiras, realizados nas regiões fronteiriças dos países da Panamazônia com vistas a promover intercâmbios e alianças entre movimentos sociais, redes e sociedade civil.

No Fórum Social Mundial que aconteceu em Belém, em 2009, os Encontros Sem Fronteiras organizaram caravanas fluviais e terrestres que garantiram a participação efetiva de representantes de toda a Pan-Amazônia no evento. Para dar continuidade aos efeitos dessa articulação continental e incrementar a coesão interna do fórum, membros do Fospa se encontram a cada dois anos, debatem um tema específico a cada edição e encerram as atividades com uma carta-documento munida de propostas de medidas e ações tanto para os integrantes do Fospa quanto para atores estatais.

O evento mais recente aconteceu em junho de 2024, nas cidades bolivianas de Rurrenabaque e San Buenaventura, no departamento de La Paz, na Bolívia. Na ocasião, fortaleceu-se uma coalizão panamazônica para uma Amazônia livre de todas as formas de mineração. O Fospa demanda que a Amazônia seja declarada uma “Zona Proibida” para as indústrias extrativas, sendo essa a principal agenda da articulação, como veremos em mais detalhes no próximo tópico.

65 Tradução nossa: “[...] uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, assim como todos os cidadãos de todas as nações e o meio ambiente, com base em sistemas democráticos e instituições internacionais a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos”.

## Agendas em evidência: a crítica ao extrativismo predatório e a primazia da autogestão comunitária

Dentro do Fospa, são os povos originários quem mais se opõem à atuação globalizada de Estados e corporações, os quais tendem a compreender territórios tradicionais como recursos naturais, ou seja, insumos para a produção de mercadorias. Essa percepção sobre a floresta, as águas, a fauna e mesmo o ar estabelece uma compreensão de bem viver associada à ideia de desenvolvimento econômico, para a qual a cisão entre pessoas e natureza é fundamental. Entretanto, os modos de produção tradicionais dos povos indígenas amazônicos se baseiam em sistemas produtivos de subsistência e não de acumulação, os quais apenas são possíveis com a preservação das dinâmicas naturais das vidas da floresta.

A crítica desses povos ao extrativismo exploratório é, portanto, baseada na relação estabelecida entre eles e a terra, as águas, a flora e demais espécies da fauna. Para os empreendimentos exógenos, a cisão dessa relação é uma etapa do processo produtivo, algo necessário para iniciar as operações. Para os povos originários, é a morte. Sair do território onde tradicionalmente existem só é menos doloroso que ver a floresta desaparecer, as árvores queimarem, os demais animais com fome. Dessa maneira, os debates do Fospa são espaços para encorpar a crítica ao modo predatório de extrativismo implementado na Amazônia por quem não a habita e não a vê padecer dos impactos socioambientais ocasionados pelos modelos de desenvolvimento nacionais para os quais a morte da floresta não representa um luto.

Por conseguinte, a demanda inaugural desses povos era uma mudança no paradigma político-econômico ocidental para o qual a terra é mercantilizável na direção de uma percepção de mundo que compreenda a terra como bem comum, a ser partilhado por toda forma de vida. No entanto, diante do avanço incontestado de modos de produção atrelados à mercantilização da natureza, o pleito indígena amazônico se ajustou. Hoje, os movimentos e organizações de base demandam terra e autonomia territorial. Como resultado, formam-se ilhas de preservação do bioma, onde comunidades nativas permanecem juntas e recebem o respaldo oficial como posseiras.

Uma descrição mais detalhada dessas demandas pode ser extraída da carta de princípios do Fospa, assim como de documentos resultantes dos encontros do fórum desde 2002 (Fospa, 2012; 2024). São elas: o direito à autodeterminação; o direito ao consentimento livre, prévio e informado à adoção de medidas legislativas e administrativas de qualquer natureza (incluindo obras de infraestrutura, mineração e uso de recursos hídricos); o direito à reparação pelo furto de suas propriedades; o direito a manter suas culturas; e o direito à comunicação.

Para tanto, os membros do Fospa pleiteiam a efetivação do sistema jurídico internacional de proteção aos conhecimentos e práticas dos povos indígenas e tradicionais – estabelecido especialmente pela Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção n.º 169 da OIT, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Além disso, o fórum também pleiteia o aprofundamento dessas prerrogativas em direção ao reconhecimento do caráter plurinacional de Estados com esses territórios e da efetivação do autogoverno e da autodeterminação desses povos (Fospa, 2024).

Um exemplo de instrumento previsto pelo Direito Internacional para fins de viabilização do autogoverno de povos indígenas e tradicionais é o protocolo autônomo de consulta e consentimento livre, prévio e informado, também conhecido como protocolo comunitário. Esse instrumento é um documento desenvolvido por cada povo de maneira a sistematizar como instâncias corporativas e públicas devem proceder ao ambicionar recursos naturais de uma terra indígena. Embora amplamente desenvolvido por comunidades e povos – no Brasil, existem, pelo menos, 49 protocolos indígenas, 26 quilombolas e 34 de povos e comunidades tradicionais (Observatório, 2024) –, esses instrumentos ainda não são plenamente respeitados por Estados e corporações.

Mais recentemente, o Fospa também apresentou como demanda a participação da sociedade civil nas instâncias deliberativas das Conferências das Partes (COPs) do Clima e da Biodiversidade. O fórum panamazônico considera fracassadas as negociações climáticas multilaterais, por apontarem como solução para a emergência ecológica novas formas de mercantilizar a natureza, não endereçando a matriz da questão do modelo econômico fóssil: o uso dos recursos naturais orientado pelas lógicas mercadológicas e não ecológicas (Fospa, 2024).

## Quem são os membros, como se mobilizam e qual relação estabelecem com os atores estatais

As primeiras edições do Fospa, dada a origem a partir do Fórum Social Mundial (FSM), contaram com a participação majoritária de entidades brasileiras, representando um dos desafios que levaram ao arrefecimento das atividades do fórum depois de 2005. No entanto, a continuidade do esforço por parte de movimentos e organizações em formar caravanas de todos os países panamazônicos para participarem de debates referentes à floresta surtiu efeito, especialmente a partir de 2009. Naquele ano, o FSM aconteceu em Belém do Pará e contou com forte presença de delegações de comunidades indígenas e tradicionais de toda a Amazônia. A partir de 2010, o Fospa começou a acontecer a cada dois ou três anos, agregando cada vez mais entidades. Até outubro de 2024, 54 entidades estavam listadas no site do Fospa como membros do fórum, entre redes transnacionais e entidades nacionais. A tabela abaixo apresenta o número de entidades por local de atuação.

Tabela 1 – Número de entidades membro do Fospa por local de atuação

Local de atuação	Número de entidades- -membro do Fospa
Transnacional	10
Bolívia	2
Brasil	5
Colômbia	8
Equador	1
Guiana	0
Guiana Francesa	0
Peru	28
Suriname	0
Venezuela	0

Fonte: Site do Fospa.

A metodologia do Fospa também é legada do FSM. Geralmente, os encontros começam com uma grande marcha e terminam com uma assembleia geral, na qual aprova-se a carta da edição. Ao longo dos dias de evento, existem atividades centralizadas e autogeridas. As primeiras ficam a cargo do Comitê de Organização Local da edição, enquanto as autogeridas são organizadas pelas demais entidades-membro. As atividades culturais, enraizadas em tradições dos diversos povos da Pan-Amazônia, também são uma marca registrada dos fóruns.

Quanto às relações com atores estatais, existe um descontentamento geral frente aos projetos de desenvolvimento nacionais. Entretanto, os Estados da Pan-Amazônia respondem de formas variadas às demandas basilares do fórum, a depender da orientação política dos governos e do próprio processo nacional. Em cada Estado, por exemplo, é diferente a fase administrativa em que se encontram os processos de regularização fundiária e demarcação de terras indígenas.

O exemplo mais proeminente de convergência foram as mudanças profundas em relação aos direitos indígenas da Bolívia quando a proclamação de um Estado plurinacional reconheceu integralmente a diversidade de povos bolivianos em 2009. Evo Morales, o primeiro presidente indígena da Bolívia (2006-2019), fez parte do processo de insurgência indígena, que ajudaria a fortalecer os princípios do Fospa nos anos seguintes. Ademais, é muito comum que instâncias estatais de todos os níveis sejam essenciais para a realização das reuniões bem como para o atendimento a demandas ideológicas do fórum.

Entretanto, os exemplos de dissidência ideológica com instâncias estatais são bem mais abundantes do que as pinceladas de parcerias pontuais. Durante o governo federal de extrema-

direita no Brasil (2019-2022), conduzido por Jair Messias Bolsonaro (atualmente filiado ao Partido Liberal), o encontro do Fospa voltou a Belém do Pará, em 2022, depois de uma edição em formato digital baseada na cidade colombiana de Mocoa, em pleno momento mais agudo da pandemia de Covid-19, em 2019. A escolha da cidade brasileira foi uma resposta às ofensivas do governo federal ao bioma amazônico e ao direito dos povos tradicionais.

Na ocasião, ocorreu o primeiro encontro presencial da Rede Jurídica da Amazônia, a qual propõe o fortalecimento de organizações e entidades sem fins lucrativos baseadas ou com atuação na Amazônia Legal<sup>66</sup> para as defesas ambiental, climática e do território. Ao todo, mais de 30 entidades, incluindo defensoria pública e ministérios públicos participaram da conversa. A recorrência do Pará como sede do encontro se relaciona com os altos índices de desmatamento do estado, em prol da mineração, da pecuária e de grandes projetos, como a construção de complexos portuários e hidrelétricas, como a de Belo Monte, na bacia do rio Xingu. A atuação da defensoria pública e do ministério público no Pará e demais estados da Amazônia Legal é – em alguns casos – um aliado elementar à garantia de direitos de povos e comunidades da floresta.

Finalmente, a incidência do Fospa nas esferas multilateral e domésticas se dá através da elaboração de cartas de demandas e recomendações, habitualmente entregues a autoridades públicas. Em consonância com a natureza não-estatal do fórum, não se observa uma interlocução direta com blocos multinacionais do continente americano integrados por representantes de Estados, como o Mercosul, a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Pacto Andino ou a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

### Perspectivas e desafios

A concepção de uma “diplomacia dos povos” amplia a percepção sobre a natureza de sujeitos das relações internacionais ao compreender também povos e movimentos sociais como operadores relevantes (Bansart, 2008). Ela surge na América Latina, especialmente em torno de movimentos indígenas, precisamente pelo limitado ou nulo papel destinado a representantes desses povos e comunidades – com perspectivas e demandas únicas e amiúde desconsideradas nos contextos domésticos – na esfera transnacional.

Organizações plurinacionais como a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) são constructos baseados em ideias desse conceito. O Fospa, no entanto, exacerba as premissas da diplomacia dos povos, ao propor um espaço sem a presença de representantes de esferas estatais executivas. Dessa forma, avança na construção de um ambiente transnacional com protagonismo da sociedade civil. Por outro lado, a ausência de uma incidência direta sobre construtores de políticas públicas nacionais enfraquece a efetivação de cenários domésticos mais condizentes com as diretrizes cuidadosamente delineadas pela sociedade civil panamazônica.

O Fospa existe para potencializar o ponto de vista de povos e comunidades panamazônicas. A metodologia para alcançar esse objetivo foi a construção de um espaço de debate transnacional onde se possa deliberar uma agenda comum para o bioma a partir de conhecimentos e experiências desses povos e comunidades. Entretanto, uma vez elaborada, cabe a seguinte pergunta: como essa agenda se transmuta em mudança efetiva? Que mecanismos de *advocacy*, por exemplo, são possíveis e desejáveis pelos seus membros para aumentar a incidência em políticas públicas? Encontrar respostas próprias, no âmbito do Fospa, talvez seja seu grande desafio adiante.

### Referências bibliográficas

BANSART, A. El Caribe. Una sola posibilidad de integración: La Diplomacia de los pueblos. Caracas: Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 2008.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v.19, n.54, p. 71-86, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em: 29 maio

66 A Amazônia Legal é um conceito instituído em 1953 e abrange 59% do território brasileiro em nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão. A delimitação diz respeito a todos os estados onde o bioma amazônico está presente no Brasil.

2019.

BECKER, B. K. Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi Ciênc. Hum., v. 7, n. 3, dez. 2012. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000300011>.

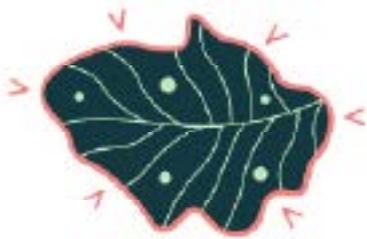
BEDINELLI, T. A floresta tem um plano para salvar o planeta da crise climática. Sumaúma, 19 jul. 2024. Disponível em: <https://sumauma.com/a-floresta-tem-um-plano-para-salvar-o-planeta-da-crise-climatica/>. Acesso em 22 ago. 2024.

CALDEIRA, J. Artigo: os povos indígenas são os melhores protetores da Amazônia. Cimi, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/08/artigo-os-povos-indigenas-sao-os-melhores-protetores-da-amazonia/>. Acesso em 22 ago. 2024.

CHAVES, L. Amazônia tem 10% da biodiversidade do planeta e é peça-chave para garantia de metas da COP15. InfoAmazonia, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/12/15/cop15-amazonia-biodiversidade/>. Acesso em 22 ago. 2024.

LEITE, J. C. Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. Observatório de Protocolos Comunitários. Protocolos > Protocolos no Brasil. 2024. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolos/>. Acesso em 1 out. 2024.





# GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## A política externa colombiana como ferramenta para a proteção da Amazônia

Andrés Londoño Niño<sup>67</sup>

### Introdução

A Colômbia é considerada tradicionalmente um dos cinco países mais biodiversos do mundo e vem se valendo cada vez mais da sua política externa para afirmar este status no século XXI. Este movimento teve um de seus marcos iniciais em 2002, quando, em companhia de outros onze signatários, tornou-se parte da Declaração de Cancún dos Países Megadiversos. Tratou-se de um reconhecimento da abundância de espécies animais e vegetais que estes países abrigam e de um compromisso de que este patrimônio não deve ser utilizado apenas para impulsionar o turismo e o investimento estrangeiro, por exemplo. O documento reconheceu desafios e colocou responsabilidades aos Estados para proteger e conservar suas faunas e floras, em meio ao aumento das preocupações com as mudanças climáticas naquele contexto.

Após 2002, embora outros biomas colombianos – como a selva úmida de Chocó, as savanas e planícies dos *Llanos Orientales*, as florestas andinas e os páramos – sejam importantes em termos ambientais e geoestratégicos para o país, a Amazônia ganhou maior destaque na política doméstica e externa voltada para a proteção da biodiversidade e o controle do clima. Diversos fatores, tanto internos quanto internacionais, influenciaram uma mudança na percepção do bioma amazônico, que, considerado periférico nos séculos anteriores, passou a ter uma importância cada vez maior em agendas governamentais nas décadas seguintes.

Internamente, a Amazônia está localizada no sul do país e ocupa grande parte do território colombiano. Dos nove países amazônicos, a Colômbia possui 6,6% de seu território cobertos pela floresta e abriga 5,5% da bacia amazônica, sendo o terceiro país com a maior extensão do bioma, depois do Brasil e do Peru (SINCHI, s.d.). Não obstante ser pouco na comparação com estes vizinhos, a Amazônia colombiana tem uma área de 483.164 km<sup>2</sup>, o que representa 42,3% da área nacional, estendendo-se por dez dos 32 departamentos que conformam a divisão política do território (SIATAC, s.d.).

No âmbito da política interna, o processo de paz assinado pelo Estado colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), em 2016, durante o governo de Juan Manuel Santos (2010-2018), permitiu que a agenda doméstica se abrisse mais para outras questões diferentes às de política de segurança, que dominaram a atuação do Estado colombiano nas décadas anteriores. Isso possibilitou que as agendas de clima e biodiversidade, sobretudo para a Amazônia, ganhassem maior importância dentro do Estado nos últimos dez

<sup>67</sup> Professor da Universidad La Salle – Colômbia e da Escola Superior de Administração Pública da Colômbia, colaborador do OPISA e doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ

anos. Além disso, a crescente visibilidade dos desmatamentos, dos incêndios em várias regiões do país e das secas impulsionaram o ativismo ambiental de diversos grupos sociais, étnicos e lideranças comunitárias, que têm dedicado suas vidas à defesa dos direitos ambientais.

Entre os fatores políticos internacionais que contribuíram para dar mais prioridade à Amazônia na agenda interna e externa, destaca-se o avanço paulatino da pauta ambiental mundial a partir da década de 1970, com a Conferência de Estocolmo, marco importante do debate multilateral sediado na ONU. Esse impulso se intensificou com eventos internacionais como a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio em 1992, a aprovação do Protocolo de Quioto em 1997, o advento do Acordo do Clima de Paris em 2015 e o início da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, a partir de 2016. Ao longo do processo de debates internacionais, que colocaram a questão ambiental com cada vez maior relevância nas agendas global, nacionais e locais, a Amazônia sempre recebeu uma atenção importante do restante do mundo, especialmente pelo fato de absorver grandes quantidades de CO<sub>2</sub> da atmosfera e ser peça relevante no esforço coletivo de contenção das mudanças climáticas.

Contudo, desde 2021, no contexto de agravamento do aquecimento global, a Amazônia passou a emitir mais CO<sub>2</sub> do que é capaz de absorver, devido à intensificação dos danos à flora causados pelas mudanças climáticas e por desmatamentos, na contramão dos compromissos de conservação do clima e da biodiversidade assumidos pela Colômbia e por países amazônicos vizinhos. Esses problemas passaram a ser reconhecidos com maior destaque nas agendas tanto domésticas quanto externas da Colômbia, tendo em vista um aumento da pressão por políticas públicas de proteção da Amazônia por parte de outros países do mundo e organizações internacionais.

A combinação de todos estes fatores contribuiu para que a proteção da Amazônia passasse a receber um destaque inédito na política nacional a partir do advento do governo de Gustavo Petro, em 2022. Ações relevantes dos últimos anos incluíram uma diplomacia presidencial chamativa em conferências do clima e culminaram na organização, na cidade de Cali, da 16ª Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP16), em 2024. O objetivo deste artigo é detalhar, nas seções seguintes, a grande transformação por que passou o tratamento dado à Amazônia pelos governos colombianos, sobretudo nas décadas iniciais do século XXI, a fim de destacar a inovação qualitativa representada pelo governo Petro de se engajar nos debates ambientais internacionais e intensificar, de forma conectada, a busca por maior paz e prosperidade no sul do país.

## Contexto e problemáticas

### *Amazônia, meio ambiente e problemas públicos*

A partir de uma concepção da Amazônia como um território desocupado, o Estado colombiano historicamente promoveu um modelo extrativista na região. Conforme relatado pela Comissão da Verdade da Colômbia (2022), ao longo do século XX, o Estado permitiu a escravização dos povos indígenas, especialmente durante o auge da borracha, no início do período, e posteriormente incentivou a colonização interna para intensificar a exploração de várias matérias-primas. Esses processos de colonização foram impulsionados significativamente na região amazônica, à medida que prosperavam produtos como madeira, petróleo, ouro e coltan, além de substâncias como maconha e cocaína. Tal dinâmica gerou conflitos sociais entre a população nativa e os colonos. Posteriormente, grupos armados surgiram e passaram a fazer parte desses conflitos sociais (Comissão da Verdade, 2022).

O controle territorial por grupos armados tornou-se um dos maiores problemas associados com a proteção do meio ambiente na Colômbia. Na Amazônia, por um lado, o domínio por estes grupos contribuiu indiretamente para certa proteção ambiental, pois se controlava a exploração de alguns recursos e se desincentivava o turismo predatório. Por outro lado, as atividades de financiamento desses grupos, como a mineração ilegal e os cultivos de uso ilícito, afetaram negativamente a qualidade do território e a conservação da

natureza. Por esta razão, o meio ambiente é considerado uma das vítimas do conflito armado colombiano.

Apartir da década de 1990, a questão ambiental ganhou força na agenda internacional<sup>68</sup>, o que repercutiu na agenda doméstica da Colômbia. Foi criado o Ministério de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADS) em 1993, com o objetivo de ser uma entidade dedicada à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Foi também nesse período que o desmatamento passou a ser considerado um problema público no país, concentrando-se na região amazônica. Em consequência, o Estado começou a mensurar as áreas de floresta afetadas.

Entre 1990 e 2010, aproximadamente 2,2 milhões de hectares foram desmatados na região. Posteriormente, entre 2010 e 2013, a taxa de desmatamento foi de 14.000 hectares por ano. Em 2017, essa taxa aumentou significativamente para 213.973 hectares (Durán & Piniero, 2019). O desmatamento acumulado entre os anos de 2002 e 2022 foi de 3.306.393 hectares para o país, somando 1.781.222 hectares na Amazônia (Visión Amazonia, s.f.). Contudo, apesar do avanço de mensurações, o Estado seguiu tendo dificuldade de vencer o controle ilícito de territórios, principal obstáculo para a redução de desmatamentos.

### *Conflito armado e violações de direitos humanos*

Para além de danos ao patrimônio natural, a disputa entre grupos armados pelos recursos naturais e pelo controle de rotas de narcotráfico na Colômbia gerou altas e constantes violações de direitos territoriais e do direito à vida. Os defensores de direitos ambientais, incluídos os que defendem a região amazônica, têm sido assassinados e ameaçados ao longo dos anos de conflito territorial.

A proteção de quem defende o meio ambiente é uma questão que também ganhou importância na agenda internacional, seja no sistema universal das Nações Unidas, especialmente desde a Declaração sobre os Defensores de Direitos Humanos de 1998 (A/RES/53/144) e instrumentos posteriores<sup>69</sup>, seja no sistema interamericano de direitos humanos, ao qual vários defensores de direitos humanos, inclusive líderes ambientais e povos indígenas, têm acudido perante a ineficiência da Justiça colombiana.

É importante destacar que a Colômbia passou a ser considerado o país do mundo onde ocorrem mais assassinatos de líderes ambientais, superando o Brasil e o México<sup>70</sup>. Apesar de a Amazônia não ser a região do país que concentra o maior número de agressões a defensores de direitos humanos, como indica o informe da Somos Defensores (2023), o fato de que lideranças indígenas sejam o principal foco das agressões indica um problema importante para a defesa da região, tendo em vista o papel das populações indígenas na proteção da floresta.

### *Alternativas de políticas*

#### *A securitização das políticas para a Amazônia*

Historicamente, as políticas dos governos colombianos para a região amazônica se concentraram na área de segurança e defesa. Para expandir o controle territorial do Estado

68 Essa maior importância dada para questões ambientais evidenciou-se com a realização de eventos internacionais tais como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) e os encontros posteriores relacionados aos principais documentos aprovados nela: as Conferências das Partes (COPs) da Convenção sobre a Diversidade Biológica e sobre as Mudanças Climáticas.

69 O sistema universal das Nações Unidas, durante a última década, tem destacado a necessidade de reconhecer o trabalho de defensores de direitos humanos e a urgência de sua proteção por parte dos Estados (Resolução da Assembleia Geral 68/181/2013 sobre a proteção das pessoas defensoras de direitos humanos). Destaca-se especialmente a Resolução do Conselho de Direitos Humanos A/HRC/40/L.22/Rev.1 relativa aos defensores de direitos humanos relacionados ao meio ambiente

70 Segundo as medições de Global Witness (2022), em 2022, ocorreram 60 mortes na Colômbia, enquanto no Brasil foram 34 e no México, 31. Essas cifras superam as de outros países como Filipinas, Indonésia, República Democrática do Congo e África do Sul.

na Amazônia, o Estado colombiano intensificou as operações militares contra grupos armados, especialmente a guerrilha das FARC. Desde o governo de Andrés Pastrana (1998-2002), houve um foco crescente na cooperação militar internacional, exemplificada pelo Plano Colômbia, assinado com os Estados Unidos, em 1999. Esse plano teve como principal foco a luta contra o narcotráfico, particularmente em áreas da região amazônica com extensas plantações de drogas ilícitas. A Amazônia, onde ocorreram fracassadas tentativas de paz com as FARC durante o governo de Pastrana e onde a presença desse grupo armado era significativa, tornou-se uma área problemática para a segurança nacional.

Sob o governo de Álvaro Uribe (2002-2010), o Plano Patriota ampliou a cooperação com os Estados Unidos na luta contra o narcotráfico e intensificou as operações militares contra grupos armados. Durante esse período, houve um aumento significativo da presença militar na região amazônica, incluindo militares dos Estados Unidos destacados nas bases militares do departamento de Caquetá, reconhecido como a entrada para a Amazônia colombiana.

Sob essa mesma perspectiva, o presidente Iván Duque (2018-2022) impulsionou a Operação Artemisa em 2019 com o objetivo de combater o desmatamento. Apesar dos significativos investimentos financeiros destinados à operação, que envolveu ações militares em parques naturais e áreas de reserva, algumas críticas foram levantadas por organizações sociais devido aos resultados insuficientes na redução do desmatamento. Além disso, houve críticas pelo viés judicial da operação, que pareceu focar mais nos pequenos agricultores e indígenas, enquanto os grandes responsáveis pelo lucro com o desmatamento não foram devidamente atingidos.

### *A paz, um requisito para diversificar e aprofundar a agenda*

Na Colômbia, a efetivação de uma agenda governamental de proteção da Amazônia passa pela realização da paz interna. O processo de paz negociado entre o governo de Juan Manuel Santos (2010-2018) e a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), assinado em 2016, possibilitou uma ampliação da agenda política nacional. Houve um deslocamento do foco das políticas que anteriormente visavam principalmente ao controle de grupos armados, para políticas mais centradas em iniciativas sociais nos territórios e na proteção ambiental.

De igual modo, desde 2015, as questões ambientais têm ganhado maior relevância na agenda interna e externa com o reconhecimento, pela Colômbia, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o que ajudou a impulsionar uma inclusão mais robusta desses temas na agenda governamental. Consequentemente, têm surgido mais iniciativas voltadas para a proteção ambiental da região amazônica, inclusive por via da cooperação internacional para o desenvolvimento, que tem priorizado essa questão no país.

Por exemplo, em 2015, o Ministério de Meio Ambiente criou o programa *Visión Amazonía*, que, com o apoio de Noruega, Alemanha e Reino Unido, busca proteger a Amazônia colombiana e reduzir as emissões que provêm do desmatamento (MADS, sd). Este programa deu maior ênfase ao conceito de governança ambiental para a gestão da região amazônica. Além disso, foi estabelecido um sistema de pagamento à Colômbia por parte dos governos estrangeiros para compensar o seu esforço na redução de CO<sub>2</sub>.

Além do Programa *Visión Amazonía*, o MADS lançou o Programa Nacional de Restauração para recuperar e reabilitar áreas danificadas (2015), o Pacto Intersetorial pela Madeira Legal (2015), o Plano de Ação de Biodiversidade 2016-2030 (2017), o Programa Bosques de Paz (2017), a criação da Comissão Intersetorial para o Controle do Desmatamento e a Gestão Integral para a Proteção da Floresta (CICOD) (2017), a criação do Sistema Nacional de Informação Florestal, o Inventário Florestal Nacional, o Sistema de Monitoramento de Florestas e Carbono (2017) e a criação da Estratégia Bosques Territórios de Vida (2018). Todas essas iniciativas começaram a dar certos contornos institucionais à criação de uma governança florestal (Durán, Piniero, 2019).

Esta série de ações permite identificar que, na década passada, a confluência de priorização da questão ambiental na agenda externa com o processo de paz no país permitiu

um dinamismo maior da questão ambiental no nível institucional. Também nesse período aumentaram os relatórios de verificação internacionais das emissões de CO<sub>2</sub>, ligados ao advento do Acordo do Clima de Paris, em 2015, o que fez com que uma maior atenção do governo fosse dada para tratar a problemática.

Cabe destacar que uma das políticas mais utilizadas pelo governo colombiano para ampliar a proteção da Amazônia para além do olhar securitário passou a ser a declaração de áreas de proteção ambiental. Seu objetivo é impedir a expansão de atividades extrativas lícitas e ilícitas em territórios definidos de importância ambiental. Assim, em 2018, o presidente Santos declarou a expansão do Parque Natural Nacional Chiribiquete, localizado no departamento de Guaviare, o que o tornou a maior área protegida no país.

### *Os créditos de carbono: uma solução problemática*

Outra política bastante perseguida, com resultados mais controversos, foi a de desenvolvimento de um mercado de créditos de carbono. Oficialmente denominados Redução Certificada de Emissões (RCE), os créditos de carbono são um mecanismo internacional definido no Protocolo de Kyoto, que criou um mercado global de carbono no qual se intercambiam toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) ou de gases de efeito estufa (GEE) por investimentos em projetos que evitam a emissão desses gases ou que os retiram da atmosfera. Em linhas gerais, as empresas do mundo interessadas (ou obrigadas) em compensar suas emissões de GEE pagam o direito de emitir CO<sub>2</sub>. Existem diferentes tipos de compensações, mas a metade delas correspondem a projetos de proteção florestal REDD+ (*Reducing emissions from deforestation and forest degradation*), focadas na conservação de florestas (Gabbatis, 2023).

A Colômbia é um dos países onde esse mercado de créditos de carbono tem um grande potencial, sobretudo na região da Amazônia, onde se concentra a floresta do país. No ano de 2018, o país tinha mais de 60 milhões de hectares de florestas naturais, ou seja, mais da metade da superfície continental do país, sendo que mais do 30% do território se encontrava em titularidade de comunidades étnicas e camponesas, especialmente na região amazônica (*Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible*, s.d.).

Os créditos de carbono foram impulsionados durante o governo Santos, que assumiu o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 20% para o ano de 2030. O *Programa Nacional de Bonos de Carbono* promoveu projetos REDD+ e deu incentivos fiscais para empresas que operam na Colômbia e que utilizam combustíveis fósseis participassem. Isto levou a um aumento considerável no número de projetos, que passaram de quatro, em 2018; para 46, em 2019; e para 43, em 2020 (Garzón; Galvis; Díaz, 2023). A Colômbia tornou-se um dos três países no mundo que mais fornecem créditos de compensação, após a Indonésia e a China (Gabbatis, 2023).

A partir de 2010, o governo Santos passou a dar uma atenção especial aos povos indígenas amazônicos em projetos de REDD+ em comparação com outras regiões do país (SINCHI, 2023). No entanto, esses projetos, em andamento até hoje, têm sido criticados por organizações étnicas, ONGs, centros de pesquisa, dentre outros, por serem implementados sem uma regulamentação clara. Por exemplo, a Colômbia não regulamentou as salvaguardas sociais e ambientais que foram determinadas na COP16 em Cancún, no ano de 2010, que visam minimizar os efeitos negativos desses projetos para as comunidades. A falta de uma perspectiva de direitos humanos nas políticas públicas relacionadas com créditos de carbono tem incidido em diversas problemáticas para as populações onde se formulam e implementam esses projetos (Gaia Amazonas, 2023).

Além disso, têm surgido questionamentos sobre o uso das comunidades indígenas por empresas para lucrar no mercado de carbono. Em alguns casos, as próprias comunidades não ficaram cientes de que seus territórios estavam sendo explorados por empresas intermediárias de projetos no mercado de carbono. Além disso, existem denúncias de que empresas colombianas convenceram a líderes indígenas brasileiros a aceitarem projetos de créditos de carbono na Amazônia brasileira, sem conhecimento de autoridades indígenas do Brasil e das próprias comunidades (Bispo, 2023).

É possível identificar que, na formulação e implementação destes projetos, predominou uma lógica *top-down* na construção da política pública, reduzindo a participação da comunidade a uma consulta com algumas das lideranças, o que não foi alterado substancialmente durante o governo Duque. Isto se traduziu na instrumentalização das comunidades para beneficiar empresas intermediárias e, por extensão, as empresas que compram os créditos no mercado de carbono, sobretudo de países do Norte. Além disso, pela persistência de focos do conflito armado, atores ilegais também quiseram se beneficiar dos projetos e receber recursos, o que complexificou ainda mais a implementação dos créditos de carbono no país.

Em julho de 2024, a Corte Constitucional da Colômbia, órgão judicial responsável por garantir a supremacia da Constituição e proteger os direitos fundamentais dos cidadãos, exigiu ao Estado uma maior regulamentação de projetos de carbono. Tratou-se de uma resposta a uma demanda de um povo indígena de Vaupés, um dos departamentos da Amazônia colombiana, que viu violado o direito ao autogoverno por parte de empresas que não o consultaram sobre a realização de um projeto em seu território.

Diante desta realidade, apesar de existirem alguns resultados positivos, projetos de crédito de carbono, em vários casos, passaram a ser uma problemática a mais que vulnerabiliza os direitos coletivos dos povos indígenas amazônicos. A falta de regulamentação do mercado de carbono na Colômbia e a impossibilidade das comunidades de participar diretamente desse mercado têm beneficiado mais empresas intermediárias e algumas lideranças das comunidades do que o conjunto da população. Outra crítica frequente sobre os projetos diz respeito à imprecisão sobre a quantidade de GEE que pode ser realmente compensada com as atividades elaboradas. Sem uma maior regulamentação sobre este ponto, práticas de *green washing* encontram espaço para proliferar.

#### *A priorização da Amazônia na agenda doméstica do atual governo*

Com a chegada ao poder do presidente Gustavo Petro em 2022, abriu-se a oportunidade de se consolidar uma política ambiental de proteção integral para a região amazônica na Colômbia, tendo em vista a prioridade dada pelo chefe de Estado à questão ambiental, sobretudo na forma de uma forte defesa da descarbonização da economia. Todavia, o impulso a esta agenda vem se dando em meio a incertezas sobre a paz com grupos armados. Após a assinatura dos acordos de paz entre o Estado colombiano e as FARC, em 2016, as disputas territoriais por parte de diversos grupos armados não só continuaram, mas se intensificaram em algumas áreas. Algumas dissidências das FARC, como o Estado Mayor Central (EMC) e outros grupos armados, têm continuado a exercer o controle territorial e assassinar indígenas e líderes sociais e ambientais na região amazônica que interferem em seus interesses.

Dentro do *Plan Nacional de Desarrollo* (PND) do governo Petro, há uma maior ênfase em temas ambientais, se comparado com planos anteriores. É feita uma crítica ao modelo produtivo que predominou na história do país e que impediu a proteção do meio ambiente. Além disso, é priorizada a proteção ambiental por meio de um ordenamento de recursos hídricos com respeito à justiça ambiental (Parte 1) e a abordagem dos problemas fundiários do país desde uma conexão entre segurança humana e justiça ambiental (Parte 2). Por sua vez, o PND desenvolve algumas orientações a respeito do que chama de transformação produtiva, internacionalização e ação climática (Parte 4). Nessa última parte, também é introduzido o conceito de bioeconomia. Sobre desmatamento, o PND estabelece que a expansão da fronteira agrícola, da pecuária expansiva, dos cultivos ilegais e da extração ilícita de materiais explicam o desmatamento, assim como a matriz energética da Colômbia, baseada na exploração do petróleo e gás, o que faz com que o modelo econômico não seja ambientalmente sustentável.

Na política externa, a diplomacia presidencial vem se colocando como um instrumento de concretização das ideias do PND. Em discursos do presidente Petro, como os feitos nas intervenções na Assembleia Geral das Nações Unidas desde 2022, há uma forte ênfase em mostrar que seu governo está dando prioridade à agenda ambiental e à proteção da Amazônia. Além disso, em 2023, durante a COP28 do Clima, a Colômbia aderiu ao projeto do Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, o qual procura tornar-se um acordo efetivo

eventualmente. Na mesma ocasião, Petro declarou que não pretende assinar novos contratos de exploração de combustíveis fósseis no país, ainda que mantendo os contratos atuais em vigor.

Contudo, a estratégia para efetivar a transição energética e alcançar a descarbonização da economia durante seu mandato ainda não está claramente definida, especialmente considerando a significativa dependência do país na exportação de produtos mineiro-energéticos. Apesar desses desafios, o governo de Petro segue enfatizado o discurso ambiental tanto no âmbito doméstico quanto internacional. Essa abordagem sugere um compromisso com a sustentabilidade e a preservação ambiental como pilares importantes da política governamental, mesmo diante das complexidades econômicas e energéticas que precisam ser enfrentadas para efetivar tais mudanças.

### *O uso do multilateralismo para a proteção da Amazônia*

Em setembro de 2019, após uma onda de incêndios florestais na floresta amazônica, o presidente Duque convocou a Cúpula Presidencial da Amazônia, reunindo líderes de países amazônicos como Brasil, Bolívia, Equador, Peru, Suriname e Guiana. Devido a um momento de tensões ideológicas do presidente colombiano com o governo de Nicolás Maduro, o presidente venezuelano não foi convocado, mas foi representado pelo seu chanceler. Esta iniciativa refletiu a tentativa de Duque de abordar regionalmente os desafios ambientais enfrentados na Amazônia. Contudo, não houve um aprofundamento de acordos concretos após esse encontro.

O contexto político mudou com o governo Petro. O presidente participou da 17ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP27), onde, junto com Maduro, propôs a formação de uma “grande aliança amazônica” para proteger a região. Petro aproveitou o restabelecimento das relações com a Venezuela, possibilitado pela maior convergência ideológica entre governos, para incluir o país nas iniciativas regionais para a Amazônia. Ambos os presidentes defenderam o relançamento de duas instituições existentes: a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Parlamento Amazônico, destacando a importância da cooperação internacional para enfrentar os desafios ambientais na Amazônia de forma mais abrangente e eficaz.

Por sua vez, na COP28 do Clima, em Dubai, o presidente Petro afirmou que a floresta amazônica poderia queimar se as emissões de carbono continuarem altas, motivo pelo qual defendeu ser necessária a descarbonização da indústria e a proteção coletiva da Amazônia. Na ocasião, Petro afirmou que o Brasil deveria transformar a sua mentalidade, referindo-se ao fato de que o terceiro governo Lula tem defendido a exploração de combustíveis fósseis na costa amazônica. O governo brasileiro tem buscado a exploração offshore desses recursos, com o intuito de posicionar o Brasil como um dos principais produtores de petróleo do mundo. Isso se contrapõe à decisão de Petro de não assinar novos contratos de exploração de petróleo, gás e carvão no final de 2023, mencionada anteriormente.

Além disso, a maior importância da questão ambiental na política externa do governo Petro se expressou pela aspiração da Colômbia em sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP16), em Cali. A postulação da candidatura, ainda no início do governo, reforçou a identidade de país megadiverso que o governo pretende aprofundar e evidenciou a crescente participação do Ministério do Meio Ambiente em eventos internacionais como tática para tanto. O objetivo era aumentar a visibilidade internacional da Colômbia como defensora da proteção ambiental tanto na agenda de clima, como na de biodiversidade.

A aceitação pelos demais países de que a Colômbia sediasse a COP16 da Biodiversidade, entre outubro e novembro de 2024, marcou um grande logro da diplomacia ambiental do governo. Em meio aos incêndios florestais que atingiram níveis históricos em distintos países da Pan-Amazônia, a liderança de Colômbia nesse evento foi determinante para lograr avanços em acordos prévios de proteção à biodiversidade. Uma das maiores conquistas foi a criação de um órgão subsidiário para dar mais participação a povos indígenas e comunidades locais na proteção do meio ambiente. Igualmente, o reconhecimento de povos afrodescendentes como

protetores da biodiversidade foi outra conquista histórica.

Contudo, essa busca de liderança da Colômbia em questões ambientais está sendo limitada por dois fatores. De um lado, existem outros países que pretendem atuar como lideranças no tema, como o Brasil, que têm muito mais experiência e recursos para incidir nas agendas ambientais globais. Conforme explicado anteriormente, os presidentes Petro e Lula mantêm divergências a respeito da exploração de petróleo, inclusive na Amazônia, sendo a posição do líder colombiano mais ambiciosa no sentido de um abandono gradual dos combustíveis fósseis, mas é a posição do líder brasileiro que parece encontrar maior respaldo na região, posto que outros vizinhos amazônicos também vêm abrindo novas frentes de produção petrolífera. Não obstante esta distinção, a cooperação entre os dois países tem sido determinante em eventos como a COP16 da Biodiversidade.

Além disso, o presidente Petro tem insistido em várias conferências, assim como em visitas de Estado e outros eventos públicos, sobre a necessidade de se trocar dívida externa de países como a Colômbia por investimento em mitigação e adaptação à mudança climática. A limitação deste objetivo, porém, está na falta de apoio a tal reivindicação por parte de outros países, inclusive amazônicos, e na dificuldade de convencer os países credores a aceitar a medida. Entretanto, uma insistência neste ponto pode vir a ser feita pelo governo Petro, sobretudo no plano regional, à medida que a inauguração do segundo governo Trump, nos EUA, promete reduzir o acesso de países do Sul a recursos financeiros para fins ambientais.

#### *As novas estratégias para deter o desmatamento*

No plano doméstico, o governo Petro tem intensificado as estratégias para deter o desmatamento. Uma das principais iniciativas é o Plano de Contenção do Desflorestamento, que envolve a participação das forças armadas e agências investigativas. Ao contrário da abordagem de governos anteriores, que muitas vezes prejudicava comunidades locais dependentes de atividades econômicas relacionadas à terra, o atual governo visa a responsabilizar principalmente os grandes desmatadores.

Além disso, o governo tem promovido acordos de desenvolvimento florestal com as comunidades locais, reconhecendo e apoiando iniciativas de reflorestamento lideradas por agricultores em áreas protegidas ambientalmente. Essas medidas visam não apenas a proteger o meio ambiente, mas também promover a participação comunitária na conservação da biodiversidade.

A criação do *Consejo Nacional de Lucha contra la Deforestación* (CONALDEF), através da Lei nº 2.294 de 2023, exemplifica o compromisso do governo com uma abordagem integrada para enfrentar o problema do desmatamento. Este conselho pretende coordenar várias entidades governamentais para uma resposta unificada e eficaz ao desafio do desmatamento. Outra estratégia implementada são os *Núcleos de Desarrollo Forestal y de la Biodiversidad*, que oferecem incentivos econômicos às famílias proprietárias de terras para evitar o desmatamento e promover o cuidado ambiental. Esses núcleos estão localizados nos departamentos que compõem o arco amazônico de desmatamento, onde ocorre 65% do desmatamento no país.

Apesar de existir há mais de duas décadas uma estratégia de transferências monetárias para evitar o desmatamento na Colômbia, o governo atual também tem aumentado significativamente os recursos alocados para esses projetos. Além disso, tem fortalecido as parcerias com líderes comunitários e ampliado o alcance do programa, em consonância com compromissos internacionais como os firmados na Declaração Conjunta de Intenção assinada em 2015 com os governos da Alemanha, Noruega e Reino Unido.

O atual governo já obteve resultados significativos na redução do desmatamento. De acordo com estatísticas governamentais, em 2023, o desmatamento atingiu níveis mínimos desde 2013, com uma diminuição de 36,4% na região amazônica. Isso representa uma redução das áreas desflorestadas de 111.899 hectares em 2021 para 71.185 hectares em 2023. Esses resultados superaram a meta proposta de redução de 20% estabelecida no *Plan Nacional de Desarrollo* (PND).

No entanto, no caso da região amazônica, vários grupos armados, especialmente as

dissidências das FARC, seguem sendo uma ameaça para as estratégias impulsionadas pelo governo colombiano contra o desmatamento. A resistência do desmatamento é explicada, em grande medida, pelo fato de os grupos armados ordenarem desmatar para impulsionar os cultivos de coca e a produção pecuária. Além disso, estes grupos têm ameaçado a população que adere aos programas públicos de proteção ambiental.

### Conclusões e recomendações

A política externa é uma ferramenta fundamental para a conservação da Amazônia. A atual política externa colombiana, implementada pelo governo Petro, tem contribuído para superar a securitização das políticas públicas para a Amazônia. Mostra-se, assim, uma ferramenta fundamental para impulsionar a conservação da Amazônia a partir de estratégias coletivas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Assumir maiores compromissos internacionais comprometem governos e burocracias a aumentarem sua preservação e ensejam, em tese, uma maior estabilidade apesar de mudanças de orientações políticas dos mandatários que podem ocorrer. Igualmente, isto se traduz em marcos de ação para a proteção do meio ambiente e compromissos orçamentários. Porém, os compromissos assumidos internacionalmente devem ser traduzidos em políticas públicas e intervenções concretas do Estado para implementar esses compromissos nos territórios.

A identidade da Colômbia como país megadiverso e amazônico contribui para uma política externa de mais alto perfil. Dentro das identidades que a Colômbia assume tradicionalmente na sua política externa (andina, caribenha, pacífica), fortalecer a identidade amazônica e de país megadiverso se torna fundamental, não somente para obter mais recursos de cooperação internacional que financiem os programas de proteção para a região, mas também porque cria oportunidades de cooperação com países vizinhos. Essa identidade tem sido reativada recentemente, o que tem permitido ao país ser mais ativo internacionalmente na proteção da Amazônia.

Do mesmo modo, essa identidade ambiental contribui para fortalecer a liderança da Colômbia em uma área onde tem oportunidades de inserção como um ator-chave da política global. Ainda que o Brasil tenha uma maior extensão territorial na Amazônia, assim como uma experiência mais sólida na liderança ambiental, existem elementos diferenciadores, como uma maior aposta na descarbonização da economia e na menor dependência de combustíveis fósseis pela Colômbia. Quanto à proposta de troca de dívida externa por ação climática, é necessário realizar uma ação de persuasão e negociação prévia com países megadiversos, como os da Amazônia, para ter maior influência em cenários de negociação, como na COP 30 do Clima, a ser realizada no Brasil, em novembro de 2025.

O Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável precisa manter e fortalecer sua capacidade de atuação externa. É importante potencializar o maior ativismo internacional do Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que tem se apresentado no mandato de Petro. A agenda externa dessa entidade deve continuar sendo priorizada, participando em diversos cenários de negociação internacional. Para isso é necessário fortalecer as capacidades burocráticas e administrativas do Ministério, assim como coordenar estratégias com o Ministério de Relações Exteriores.

A liderança do Ministério de Meio Ambiente na COP16 da Biodiversidade e o protagonismo adquirido pela ministra Susana Muhamad, durante seu tempo no cargo, são elementos de um capital institucional importante para a política externa colombiana que deve continuar sendo utilizado para ampliar a agenda ambiental de Colômbia tanto no nível interno quanto no externo.

A justiça ambiental deve ser fortalecida com ajuda da cooperação regional. É necessário fortalecer um sistema regional de proteção ambiental, mas também de justiça ambiental. Assim como o sistema interamericano de direitos humanos tem contribuído na defesa dos direitos de populações que são vítimas do conflito armado colombiano, um sistema regional de justiça ambiental mais robusto é fundamental para a proteção da Amazônia, pois ainda que a Colômbia tenha várias normas de proteção do meio ambiente e algumas que visam a

proteger a vida de seus defensores, há grandes brechas na implementação dessas políticas.

Pelo anterior, é importante, por exemplo, continuar com a implementação do Acordo de Escazú (Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe). Esse acordo ainda deve ser incorporado no sistema de justiça nacional, mas também nas políticas públicas nos territórios, devendo ser traduzido localmente e não somente aplicado conforme as recomendações gerais contidas no seu texto.

Sobretudo, é preciso reconhecer a necessidade de resolver conflitos sociais associados ao uso dos recursos naturais como condição necessária para a proteção da Amazônia. Projetos ambientais de preservação, como os desenvolvidos pelos antigos guerrilheiros das FARC após o acordo de paz de 2016, não são sustentáveis, pois são esvaziados em momentos de agravamento de conflitos.

Na Colômbia, após várias décadas de conflito armado, a proteção da região amazônica passa pela afirmação de uma paz ambiental. Tendo em vista que o meio ambiente tem sido vítima do conflito, iniciativas de proteção da Amazônia não podem ser independentes dos esforços de paz. A política externa deve ser um instrumento para a esta paz ambiental, sendo que existem instrumentos internacionais que podem contribuir para a sua consolidação.

A política externa deve estar vinculada com a garantia dos direitos humanos. Os conflitos sociais que têm estado presentes ao longo da história no território amazônico não podem ser ignorados. Reconhecer a relação entre direitos da natureza e os direitos das populações, como os povos indígenas, é um passo fundamental para avançar na proteção da Amazônia.

Os países que sofrem com o desmatamento, sofrem também de aumento de violência, assassinatos e ameaças a defensores ambientais. Isto faz com que seja preciso uma resposta coordenada entre os Estados, tendo em vista que se tratam de fenômenos transfronteiriços.

Os incentivos para a conservação da floresta amazônica nem sempre se comparam com os que oferecem as economias legais e ilegais que se sustentam no desmatamento. Por isso, mais do que criminalizar o pequeno agricultor, deve haver uma ação coordenada para fiscalizar as grandes empresas e organizações, algumas delas criminais, que se beneficiam do desmatamento.

Os projetos de créditos de carbono não são suficientes para a proteção da floresta amazônica e precisam ser regulamentados e revisados. Como apontado por várias organizações ambientais e sociais, assim como pela Corte Constitucional da Colômbia, os projetos de REDD+ não devem ser a principal estratégia para proteger os direitos dos povos amazônicos. A equivalência entre áreas de reflorestamento e quantidade de CO<sub>2</sub> produzido precisa ser melhor avaliada. Além disso, o governo deve proteger os direitos das populações amazônicas e limitar o papel dos entes privados, inclusive intermediários, nesse mercado.

Para a preservação da Amazônia, a Colômbia precisa liderar e participar de iniciativas de cooperação bilateral e multilateral que dialoguem com a sociedade civil. As estratégias de conservação da Amazônia devem ser múltiplas e envolver vários atores, como as autoridades de os países amazônicos, mas também as sociedades civis organizadas da região. Assim, é preciso não somente que o Estado lidere e participe de iniciativas de cooperação internacional formais, mas também envolva nestes processos a sociedade civil.

É preciso que o Estado (por meio da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Relações Exteriores, além de outras autoridades ambientais) contribua para o fortalecimento de um sistema de monitoramento regional de desflorestamento, incêndios florestais e outros assuntos, o qual viabilize a articulação de ações conjuntas entre os países amazônicos.

Igualmente, é preciso manter o processo de revitalização da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), acordado na cúpula de chefes de Estado de 2023, e ampliar a agenda e os recursos desse organismo fundamental para a governança regional. A diplomacia colombiana conseguiu destravar, em outubro de 2024 a nomeação do secretário da organização, que atualmente é colombiano.

O governo não somente pode atender mais às demandas da sociedade civil da Amazônia por meio destas ações, como também fortalecer a sociedade civil regional. Por exemplo, vários

povos amazônicos têm insistido no reconhecimento, por parte dos países amazônicos, de que são sujeitos de direitos, o que comprometeria o Estado no seu cuidado e na sua proteção. Nesse mesmo sentido, o governo deve tomar ações concretas para materializar o reconhecimento, em 2018, da Amazônia como sujeito de direitos pelo Conselho de Estado, máxima autoridade judicial em matéria administrativa no país.

Qualquer estratégia de conservação na Pan-Amazônia deve considerar os conhecimentos dos povos indígenas e camponeses. Assim sendo, a governança ambiental regional deve considerar as estratégias dos povos indígenas para a conservação do bioma, cabendo aos governos facilitar o intercâmbio de experiências destes povos, situados nos vários países da região.

### Referências bibliográficas

BISPO, Fábio (2023). Empresas colombianas desconocen autoridad indígena y consulta previa en proyectos de carbono en Amazonia de Brasil. Disponível em: <https://www.elclip.org/empresas-colombianas-proyecto-de-carbono-alto-solimoes-brasil/>. Acesso em: 28/09/2023.

ECHEVERRI, M. A. (2023). La encrucijada de Colombia: ratificar o rechazar el Acuerdo de Escazú. Universidad Externado de Colombia. Disponível em: <https://medioambiente.uexternado.edu.co/la-encrucijada-de-colombia-ratificar-o-rechazar-el-acuerdo-de-escazu/>. Acesso em: 28/09/2023.

GABBATISS, Josh. Carbon offsets: 2023. Disponível em: <https://interactive.carbonbrief.org/carbon-offsets-2023/companies.html>. Acesso em: 28/09/2024.

GAIA AMAZONAS. Policy paper: Problemas y oportunidades de REDD+. Disponível em: [https://gaiaamazonas.org/wp-content/uploads/2024/02/REDD\\_policy\\_paper\\_VF\\_web.pdf](https://gaiaamazonas.org/wp-content/uploads/2024/02/REDD_policy_paper_VF_web.pdf). Acesso em: 28/09/2024.

GARZÓN, Camilo Andrés; GALVIS, Manuela; DÍAZ, Antonia. Así es el mercado de bonos de carbono que el Estado, por ahora, no ve. La Silla Vacía. Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/asi-es-el-mercado-de-bonos-de-carbono-que-el-estado-por-ahora-no-ve/>. Acesso em: 28/09/2024.

LA SILLA VACÍA (2023). Alza de la deforestación amazónica refleja el poder de las disidencias. Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/alza-de-la-deforestacion-amazonica-refleja-el-poder-de-las-disidencias/>. Acesso em: 28/09/2024.

MINISTERIO DE AMBIENTE Y DESARROLLO SOSTENIBLE. ¿Qué es REDD? Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/mercados-de-carbono/que-es-redd/>. Acesso em: 28/09/2024.

\_\_\_\_\_. Visión Amazonia. Disponível em: <https://visionamazonia.minambiente.gov.co/deforestacion-en-la-amazonia/>. Acesso em: 28/06/2024.

SINCHI. Diagnóstico de proyectos REDD+ AC 2023. Disponível em: <https://www.sinchi.org.co/files/PUBLICACIONES%20DIGITALES/redd%20en%20la%20amazonia/Diagnostico%20de%20proyectos%20REDD+%20AC%202023.pdf>. Acesso em: 26/09/2024.



# GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### *Monitor da Governança Pan-Amazônica*

*Outubro de 2024*

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

#### Sumário

Bolívia.....	37
Brasil.....	41
Colômbia.....	43
Equador.....	45
Guiana.....	47
Peru.....	48
Suriname.....	50
Venezuela.....	51
OTCA.....	52

#### Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No início de outubro, a crise climática e ambiental na Bolívia, ligada aos inúmeros focos de incêndio e à seca nos rios, sobretudo no rio Madeira, se prolongou. Com isso, no início do mês, o governo Arce declarou estado de desastre nacional [1]. No dia 2, comunidades indígenas afetadas pelos incêndios, junto a algumas entidades privadas, lançaram uma

*Consulta popular nacional por la vida*, que teve como objetivo colher respostas e opiniões sobre as populações atingidas e exigir ações concretas do governo [2]. Esta foi apenas uma das diversas manifestações populares pedindo políticas práticas e urgentes sobre a crise ecológica que o país atravessa.

Os números foram efetivamente dramáticos. No dia 7, o governo declarou que havia mais de 11 mil famílias e 746 comunidades afetadas, concentradas, principalmente, entre a Chiquitanía e a Amazônia. Ainda de acordo com as declarações do governo, ao longo de quatro meses, os incêndios afetaram todos os nove departamentos do país, mas ficaram majoritariamente concentrados nos departamentos amazônicos de Santa Cruz, Beni e Pando [3]. No início do mês, a *Plataforma Nacional de Suelos de Bolivia* também emitiu carta aberta em que afirmou que mais de 10 milhões de animais foram mortos e mais de 7 milhões de hectares de floresta foram atingidos pelos incêndios [4]. Até o final do mês, a situação não estava completamente normalizada, havendo permanência da baixa do rio Madeira, a despeito da diminuição no número de focos de incêndios [5].

A diminuição dos incêndios começou a ser notificada somente a partir da segunda metade do mês. No dia 18 de outubro, Franz Valdez, diretor de Manejo de Bosques y Tierras, declarou que, na data, o governo boliviano havia conseguido reduzir de 70 para 41 focos de incêndios florestais em 10 dias [10]. Em função da permanência da crise, ao longo de outubro, o país seguiu recebendo apoio internacional para mitigar a catástrofe de países como a Venezuela, que enviou bombeiros destinados ao resgate de fauna [6]; do Chile, que enviou helicópteros e equipamentos [7]; e dos Emirados Árabes Unidos, que enviaram ajuda humanitária e alimentos [8]. Além disso, o apoio da União Europeia para a Bolívia no combate aos incêndios chegou, no mês, à cifra de \$ 1,3 milhão de euros [9].

No âmbito de seu trabalho para a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), no dia 4, a chancelaria boliviana lançou nota reafirmando seu compromisso com o meio ambiente e manifestando sua preocupação com os incêndios, no marco do Segundo Encontro Regional de Diálogos, Avanços e Desafios na construção da Plataforma Amazônica dos Povos Indígenas, organizado pela OTCA. Durante o evento, Celinda Sosa, chanceler boliviana, pediu mais esforços conjuntos dos países amazônicos para a mitigação dos incêndios [11]. Cabe notar que o coordenador para assuntos indígenas da OTCA, Freddy Mamani, é boliviano e, por isso, o país tem grande importância para a pauta dentro da organização. Ainda no âmbito dos povos indígenas da Amazônia, entre 30 de setembro e 3 de outubro, foi realizado em Lima, no Peru, o *III Encuentro de Mujeres Indígenas de la Amazonía*, que contou com a presença de representantes bolivianas em um total de mais de cem mulheres indígenas participantes [12].

Para além dos incêndios, outra questão socioambiental despertou preocupação na Bolívia em outubro. No dia 8, populações locais de Saicán, no departamento de Tariquia, denunciaram a incursão de equipes da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e da Petrobrás no poço Domo Oso X3, que fica dentro da Reserva Nacional de Flora y Fauna de Tariquíá, apesar da oposição manifestada pelos habitantes do território [13].

Na agenda de biodiversidade, ocorreu a COP16 em Cali, na Colômbia. A Bolívia enviou uma delegação de alto nível, que contou com a participação de David Choquehuanca, vice-presidente, e Celinda Sosa, chanceler. Entre as diversas agendas que a delegação cumpriu, algumas se destacaram. Ao participar do evento *Sistemas Alimentarios y la Amazonía*, Celinda Sosa destacou a importância da agricultura tradicional para a resiliência do clima e da biodiversidade na Bolívia [14]. Por sua vez, David Choquehuanca, vice-presidente boliviano, participou junto a Gustavo Petro, presidente colombiano, de evento que discutiu estratégias

conjuntas para a transformação dos cultivos ilícitos de coca em cultivos lícitos nos dois países e salientou a importância da cooperação pan-amazônica para esse processo [15].

Assim como os demais países amazônicos, a Bolívia assinou a chamada Declaração de Cali, que reforça a importância da coordenação regional para a preservação da biodiversidade e para a promoção do desenvolvimento sustentável [16]. Além disso, representantes de comunidades indígenas da Amazônia boliviana fizeram parte do lançamento do G9, coalizão regional com representantes indígenas dos países amazônicos para a coordenação em agendas ambientais e de biodiversidade [17]. Destaca-se a participação da *Confederación de Pueblos Indígena del Oriente Chaco y Amazonia de Bolivia* (Cidob) nesse processo, organização que fez aniversário no início do mês. [18].

No plano bilateral, três notícias tiveram relevância. No dia 16, foi anunciado que a licitação para a construção da ponte binacional que ligaria Guajará-Mirim, no Brasil, a Guayaramerin, na Bolívia, foi suspensa. A construção da ponte havia sido oficialmente anunciada em novembro de 2023. De acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do Brasil, a suspensão ocorreu por questionamentos sobre a atestação de capacidade técnica das empresas responsáveis pela construção [19]. O projeto havia sido anunciado como de grande importância em termos de comércio e integração infraestrutural para a região. No mesmo dia, Celinda Sosa esteve em Brasília para uma reunião com Mauro Vieira, chanceler brasileiro, a qual, entre outros temas, tratou da luta conjunta contra o tráfico de drogas e contra os incêndios, da gestão integrada e prevenção a desastres e de questões ligadas ao comércio de fertilizantes. A reunião foi finalizada com a disposição de trabalhar em 27 instrumentos de cooperação, que estão sendo negociados [20].

Além disso, no dia 25 de outubro, foi anunciada, na *IV Reunión de la Comisión Binacional Permanente*, presidida por vice-ministros de relações exteriores, a reativação da comissão bilateral Bolívia-Colômbia depois de 23 anos de paralisação. Foi discutida a ampliação da agenda bilateral com ênfase em temas econômicos e culturais. Teve destaque a proposta de criação de um grupo ad hoc para discutir questões indígenas e de gênero, a cooperação em biocombustíveis e o projeto *Minería para la Paz* [21]. A Bolívia também participou, entre os dias 9 e 13, do *Diálogo de Alto Nivel y V Reunión Plenaria de la Conferencia Suramericana sobre Migraciones*, realizado na Colômbia, passo fundamental para a consolidação de um *Plan Sudamericano de Desarrollo Humano de las Migraciones* [22].

Ainda no plano bilateral, Bolívia e China assinaram um Convênio de Cooperação Econômica e Técnica no dia 28 de outubro, o qual, entre outros elementos, garante o financiamento para equipamentos de controle fronteiriço na Bolívia [23]. A assinatura fez parte de um processo mais longo de fortalecimento das relações bilaterais entre a Bolívia e a China, que passou pela X Reunião do Mecanismo de Consulta Pública, em Pequim [24], e do convite à Bolívia para ser país parceiro do BRICS em cúpula do bloco realizada na Rússia.

Por fim, cabe mencionar que a Bolívia foi eleita membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o período 2025-2027 e, entre diversos temas, comprometeu-se a levar adiante o “direito ao meio ambiente sã” [25]. Além disso, no quadragésimo período de sessões da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Celinda Sosa clamou por compromissos baseados no princípio das Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas para a promoção da gestão integrada do meio ambiente [26].

## Referências

[1]Disponível em: <https://es.mongabay.com/2024/10/incendios-forestales-bolivia->

[declara-desastre-nacional-otros-seis-paises-sufren-con-el-fuego/](#)

[2]Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/ind%C3%ADgenas-afectados-por-los-incendios-en-bolivia-lanzan-consulta-popular-y-exigen-acciones/87663866>

[3]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/10/07/bolivia-reporto-que-mas-de-11700-familias-resultaron-damnificadas-por-los-incendios-forestales/>

[4]Disponível em: <https://lavozdetarija.com/2024/10/05/plataforma-nacional-de-suelos-bolivia-advierte-sobre-devastadora-perdida-ambiental-en-carta-abierta/>

[5]Disponível em: <https://rondoniaovivo.com/noticia/geral/2024/10/22/ainda-e-pouco-chuvas-na-bolivia-ainda-nao-sao-suficientes-para-elevar-o-nivel-do-rio-madeira.html>

[6]Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/bomberos-venezolanos-rescatan-100-especies-de-fauna-silvestre-en-bolivia-durante-incendios/87683495>

[7]Disponível em: [https://www.cnnchile.com/pais/conaf-envia-bolivia-helicoptero-combatir-incendios-forestales\\_20241006/](https://www.cnnchile.com/pais/conaf-envia-bolivia-helicoptero-combatir-incendios-forestales_20241006/)

[8]Disponível em: [https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/12/17930/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR3Z7pxwuE7XTsQZCQMcy0HUZvg7pp4J53uWd5HePgu5P9G6PhZIDA\\_W84\\_aem\\_A3v9oYNlrhv8I0TllWj7wg](https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/12/17930/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR3Z7pxwuE7XTsQZCQMcy0HUZvg7pp4J53uWd5HePgu5P9G6PhZIDA_W84_aem_A3v9oYNlrhv8I0TllWj7wg)

[9]Disponível em: <https://eju.tv/2024/10/apoyo-de-la-ue-contra-incendios-en-bolivia-ascendio-a-e-13-millones/>

[10]Disponível em: <https://www.telesurtv.net/bolivia-logro-reducir-de-70-a-41-los-incendios-forestales/>

[11]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/04/17823/>

[12]Disponível em: <https://peru21.pe/peru/lideresas-indigenas-de-sudamerica-unen-fuerzas-para-protoger-la-amazonia>

[13]Disponível em: <https://www.laregion.bo/comunarios-de-tariquia-denuncian-ingreso-de-petrobras-y-yxfb-a-zona-del-pozo-domo-oso-x3-pese-a-oposicion-local/>

[14]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/28/18461/>

[15]Disponível em: <https://lapatria.bo/2024/10/29/petro-y-choquehuanca-buscan-transformar-cultivos-de-coca-en-economias-licitas-en-cali/>

[16]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/30/18484/>

[17]Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/en-vivo/los-pueblos-de-los-nueve-paises-amazonicos-lanzan-g9/>

[18]Disponível em: <https://abi.bo/index.php/reportajes/34-notas/noticias/gobierno/55819-arce-celebra-aniversario-de-la-cidob-y-afirma-que-el-estado-plurinacional-no-podria-existir-sin-los-pueblos-indigenas>

[19]Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/10/16/licitacao-para-construcao-da-ponte-binacional-entre-brasil-e-bolivia-e-suspensa.ghtml>

[20]Disponível em: [https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/16/18003/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR18CiMj7T-GSKGciI\\_60E77rHbp1hqNPNSpo7HQM6mlpOh6sjgQ8bibI5Y\\_aem\\_IWPYs5sRY\\_sI3HH8D9OUIA](https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/16/18003/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR18CiMj7T-GSKGciI_60E77rHbp1hqNPNSpo7HQM6mlpOh6sjgQ8bibI5Y_aem_IWPYs5sRY_sI3HH8D9OUIA)

[21]Disponível em: <https://www.la-razon.com/nacional/2024/10/24/bolivia-y-colombia-reanudan-comision-binacional-luego-de-23-anos/>

[22]Disponível em: [https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/13/17935/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR1VmP61XhPSkjM9bypILVmJUJWmN6-sjXePrFuVYLHoT86amllSd\\_xNlMo\\_aem\\_GNKMrCHR6GKtXrmanNreKg](https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/13/17935/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR1VmP61XhPSkjM9bypILVmJUJWmN6-sjXePrFuVYLHoT86amllSd_xNlMo_aem_GNKMrCHR6GKtXrmanNreKg)

[23]Disponível em: [https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/28/18468/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR18CiMj7T-GSKGciI\\_60E77rHbp1hqNPNSpo7HQM6mlpOh6sjgQ8bibI](https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/10/28/18468/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR18CiMj7T-GSKGciI_60E77rHbp1hqNPNSpo7HQM6mlpOh6sjgQ8bibI)

[5Y aem IWPyS5sRY sI3HH8D9OUIA](#)

[24]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Neste mês, a política brasileira foi marcada por eleições municipais, cujo 1º turno ocorreu em 6 de outubro e o 2º turno, quando houve, no dia 27. O site de jornalismo InfoAmazonia analisou os resultados dos 772 municípios da Amazônia Legal e apontou que prefeitos favoráveis à causa ambiental foram eleitos em apenas 5,8% deles. Além disso, somente dez destes municípios elegeram bancadas de vereadores a favor da pauta ambiental. A análise concluiu que a Amazônia Legal será governada nos próximos quatro anos, em sua grande maioria, por prefeitos e vereadores que não defendem o meio ambiente e políticas públicas para a redução dos efeitos das mudanças climáticas [1].

O resultado das eleições municipais indica que haverá dificuldade para se alterar dados ruins sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira divulgados ao longo do mês. Segundo dados do Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (SIMEX), da ONG Imaflora, publicados no dia 9, a área com extração ilegal de madeira na Amazônia aumentou 19% em um ano, de 106 mil hectares entre agosto de 2021 a julho de 2022 para 126 mil hectares entre agosto de 2022 e julho de 2023. A região mais afetada foi o norte de Rondônia e o sul do Amazonas. A maior parte da extração ilegal aconteceu em imóveis rurais privados (71%), seguida por terras indígenas no entorno da BR-319 (16%) [2].

Além disso, dados da ONG Global Forest Watch sobre o desmatamento de florestas em países do G20 ao longo de 2023, publicados no dia 11, apontaram que o Brasil foi o terceiro país com maior perda de área (14,5% do total) – atrás do Canadá (44,4%) e da Rússia (17,4%), que registraram secas e incêndios em suas florestas boreais no ano passado. Entretanto, outro levantamento da ONG, considerando apenas perdas de florestas primárias (isto é, do tipo tropicais úmidas), colocou o Brasil em 1º lugar, com 1,1 milhão de hectares desmatados em 2023 – seguido por República Democrática do Congo, com 526,1 mil ha, e Bolívia, com 490,5 mil ha [3].

Um terceiro estudo feito pela ONG MapBiomas sobre o desmatamento da Amazônia entre 1985 e 2023, publicado no dia 3, revelou que a área de pastagem na Amazônia cresceu 363%, passando de 12,7 milhões de hectares para 59 milhões. Em 2023, pelo menos 14% do território da Amazônia eram utilizados como pasto para gado. No caso da agricultura, o aumento foi de 4.647%, passando de 154 mil para 7,3 milhões de hectares. A quase totalidade (97%) da área agrícola criada correspondeu a lavouras temporárias, com predomínio da plantação de soja, o que representou 80,5% do total. Somando as atividades, a agropecuária cresceu 417% na Amazônia em 39 anos. O bioma perdeu 55,3 milhões de hectares de vegetação nativa, o que corresponde a 14% da área total da floresta [7].

Um exemplo da importância da política municipal para estes resultados negativos foi divulgado no dia 3 de outubro, em uma reportagem fruto de parceria entre a Agência Tatu, a InfoAmazonia e o Intercept Brasil. Segundo a matéria, multas no valor de R\$ 17 milhões foram aplicadas pelo Ibama ao presidente da Câmara Municipal do Recife, Romero Jatobá Cavalcanti Neto, do PSB. Este foi o maior valor em multas ambientais registrado a um candidato às eleições municipais de 2024, que faz parte de um total de R\$ 500 milhões cobrados de candidatos no pleito. Apesar de o político estar vinculado ao município do

Recife (PE), a região identificada como propriedade de Jatobá encontra-se a mais de 2 mil quilômetros da região, em território de floresta amazônica. O tamanho do desmatamento, segundo o Ibama, chegou a 404 hectares em uma área de proteção ambiental, aparentemente em prol da ampliação da criação de gado. Uma fiscalização do Ibama em outras terras do vereador na mesma região tinha sido realizada em 2020, embargado cerca de 2 mil hectares e proibido a atividade agropecuária. Porém, imagens de satélite demonstraram que, apesar das determinações, cerca de 4,6 mil hectares foram derrubados entre 2019 e 2023. Focos de queimada foram registrados entre julho e setembro de 2024, além da expansão das fronteiras da propriedade. As autuações estão em fase de homologação, ainda cabendo recurso à defesa [4][5][6].

No que toca a agenda do presidente Lula para a Amazônia em outubro, ele pretendia comparecer à COP-16 da Biodiversidade, realizada na Colômbia, porém cancelou a viagem após sofrer um acidente médico. A delegação brasileira foi composta por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores e de Meio Ambiente, que apresentaram iniciativas para construir trocas de informação e parcerias com outros países, como a proposta de criação do *Tropical Forest Finance Facility*, fundo para remunerar países em desenvolvimento que mantêm florestas tropicais de pé com base no cálculo de hectares; a aprovação do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, que contempla todos os biomas brasileiros; e a reinstalação da Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio), espaço de diálogo entre Executivo federal e sociedade civil que havia sido desativado no governo Bolsonaro. Além disso, o Brasil defendeu o repasse de recursos de países desenvolvidos a países em desenvolvimento acordados no Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal de 2022, assim como a criação de um mecanismo multilateral para integrar bancos genéticos digitais e facilitar seu acesso a quaisquer interessados [8][9].

Cabe registrar, por fim, que a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que reúne entidades indígenas nos nove Estados amazônicos, apoiou a criação, na COP-16 da Biodiversidade, do G9 da Amazônia Indígena. Trata-se de uma aliança entre organizações dos nove países amazônicos que representam 511 povos tradicionais e que pretende defender seus interesses nos debates multilaterais sobre biodiversidade e clima. Entre os temas prioritários da aliança, estão apoiar a segurança jurídica dos territórios indígenas por meio de demarcação e políticas de reconhecimento, exigir mecanismos de financiamento direto para os povos indígenas da Amazônia e proteger povos indígenas em isolamento [10].

## Referências

- [1]Disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/10/31/eleicoes-municipais-2024-qual-e-o-posicionamento-dos-eleitores-na-amazonia-em-relacao-ao-meio-ambiente/>
- [2]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/10/area-de-desmatamento-ilegal-cresce-19-na-amazonia-em-um-ano.shtml>
- [3]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/g20-no-brasil/noticia/2024/10/11/paises-do-g20-respondem-por-68percent-da-perda-de-cobertura-florestal-no-mundo.ghtml>
- [4]Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/10/03/presidente-da-camara-de-recife-romerinho-jatoba-multas-amazonia/>
- [5]Disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/10/03/presidente-da-camara-de-recife-romerinho-jatoba-tem-r-17-milhoes-em-multas-ambientais-em-area-protegida-da-amazonia/>

[6]Disponível em: <https://www.agenciatatu.com.br/noticia/romerinho-jatoba-multas-amazonia/>

[7]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2024/10/03/pastagem-corresponde-a-mais-de-90-de-desmatamento-na-amazonia.htm>

[8]Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/cop-16-brasil-reforca-compromisso-com-meio-ambiente-e-apresenta-estrategias-para-conservacao-da-biodiversidade-global>

[9]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/10/25/cop16-de-biodiversidade-fundo-pode-financiar-a-protecao-de-1-bilhao-de-hectares-de-floresta/>

[10]Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/10/28/indigenas-de-paises-amazonicos-lancam-alianca-na-cop16.ghtml>

## Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Entre os dias 21 de outubro e 1º de novembro, foi realizada a 16ª edição da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas – a COP16. Cerca de 170 países enviaram delegações para participar do que foi considerado o maior e mais importante evento diplomático realizado na Colômbia [1]. A organização bem-sucedida do evento era importante para Gustavo Petro, que elenca a ação climática como uma de suas prioridades de governo. Susana Muhamad, ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, trabalhou durante o último ano para garantir a presença de representantes de alto nível na conferência e para alinhar o posicionamento dos países amazônicos [2]. As autoridades colombianas também precisaram coordenar esforços para garantir a segurança da COP16 diante de ameaças de atentados feitas pelo Estado Maior Central (EMC), grupo de dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as FARC [3].

Para Muhamad, os principais objetivos da Colômbia foram cumpridos e a COP16 foi um “sucesso na educação e mobilização da sociedade colombiana” [4]. Para ativistas ambientais, a conferência apresentou resultados mistos, já que obteve conquistas históricas, como a inclusão de povos indígenas e comunidades locais nas tomadas de decisão sobre a conservação da biodiversidade, mas também falhou em alcançar consensos em torno de temas importantes, como um mecanismo de financiamento obrigatório para a proteção da biodiversidade [5][6].

O aumento do papel de povos indígenas e comunidades tradicionais nas decisões sobre biodiversidade foi feito por meio do estabelecimento de mecanismos que amplificam a operacionalidade do artigo 8J da Convenção sobre Diversidade Biológica. O artigo 8J reconhece a participação desses atores como fundamental para a conservação da biodiversidade [7]. Como resultado das discussões da COP16, a implementação do artigo foi fortalecida com a criação de um órgão subsidiário permanente para facilitar a presença de povos indígenas e comunidades locais nos diálogos e negociações relacionados à biodiversidade [8] [9]. Além disso, como resultado de um trabalho colaborativo liderado pela Colômbia e pelo Brasil, as comunidades afrodescendentes foram incorporadas no escopo da norma [9].

No entanto, um ponto que frustrou expectativas foi o de financiamento global à conservação e recuperação da biodiversidade. Uma das maiores dificuldades ao avanço prático da pauta ecológica de forma internacional está relacionada a essa temática. Esperava-se

destravar o debate acerca das partes que devem contribuir com um fundo vinculante para conservação ambiental na COP-16 [6]. Todavia, o embate entre interesses do Sul e do Norte global seguiu como empecilho para a criação de um financiamento obrigatório subsidiado por empresas que lucram com a biodiversidade [6].

Ainda assim, a COP-16 apresentou resultados na questão do financiamento com a criação do Fundo Cali. Desenvolvido com o objetivo de promover uma distribuição mais igualitária dos benefícios advindos dos dados de sequenciamento genético (DSI), sua criação foi um dos grandes destaques da conferência. Grande parte da exploração desses dados, “em sua maioria oriundos dos países mais biodiversos” [6], são “usados amplamente por indústrias que lucram bilhões com cosméticos, medicamentos e alimentos” [6]. Visando uma compensação mais justa entre essas grandes empresas e os povos nativos, o fundo propôs a contribuição de 1% de seus lucros ou 0,1% de suas receitas. O ponto mais criticado na elaboração do texto que fundamenta o Fundo Cali está na “ausência de uma expressão que traga o caráter de obrigatoriedade” [6]. Sem esse mecanismo, as populações indígenas seguem sem arcabouço jurídico para cobrar a contribuição efetiva das grandes empresas. Apesar de embrionário, há expectativa de maior maturação do fundo na próxima conferência, que será realizada na Armênia, em 2026 [6].

A COP-16 também foi palco de avanços no principal mecanismo de cooperação para a proteção da Amazônia. No dia 29 de outubro, no âmbito do evento, o colombiano Martin von Hildebrand assumiu o cargo de secretário-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) [10]. Von Hildebrand, reconhecido por seu trabalho na proteção da Amazônia e dos povos indígenas, foi indicado pelo governo colombiano para assumir a chefia da organização em fevereiro de 2024 [10][11]. Adiada desde então, a posse de Martin von Hildebrand marca o fim de uma crise política que deixou o cargo de chefia da OTCA vazio por 8 meses, como consequência da oposição do Peru à nomeação colombiana [11]. Na época, o Peru não apoiou a posse de van Hildebrand como retaliação ao apoio de Gustavo Petro ao ex-presidente peruano Pedro Castillo, que está em prisão preventiva desde dezembro de 2022, quando tentou dissolver o Congresso do Peru [11].

Ainda no dia 29, a Colômbia lançou a “Coalizão pela Paz com a Natureza” [1]. Acompanhado pelo Secretário Geral da ONU, António Guterres, e outros cinco chefes de Estado, Petro anunciou a medida, que contou com o apoio de 20 países e 40 organizações. Segundo Susana Muhamad, a coalizão “não é de cunho técnico, mas sim uma declaração política com raízes profundas” [12]. Apesar de não apresentar caráter vinculante e carecer de ações concretas, a iniciativa foi considerada um sucesso da diplomacia colombiana. A pauta da “Paz com a Natureza” é uma temática central no governo de Petro. A adesão dos Estados, organizações e mais de 40 mil pessoas – por meio da plataforma change.org – representa a globalização de interesses nacionais, demonstrando seu apelo global.

O impacto negativo do uso de petróleo e gás como fontes energéticas foi um dos principais pontos expressados por Gustavo Petro na COP-16. Em seu discurso no evento, em 29 de outubro, o presidente colombiano criticou o patrocínio de empresas petroleiras às Conferências das Partes sobre Mudanças Climáticas e acrescentou que a COP da Diversidade Biológica acontece “em um país da biodiversidade, e não do petróleo” [13]. Em 1º de novembro, Susana Muhamad reforçou o apelo de Petro para a eliminação da produção de combustíveis fósseis em entrevista que concedeu ao portal de notícias G1 [14]. A Ministra repreendeu o debate no governo brasileiro sobre a exploração de petróleo e gás próximo à bacia da foz do rio Amazonas. De forma complementar, a presidente da COP16 criticou a falta de investimento internacional para a transição energética. Segundo ela, se não houver uma redução do uso de

combustíveis fósseis, mesmo com todos os esforços voltados para a preservação e restauração da biodiversidade, “tudo isso pode estar perdido” [14].

## Referências

- [1] Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Balance-COP16-Lo-mas-destacado-de-la-cumbre-que-mostro-por-que-Colombia-es-potencia-mundial-de-la-vida-241103.aspx>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/brasil-socio-estrategico-de-colombia-para-la-defensa-de-la-amazonia-y-la-cop16-de-biodiversidad/>
- [3] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/cali/seguimos-con-la-cop16-y-la-seguridad-se-mantiene-como-nuestra-prioridad-3363142>
- [4] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/la-cop16-supero-todos-los-pronosticos-estos-son-los-logros-historicos-que-alcanzo/>
- [5] Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/cop16-e-suspensa-sem-consenso-sobre-financiamento/>
- [6] Disponível em: <https://climatetrackerlatam.org/historias/fundo-cali-e-avanco-na-cop16-mas-resultado-aquem-do-esperado-deixa-gosto-amargo-na-conquista/>
- [7] Disponível em: <https://www.cbd.int/meetings/COP-16>
- [8] Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/cop-16-e-encerrada-com-avancos-historicos-para-os-povos-indigenas>
- [9] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/cop16-se-aprueba-organo-subsidiario-y-se-reconoce-el-rol-de-los-afrodescendientes-en-el-cdb/>
- [10] Disponível em: <https://otca.org/pt/martin-von-hildebrand-novo-secretario-geral-da-otca-assume-com-um-firme-compromisso-pela-conservacao-da-amazonia/>
- [11] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/01/crise-entre-peru-e-colombia-paralisa-organizacao-regional-sobre-amazonia-e-preocupa-governo-lula.ghtml>
- [12] Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2024-10-30/colombia-aprovecha-la-cop16-para-forjar-una-coalicion-de-paz-con-la-naturaleza.html>
- [13] Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Palabras-del-presidente-de-Colombia-Gustavo-Petro-Urrego-en-la-instalacion-del-segmento-de-alto-nivel-de-la-COP16-241029.aspx>
- [14] Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/11/01/explorar-petroleo-na-amazonia-e-uma-contradicao-total-diz-ministra-do-meio-ambiente-da-colombia.ghtml>

## Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Não houve ações relevantes relacionadas à Amazônia nas agendas do presidente e do Ministério de Relações Exteriores do Equador em outubro. No âmbito governamental, apenas cabe registrar que, no dia 4, o Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos do Equador, publicou um novo protocolo para ingresso na Zona Intangível de Tangaeri-Taromenane e da Zona de Amortiguamento, estabelecendo medidas fitossanitárias e de segurança para proteger os povos indígenas que habitam a região. O protocolo controla o acesso terrestre, aéreo e

fluvial do território, que abrange cerca de 800.000 km<sup>2</sup> e é habitado por povos indígenas em isolamento voluntário. A medida visa evitar o contágio de doenças infectocontagiosas nos povos locais e também proíbe a documentação e filmagem dos territórios [1].

Além disso, entre os dias 9 e 10 de outubro, representantes do Ministério de Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) participaram de evento promovido em Tena, na Amazônia Equatoriana, pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com apoio do Programa Euroclima, sobre a criação da “Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas” [2]. Realizado na Universidade Regional Amazônica Ikiam, o encontro contou com a presença de líderes governamentais e de comunidades indígenas que discutiram as ameaças que as mudanças climáticas representam para os territórios amazônicos. O ministério apresentou ações para mitigar os efeitos das mudanças climáticas sobre o território nacional. Por sua vez, no decorrer do encontro, lideranças indígenas do Equador também debateram ações para a conservação da Floresta Amazônica a partir de experiências e práticas das comunidades indígenas, com ênfase na gestão de recursos hídricos, saberes sobre saúde e atuação de mulheres indígenas na defesa dos territórios e na proteção da biodiversidade.

Outras notícias relacionadas à sociedade civil indígena marcaram o mês. Além disso, durante a COP-16 da Biodiversidade, realizada em Cali, na Colômbia, representantes da *Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana* (Confeniae) demandaram o financiamento direto aos povos indígenas para projetos de enfrentamento as mudanças climáticas e proteção da biodiversidade [5]. A reivindicação indígena apontou que os recursos enviados aos países em iniciativas ambientais se perdem na estrutura burocrática dos governos e das organizações não-governamentais, de modo que muito pouco realmente termina alocado nas regiões indígenas. A demanda foi apoiada por outras organizações indígenas da região que compõem a *Coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica* (Coica) e conta com suporte da WWF, organização não-governamental comprometida com a proteção da biodiversidade. O COFENIAE espera que iniciativas como o Fundo Amazônia para a Vida, lançado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, durante a COP16, contemple em breve projetos de bioempreendimento de organizações indígenas na região amazônica do Equador.

No dia 31, foi divulgado que a ativista equatoriana María Belén Páez Cano recebeu o prêmio “Lovejoy” no marco da COP-16 [6]. A cerimônia reconheceu os esforços de Páez na defesa da Amazônia Andina, no Equador e no Peru, à frente da *Fundación Pachamama* e da iniciativa *Cabeceras Sagradas de la Amazonía*. Páez atua na promoção de ações de mitigação das mudanças climáticas por meio da incorporação de cosmovisões de povos e nacionalidades amazônicas com base na “economia da floresta”. Ela foi a primeira mulher e latino-americana a receber o prêmio que é apoiado por organizações e fundos internacionais tais como Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), *The Nature Conservancy* (TNC), Conservation International (CI) e *World Wide Fund for Nature* (WWF).

Por fim, no dia 24, foi noticiado que cinco pessoas foram assassinadas e duas ficaram feridas em uma zona de mineração ilegal na região de Punino, localizada na província de Orellana [3]. Segundo a imprensa, o confronto se originou do encontro entre mineradores ilegais que disputam o controle do território e a extração ilegal do ouro. Desde 2019, a mineração ilegal depredou cerca de 1.500 hectares de florestas selvagens ao redor do Rio Punino, segundo informe do *Proyecto de Monitoreo de la Amazonía Andina* (MAAP). Também na Amazônia Equatoriana, o aumento do nível das chuvas fez transbordar os Rios Anzu, em Napo, e Macuma e Upano em Morona Santiago [4]. Atualmente, o Equador enfrenta uma crise energética provocada pela seca, situação que tem afetado centenas de agricultores e

pequenos produtores – principalmente nas províncias de Napo, Orellana e Morona Santiago, localizadas na região amazônica.

### Referências

[1]Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/pueblos-no-contactados-aislamiento-voluntario-zona-intangible-tagaeri-taromenane-yasuni-ministerio-de-la-mujer-gobierno-nacional-ministerio-de-ambiente-protocolo-nota/>

[2]Disponível em: <https://otca.org/pt/lideres-indigenas-da-amazonia-se-reunem-no-equador-para-enfrentar-as-mudancas-climaticas/>

[3]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/10/25/cinco-muertos-y-dos-heridos-en-masacre-en-zona-de-mineria-ilegal-de-la-amazonia-de-ecuador/>

[4]Disponível em: <https://www.ecuavisa.com/noticias/ecuador/caudal-10-rios-empezo-a-crecer-por-lluvias-amazonia-AE8226200>

[5]Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/cop16/2024-10-28/los-pueblos-indigenas-reivindican-la-financiacion-directa-para-cuidar-la-naturaleza-en-la-cop16-de-biodiversidad.html>

[6]Disponível em: <https://www.ecoticias.com/eco-america/belen-paez-lovejoy-cop16>

### Guiana

Por Guilherme Fritz

Entre os dias 21 de outubro e 1º de novembro, foi realizada a 16ª edição da Conferência sobre Biodiversidade das Nações Unidas (COP 16), em Cali, na Colômbia. O representante do Estado guianês foi o Ministro dos Recursos Naturais, Vickram Bharrat. Na ocasião, o ministro discursou acerca do importante papel que a Guiana cumpre ao preservar sua biodiversidade, já que cerca de 85% do território é coberto por mata nativa. Além disso, reforçou duas medidas anunciadas recentemente pelo presidente Irfann Ali no escopo da *Guyana's Low Carbon Development Strategy 2030* (Estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono 2030, em tradução livre). A primeira referiu-se à proposta de uma aliança global para o financiamento da biodiversidade na bacia amazônica, enquanto a segunda trata-se de uma parceria com as universidades de Harvard e Oxford para a criação de um Centro Internacional para a Biodiversidade. Bharrat deixou explícito que a estratégia da Guiana repousa sobre equilíbrio entre o desenvolvimento a partir da exportação de petróleo e a conservação florestal, de tal forma que o desenvolvimento de mecanismos financeiros capazes de atrelar a preservação à acumulação de capital, como são os créditos de carbono, é fundamental para a estratégia de desenvolvimento sustentável do país [1][2].

### Referências

[1]Disponível em: <https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/meio-ambiente/iberdrola-biodiversidade/cop/>

[2]Disponível em: <https://caricom.org/statement-by-the-hon-vickram-bharrat-minister-of-natural-resources-guyana-high-level-segment-16th-meeting-of-the-conference-of-the-parties-to-the-un-convention-on-biological-diversity-cali-colo/>



Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No mês de outubro, o Ministério do Meio Ambiente (MINAM) do Peru demonstrou maior protagonismo do que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) em temas relacionados à política externa ambiental. Especialmente no contexto da COP 16 da Biodiversidade, que ocorreu em Cali, na Colômbia, o MINAM destacou-se pela atuação ativa em iniciativas e cooperações relacionadas à preservação da biodiversidade e à mitigação das mudanças climáticas. Essa inclinação do MINAM na agenda externa do meio ambiente evidencia sua liderança na temática.

Em 25 de outubro, foi aprovado o Decreto Supremo nº 008-2024-MINAM, que instituiu a Estratégia Nacional de Diversidade Biológica (ENDB) e foi apresentado na COP-16 [2]. A estratégia contém 5 objetivos estratégicos, 29 metas e 143 ações, que visam a realização de uma gestão eficaz que reduza a degradação da biodiversidade biológica. O documento contém uma parte dedicada aos povos indígenas e a visão deles sobre biodiversidade, almejando orientar-se pela interculturalidade, equidade, sustentabilidade, princípio da precaução, governança ambiental e participação social. A estratégia está conectada à Política Nacional do Meio Ambiente e ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional até 2050. Sua construção ocorreu de modo participativo, descentralizado e inclusivo, inclusive com amplo engajamento de mulheres e organizações indígenas, afrodescendentes e de jovens [3]. Foi a primeira vez que uma ENDB incluiu um capítulo particular para os povos indígenas e a visão deles para a conservação da biodiversidade, retratando-os como guardiãs da biodiversidade devido ao conhecimento ancestral e à relação com a natureza [3].

Ainda no âmbito da COP-16, o MINAM buscou promover instrumentos econômicos e financeiros a fim de incentivar investimentos públicos e privados para a conservação de ecossistemas e serviços oferecidos à sociedade [4]. Com destaque à Aliança Empresarial pela Amazônia (AEA), que canaliza investimentos sustentáveis na agricultura, buscando proteger a biodiversidade amazônica e mitigar as mudanças climáticas, representantes do Peru defenderam que os “biocréditos” direcionam recursos para práticas agrícolas sustentáveis, com redução de emissões de carbono. A vice-ministra Raquel Soto destacou a importância do financiamento conjunto.

Também no contexto da COP 16, o MINAM assinou um acordo de cooperação interinstitucional com as organizações representativas das comunidades indígenas nativas do país (Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana – AIDSESP, a Confederação de Nacionalidades Amazônicas do Peru - CONAP e a Associação Nacional de Executores do Contrato de Administração das Reservas Comuns da Amazônia Peruana – ANECAP), para implementar ações conjuntas contra os impactos das mudanças climáticas [5]. Essa iniciativa se deu no âmbito da Declaração Conjunta de Intenções (DCI) – um acordo de cooperação voluntária – assinada por Peru, Noruega e Alemanha.

Ainda por ocasião da COP 16, Peru e Colômbia assinaram um Memorando de Entendimento sobre Parques Naturais Nacionais [6]. O objetivo dessa parceria será implementar ações que promovam a conservação da diversidade biológica e a gestão sustentável dos recursos naturais nas áreas naturais protegidas dos dois países. O acordo, assinado em 30 de outubro, busca também fortalecer as capacidades institucionais para o bem-estar das comunidades que vivem nessas áreas e contribui ainda para a preservação da biodiversidade e o combate às mudanças climáticas.

Finalmente, aconteceu na COP 16 uma reunião extraordinária de chanceleres dos países



membros da OTCA para deliberarem sobre o combate à perda da biodiversidade na Amazônia [9]. O país foi representado pelo vice-ministro das Relações Exteriores, Peter Camino. Como resultado da reunião, foi adotada uma declaração pela qual os países se comprometeram a reforçar ações regionais para frear a perda de biodiversidade, melhorar o acesso aos benefícios derivados do uso sustentável dos recursos genéticos, incluir a participação dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais, e criar sinergias com as Nações Unidas.

Para além da COP-16 da Biodiversidade, autoridades de dez países sul-americanos se reuniram para tratar sobre estratégias de combate ao tráfico ilícito de vida silvestre na Primeira Reunião Anual da Rede de Observância e Aplicação da Normativa de Vida Silvestre na América do Sul (SudWEN), em Lima [7]. O vice-ministro das Relações Exteriores reafirmou o compromisso do país com o fortalecimento da SudWEN e destacou a vontade do país em cooperar e combater delitos que prejudiquem a biodiversidade da região.

Além disso, aconteceu, no dia 18 de outubro, o VII Foro Internacional de Economia Circular (VII FIEC), organizado pelos ministérios do Meio Ambiente, da Produção e Habitação, Construção e Saneamento, com o apoio da União Europeia. Estiveram presentes líderes, pesquisadores, empresários nacionais e internacionais e demais representantes dos setores público e privado, da academia e da sociedade civil. O evento destacou o objetivo de um crescimento sustentável e abordou estratégia inovadoras para transformar a produção e o consumo. Nesse sentido, o financiamento e a cooperação internacional foram apontados como fundamentais para fomentar as práticas circulares. Na inauguração do VII FIEC, o ministro do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro Vargas, ressaltou as ações do Peru nos últimos anos que estiveram em linha com a produção sustentável, defendendo que o país tem dado grandes passos em políticas e ferramentas de gestão para um desenvolvimento sustentável e competitivo [1].

Por fim, visando a promoção do desenvolvimento sustentável, o chanceler Elmer Schialer encerrou o 40º período de sessões da CEPAL [8]. Em seu discurso, chamou atenção para como o governo do Peru procura cumprir uma agenda que fomente a cooperação regional por meio de políticas públicas de inclusão, bem-estar e luta contra as desigualdades. Apesar de uma agenda relativamente menor no âmbito do meio ambiente, em comparação ao MINAM, nota-se que o MRE peruano não deixa de desempenhar certo papel nesta agenda por meio da participação em espaços multilaterais.

## Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1042561-peru-avanza-hacia-la-economia-circular-lideres-globales-se-unen-para-impulsar-un-futuro-sostenible>

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1046302-gobierno-aprueba-la-estrategia-nacional-de-diversidad-biologica-al-2050>

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1047622-aportes-de-pueblos-indigenas-enriquece-la-nueva-estrategia-nacional-de-diversidad-biologica-al-2050>

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1047156-en-cop-16-destacan-iniciativas-peruanas-sobre-financiamiento-verde-para-efectiva-conservacion-de-la-biodiversidad>

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1050075-comunidades-indigenas-podran-ejecutar-iniciativas-vinculadas-a-la-mitigacion-del-cambio-climatico-con-apoyo-del-minam>

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1050211-peru-y-colombia-unen-esfuerzos-para-fortalecer-la-conservacion-de-sus-areas-naturales-protegidas>

[7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1033205-cancilleria-reafirma-voluntad-del-peru-para-cooperar-y-combatir-delitos-medioambientales-en-reunion-anual-de-la-red-sudwen>

[8]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1038082-canciller-schialer-clausuro-40-periodo-de-sesiones-de-cepal-y-destaco-que-peru-impulsara-la-cooperacion-en-desarrollo-sostenible>

[9]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1048375-paises-amazonicos-aprueban-declaracion-sobre-biodiversidad-en-cali-colombia>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 29 de outubro, o presidente do Suriname, Chandrikapersad Santokhi, discursou durante a 16ª edição da Conferência sobre Biodiversidade das Nações Unidas (COP 16), em Cali, na Colômbia. Além de exaltar o papel do Suriname no combate à degradação climática, também chamou atenção para a grande biodiversidade presente no território do Suriname, associando a preservação das florestas como uma resposta a ambos os desafios. Lembrou que cerca de 93% do território do país é coberto por mata nativa, o que torna sua produção de carbono negativa. Santokhi também destacou a importância das populações indígenas na preservação dos biomas, além dos conhecimentos tradicionais que são não apenas uma herança, mas também possíveis soluções [1][2].

Dos 196 países participantes da COP 16, apenas 35 apresentaram seus Planos de Ação para Diversidade (NBSAP). Suriname, Colômbia, México e Cuba foram os únicos países do continente americano neste grupo. O compromisso de formular planos de ação faz parte do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming Montreal, aprovado durante a COP 15, em 2022 [3][4].

Referências

[1]Disponível em: <https://gov.sr/president-santokhi-vertegenwoordigt-suriname-op-cop16-in-colombia/>

[2]Disponível em: <https://caricom.org/statement-by-his-excellency-chandrikapersad-santokhi-president-of-suriname-high-level-segment-16th-meeting-of-the-conference-of-the-parties-to-the-un-convention-on-biological-diversity-cali-colom/>

[3]Disponível em: <https://www.entresolesylunas.org/index.php/en/component/content/article/15-blog/307-cop-16-only-35-countries-esposed-their-action-plans-to-protect-biodiversity>

[4]Disponível em: <https://midianinja.org/cop16- apenas-35-dos-196-paises-apresentaram-os-seus-planos-de-acao-para-a-biodiversidade/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O grande destaque do mês de outubro na região amazônica da Venezuela foi a aprovação, por parte do Executivo federal, da exploração estatal de cassiterita em uma área no Arco Mineiro do Orinoco (AMO) [1]. A cassiterita é o principal minério do estanho e, atualmente, há uma crescente demanda global por esse recurso [2]. No dia 3 de outubro, Nicolás Maduro outorgou direitos exclusivos de exploração para a Corporação Venezuelana de Mineração (CVM), que poderá realizar atividades de exploração e extração do mineral cassiterita e seus associados. O anúncio foi feito na sede do Complexo Siderúrgico Nacional, em Caracas, e foi transmitido pelo canal televisivo estatal VTV. Em sua fala, Maduro afirmou que a aprovação dos direitos de mineração deve “avançar em harmonia com a natureza, com os povos indígenas, para o desenvolvimento integral da mineração no país” [3].

Como reação ao anúncio feito por Maduro, diversas ONGs do país, como a Provea e a Fundaredes, têm alertado sobre danos irreversíveis que estão sendo causados no AMO, devido à exploração indiscriminada de riquezas minerais [4]. O AMO está localizado entre os estados amazônicos de Delta Amacuro, Bolívar e Amazonas, onde estão presentes 36 áreas protegidas, como parques e monumentos naturais. Nessa área, há grandes reservas de ouro, coltan, diamantes, ferro, bauxita, entre outros minerais [5]. Na contramão das denúncias realizadas, o governo defende que a exploração estatal está de acordo com a ideia de promover ordem no setor de mineração “por meio de um conceito produtivo, ecológico e preservacionista, após reconhecer a existência da máfia nesse setor e a prática destrutiva” [6].

Os danos ao meio ambiente não se restringem à região do AMO. A ONG Fundaredes alertou, no dia 18 de outubro, que todos os estados amazônicos da Venezuela estão enfrentado uma crise ambiental devido à grande presença de práticas de mineração ilegal. Além disso, a organização afirma que a extração ilegal de ouro na Venezuela também tem provocado uma crise de direitos humanos. Segundo a ONG, a mineração ilegal “tem destruído bosques, contaminado rios com mercúrio e afetado comunidades indígenas, que acabam sofrendo por terem que se deslocar, além de sofrerem exploração laboral e violência”. Argumentam, ainda, que “a presença de grupos armados e máfias agrava a violação dos direitos básicos dos habitantes dessas áreas, incluindo o direito a um ambiente saudável e seguro” [7].

Ademais, no dia 21 de outubro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) solicitou ao governo da Venezuela a proteção de comunidades indígenas Yanomami. A Comissão expressou preocupação com o impacto da mineração ilegal, bem como de outras atividades ilícitas na vida, saúde e sobrevivência do povo Yanomami no AMO. A CIDH recebeu denúncias da própria comunidade, que alertava sobre a presença de mineradores ilegais da Colômbia e do Brasil em território venezuelano. A CIDH explicitou que a Venezuela deve adotar medidas concretas e imediatas para proteger os direitos humanos dessa população, com uma abordagem culturalmente adequada [8].

Por fim, no final do mês, a ONG SOS Orinoco se uniu à frente de denúncias dos impactos negativos da mineração ilegal na região da Amazônia venezuelana. No dia 27 de outubro, foi divulgado que cerca de 70% a 90% do ouro sai do país de forma ilegal, em operações que envolvem funcionários do alto escalão do governo e familiares próximos ao entorno presidencial [9]. No dia 29, a ONG denunciou que funcionários militares cobram cerca de 16 gramas de ouro para que mineradores ilegais possam continuar explorando a região de Atabapo, no estado do Amazonas. No município de Cárida, a Guarda Nacional Bolivariana realiza cobranças semanais aos mineradores. Essa mina ilegal expandiu-se em 13 hectares

entre os meses de julho e setembro de 2024. Além disto, a SOS Orinoco informou que “todos os chefes militares e civis locais fazem parte do negócio” e acrescentou que essa é “mais uma prova de que a suposta luta do regime de Nicolás Maduro contra a mineração ilegal é uma farsa: todas essas minas estão em plena expansão nas mãos dos mineradores que estavam no parque nacional Yapacana, com o aval dos militares” [10].

#### Referências

- [1] Disponível em: [https://presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id\\_evento=28878](https://presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=28878)
- [2] Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/04/cassiterita-o-mineral-que-e-a-nova-ameaca-aos-yanomami/>
- [3] Disponível em: <https://efectococuyo.com/economia/maduro-aprueba-explotacion-estatal-de-cassiterita-en-el-arco-minero-del-orinoco/>
- [4] Ibidem.
- [5] Ibidem.
- [6] Ibidem.
- [7] Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/ong-alerta-de-crisis-ambiental-por-la-mineria-ilegal-en-estados-amazonicos-de-venezuela/>
- [8] Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/cidh-pide-al-gobierno-protger-a-yanomamis-de-mineria-ilegal/>
- [9] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/amazonia-venezolana-azotada-por-violacion-de-derechos-humanos-y-perdida-de-la-biodiversidad/>
- [10] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sos-orinoco-denuncia-que-militares-cobran-16-gramos-de-oro-para-permitir-la-mineria-ilegal/>

#### OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Entre os dias 1º e 4 de outubro, aconteceu o Segundo Encontro Regional de Diálogo, Avanços e Desafios na Construção da “Plataforma Amazônica de Povos Indígenas e Mudanças Climáticas” [1]. Realizada no Centro de Formação da Cooperação Amazônica (AECID), localizado em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, a reunião contou com a presença da Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, e do Coordenador de Assuntos Indígenas, Freddy Mamani, além de delegados dos oito países membros. Nos quatro dias de encontro foram debatidas estratégias para a construção de políticas públicas e ações regionais integradas com base no intercâmbio de conhecimentos tradicionais e tecnologias, na conservação dos ecossistemas amazônicos, no respeito aos direitos dos povos indígenas e na adoção de práticas que promovam a resiliência das comunidades frente à crise climática.

A Diretora-Administrativa da OTCA, Edith Paredes, participou da Sessão 5 no submódulo “Plataforma Digital para Povos Indígenas e Mudanças Climáticas (PDPI&CC)” destacando a importância da incorporação do conhecimento ancestral nas ações de adaptação e mitigação das mudanças climáticas [2]. Já na Sessão 6, o coordenador do Observatório Regional da Amazônia (ORA), Mauro Ruffino, apresentou os indicadores e o banco de dados que serão utilizados para alimentar políticas públicas dentro dos marcos de articulação e governança regional [3]. A iniciativa será posteriormente integrada ao Módulo Povos Indígenas

ORA/OTCA, ainda em fase de elaboração.

No restante do encontro, os participantes também apresentaram os progressos e próximos passos para a consolidação da Plataforma. A iniciativa da OTCA dá prosseguimento às diretrizes estabelecidas na Declaração de Belém (2023) e visa construir esforços para a concretização de uma Estratégia Regional Amazônica de Povos Indígenas e Mudanças Climáticas. Esta ação foi organizada pela OTCA e contou com o apoio da AECID, do GIZ, da CEPAL e do Programa Euroclima+.

No dia 3 de outubro a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) firmaram um Acordo-Quadro nos marcos da Reunião de Autoridades de Saúde do Alto Nível das Américas, realizada em Washington, nos Estados Unidos [4]. O documento estabelece diretrizes para a formulação de políticas e ações estratégicas na área da saúde na região amazônica com destaque para a promoção da inteligência epidemiológica, a melhoria dos sistemas de alerta precoce e a transformação dos sistemas de saúde com foco no aumento da resiliência.

Segundo a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, o acordo entre OTCA e OPAS “nos permitirá implementar soluções inovadoras que beneficiarão não apenas os países da Amazônia, mas também toda a região das Américas.”. O dispositivo firmado prioriza áreas estratégicas como a saúde dos povos indígenas em isolamento voluntário, a vigilância epidemiológica nas zonas de fronteira, a saúde ambiental e o uso de novas tecnologias, como a telemedicina. Ele se debruça, ainda, sobre o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a capacitação dos trabalhadores da saúde na região amazônica em prol da melhoria das condições de vida das comunidades e do fortalecimento dos sistemas de saúde regionais.

No dia 16 de outubro, representantes da OTCA participaram do Fórum de Investimentos da Iniciativa “Mano de la mano” organizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) [5]. Na ocasião foram apresentadas notas de investimento para a promoção de um modelo agroalimentar inclusivo e sustentável na região amazônica. Em colaboração com o Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe e orientada pela Declaração de Belém, a proposta objetiva transformar a bioeconomia amazônica, promover melhorias nas condições de vida das populações locais e combater a fome e a pobreza. Os investimentos projetados somam 89,9 milhões de dólares e os benefícios pretendidos poderão atingir diretamente 14.500 pessoas e indiretamente 57.000 pessoas.

Dentro do plano inicial, uma das propostas é o fortalecimento do Observatório Regional da Amazônia (ORA), com investimento de \$19,2 milhões de dólares, a fim de torná-lo uma referência no conhecimento e monitoramento da Amazônia. A segunda proposta, de \$29,2 milhões de dólares, visa aumentar o acesso a serviços digitais nas áreas rurais da Amazônia – facilitando o acesso de pequenos produtores ao comércio eletrônico e o uso de tecnologias de rastreabilidade, por exemplo. A terceira proposta é focada na gestão sustentável da pesca migratória do bagre amazônico, com investimento de \$40,9 milhões de dólares, com ênfase na melhoria das capacidades locais, modernização de fábricas de processamento e redução dos custos logísticos. Estima-se que essa proposta pode beneficiar 9.500 famílias de modo direto e 12.000 pessoas de modo indireto.

Entre os dias 21 de outubro e 1º de novembro, representantes da OTCA participaram de diversas atividades estratégicas nos marcos da Décima Sexta Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 16) realizada em Cali, na Colômbia [6]. Durante a COP 16, a OTCA buscou projetar sua liderança em questões de sustentabilidade e biodiversidade na região amazônica em consonância com o Marco Global da Biodiversidade e



a Declaração de Belém, além de atrair investimentos externos, fomentar a implementação de políticas públicas e promover eventos paralelos sobre inclusão dos conhecimentos indígenas, gestão sustentável dos recursos hídricos e mitigação de atividades ilícitas na Amazônia.

No dia 21, Carlos Salinas, Coordenador de Meio Ambiente da OTCA, participou de evento promovido pelo Instituto Igarapé intitulado “Liderança da OTCA no fortalecimento da cooperação regional para enfrentar os crimes ambientais na Bacia Amazônica” em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) [7]. Salinas abordou a evolução do crime organizado na Amazônia, com destaque para a mineração ilegal, o desmatamento e o tráfico de espécies. Já Melina Risso, Diretora de Pesquisa do Instituto Igarapé, acrescentou que os crimes ambientais têm caráter transnacional e estão relacionados com outras economias ilícitas. Além disso, citou que o planejamento regional deve ser usado para lidar com esses casos.

No mesmo evento, o General William Castaño Ramos, Diretor da Direção de Carabineiros e Proteção Ambiental (DICAR) da Polícia Nacional da Colômbia, acrescentou que a colaboração com organismos internacionais e a integração de esforços regionais também são essenciais, posição que foi complementada pelo Diretor da Direção da Amazônia em Meio Ambiente da Polícia Federal do Brasil, Humberto Freire de Barros.

No dia 22, o Coordenador do ORA, Mauro Ruffino, participou do evento “Dados Abertos para a Biodiversidade: Acelerando o Monitoramento e a Ação”, organizado pelo Banco Mundial e pelo Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) [8]. A finalidade do evento foi discutir a importância das plataformas de dados abertos e iniciativas de compartilhamento de informações para a preservação do meio ambiente. Ruffino destacou os resultados alcançados pelo ORA e enfatizou a necessidade de fortalecer parcerias e capacidades dos países amazônicos para criação de um modelo de gestão de dados aberto e acessível.

No dia 22, Carlos Salinas participou do evento “Transição para o Manejo Integrado do Fogo na Bacia Amazônica” realizado no Pavilhão da União Europeia e organizado pelo Programa Amazônia+ na COP 16[9]. Salinas destacou o papel da Declaração de Belém e do recente Memorando de Entendimento sobre o Manejo Integrado do Fogo (MOU MIF) como referências na implementação de políticas coordenadas e sustentáveis na região amazônica.

No dia 23, a OTCA, com apoio do programa Amazônia+ financiado pela União Europeia, realizou um evento paralelo à COP 16 voltado para o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas [10]. Com a participação de representantes dos povos indígenas, autoridades dos países amazônicos e organizações internacionais, o encontro discutiu a formação de um grupo de trabalho com três pilares: o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas, o Fórum de Povos Indígenas sobre Conhecimentos Ancestrais e a Plataforma Regional Amazônica dos Povos Indígenas e Mudança Climática.

O Coordenador de Assuntos Indígenas da OTCA, Freddy Mamani, citou a importância de garantir a efetiva participação dos povos indígenas nos espaços multilaterais de biodiversidade e mudanças climáticas. Já a vice-presidenta do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC), Myrna Cunningham, acrescentou que a inclusão de mulheres, jovens e pessoas com conhecimentos ancestrais é igualmente importante. Durante o evento, os países membros da OTCA se comprometeram a continuar o trabalho junto às organizações dos povos indígenas para apresentar resultados na COP 30 do Clima, em 2025.

No dia 23, jovens indígenas da Venezuela, Peru, Brasil, Colômbia e Equador, participaram do evento “Guardiões da Amazônia: Abordando a Mudança Climática e a Sustentabilidade da



Água” [11]. No encontro, eles discutiram os impactos das mudanças climáticas nos recursos hídricos da região, apontando para soluções inovadoras para a gestão sustentável da água e a incorporação dos saberes ancestrais nas políticas públicas. A Coordenadora de Mudanças Climáticas da OTCA, Rathna Kewal, disse que é preciso “empoderar as vozes da Amazônia” de modo que elas se vejam refletidas nas políticas climáticas internacionais.

Durante o debate, os presentes dialogaram sobre problemas que afetam o território amazônico, tais como as secas prolongadas, a perda de espécies nativas, a migração forçada de comunidades e a insegurança alimentar, mas também apontaram mecanismos desenvolvidos localmente, como a reflorestação de espécies nativas e a criação de sistemas de alerta precoce para mitigação de desastres. Os participantes pontuaram ainda que é preciso investir no fortalecimento da educação ambiental e dos direitos dos povos indígenas, com forte apelo aos diálogos intergeracionais para preservar e revitalizar os conhecimentos sobre mudanças climáticas.

No dia 24 de outubro, o Coordenador de Assuntos Indígenas da OTCA, Freddy Mamani, participou do evento “Desenvolvimento Social e Sustentável como Estratégia de Segurança Pública e Promoção dos Direitos Humanos nas Políticas de Drogas” organizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil às margens da COP 16 [12]. Mamani reforçou a cooperação entre os países amazônicos na área de segurança pública e apontou que atividades ilegais, como o tráfico de madeira e a mineração não-regulamentada tendem a desestabilizar as comunidades locais e ameaçar a biodiversidade da região.

Representantes da SENAD e do UNODC (*United Nations Office on Drugs and Crime*) dialogaram sobre a necessidade de inclusão de uma abordagem social nas políticas de drogas e a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades afetadas pelo narcotráfico, além do mapeamento das conexões ilícitas entre essa atividade e a mineração e desmatamento ilegais. A representante da Iniciativa Negra para uma Nova Política de Drogas, Nathalia Oliveira, destacou a importância de promover políticas mais justas e inclusivas para as comunidades afrodescendentes e a inclusão de uma perspectiva de justiça social em segurança pública.

Seguindo a programação da COP 16, no dia 24, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) promoveu o evento “Gestão do Risco de Incêndios Florestais e Conservação da Biodiversidade na Amazônia” [13]. O Coordenador de Meio Ambiente da OTCA, Carlos Salinas, participou do encontro e destacou a importância da cooperação regional no combate aos incêndios florestais, apontando a criação da Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo como uma ferramenta capaz de oferecer ações articuladas para a prevenção e resposta a eventos de grande magnitude, com a incorporação das comunidades locais no combate e prevenção de incêndios. O BID, por sua vez, ressaltou que o investimento em prevenção e no fortalecimento da governança é essencial para construção de uma região mais resiliente.

No dia 25 de outubro, a OTCA, em colaboração com a ONU Mulheres e o FONPLATA, organizou um evento sobre a cooperação regional para a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres na Amazônia [14]. A Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, moderou o evento e em sua fala pontuou os aspectos da Declaração de Belém que tratam sobre a inclusão de mulheres e meninas nos processos de tomada de decisão. A vice-representante da ONU Mulheres para a Colômbia, María Inés Salamanca, frisou que é necessário tornar visíveis os efeitos diferenciados da crise climática sobre as mulheres, além de destacar o papel das mulheres indígenas e rurais na preservação das florestas e gestão dos recursos naturais. Já



Carolina Benítez, especialista em projetos de gênero do FONPLATA, tratou sobre a inclusão da perspectiva de gênero em projetos de infraestrutura financiados pelo banco, destacando a existência do programa para mulheres líderes no setor de águas no Brasil.

No dia 25, nos marcos da COP 16, a OTCA firmou uma Carta de Intenção com a Plataforma Cipó em busca de garantir um marco de colaboração para o intercâmbio de tecnologias e conhecimentos alinhados com as diretrizes estabelecidas na Declaração de Belém em prol da preservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia [15]. No dia 26, foi firmada uma nova Carta de Intenção, desta vez entre a OTCA e o ICLEI (Rede Governos Locais pela Sustentabilidade), com foco no fortalecimento da resiliência climática e sustentabilidade urbana [16]. A Carta, assinada durante a 8ª Cúpula de Governos Subnacionais e Cidades: Agindo pela Diversidade, faz parte das iniciativas de articulação entre autoridades locais e tradicionais, que contam também com o Fórum de Cidades Amazônicas. Um dos objetivos da Carta é elaborar um plano de trabalho conjunto entre as duas instituições que articule ações em sintonia com dinâmicas regionais e internacionais a serem apresentadas durante a COP 30 no próximo ano.

No dia 27, Mauro Ruffino, Coordenador do ORA/OTCA, participou do evento “Soluções geoespaciais para uma melhor gestão do uso do solo na Amazônia” que discutiu o uso de dados e sistemas geoespaciais no enfrentamento dos desafios ambientais [17]. O evento contou com a participação de autoridades do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Ministério do Planejamento Espacial e Meio Ambiente do Suriname. Dentre os tópicos abordados, Ruffino destacou a integração e o compartilhamento de dados entre os países amazônicos, partindo da atuação do ORA/OTCA. O Ministro Marciano Dasai, do Suriname, apresentou os esforços do país na elaboração de políticas de proteção e conservação da Floresta Amazônica, que cobre 93% do território nacional, destacando o uso de ferramentas geoespaciais na análise de projetos de infraestrutura.

No mesmo dia, no âmbito da COP 16, uma reunião de especialistas organizado e moderado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) tratou sobre a importância da cooperação regional e do desenvolvimento de políticas públicas para fortalecer a biodiversidade e modelos econômicos inclusivos na Amazônia [18]. Representantes do Equador e da Colômbia destacaram iniciativas de construção de políticas para a bioeconomia com a participação de agentes e comunidades locais, como, por exemplo, a Missão dos Sábios, atividade implementada na Colômbia que uniu capacidades e mecanismos do território com negócios de alto valor agregado em sustentabilidade. A Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, reforçou novamente a coordenação dos países amazônicos como estratégia para a incorporação do conhecimento ancestral nas políticas de certificação dos produtos amazônicos.

Também no dia 27, o evento “Soluções Geoespaciais para uma Melhor Gestão do Uso do Solo na Amazônia” discutiu como o uso de dados geoespaciais e sistemas de informação integrados podem impulsionar o desenvolvimento sustentável da região [19]. Mauro Ruffino, Coordenador do Observatório Regional Amazônico (ORA), abordou os avanços regionais na integração de dados entre os países amazônicos e Marciano Dasai, Ministro de Planejamento Espacial e Meio Ambiente do Suriname, abordou as políticas implementadas a nível nacional em áreas como infraestrutura e enriquecimento do solo.

No dia 28, os Ministros de Relações Exteriores da OTCA firmaram a Declaração de Cali renovando os compromissos para a proteção da Amazônia e a promoção do desenvolvimento sustentável com base na cooperação regional e internacional [20]. Vanessa Grazziotin, Diretora-Executiva da OTCA, agradeceu os esforços realizados e as autoridades presentes – representando Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela –



destacaram a necessidade de fortalecer as redes regionais para a gestão integrada do fogo, a Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA) e o grupo de trabalho sobre o fenômeno *El Niño*, além de reforçarem a importância de incluir ativamente os povos indígenas e as comunidades locais na implementação de estratégias de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Nos últimos dias da COP 16, as atividades continuaram. No dia 29, a OTCA e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) oficializaram uma Carta de Intenção com o objetivo de identificar áreas de cooperação interinstitucional para promover a segurança alimentar e nutricional na região amazônica em curto e longo prazo [21]. No mesmo dia, Martin von Hildebrand foi nomeado Secretário-Geral da OTCA com apoio de todos os países membros [22]. Von Hildebrand possui um histórico de atuação e ativismo em ações de proteção à Amazônia e defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas por meio da Fundação Gaia Amazonas, radicada na Colômbia.

Por fim, no dia 30, foi lançada a Rede Pan-Amazônica de Bioeconomia, iniciativa que faz parte da Conservação Internacional (CI) e tem por objetivo incentivar uma cooperação mais estreita entre os setores público e privado com foco na elaboração de projetos sustentáveis e alinhados com as comunidades locais [23]. Por meio do fomento a mecanismos financeiros, políticas e programas, a Rede busca promover um desenvolvimento econômico que valorize e preserve a biodiversidade da região.

## Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/abertura-do-segundo-encontro-regional-amazonico-para-a-construcao-da-plataforma-regional-amazonica-dos-povos-indigenas-e-mudanca-climatica/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/santa-cruz-de-la-sierra-sedia-dia-importante-para-plataforma-amazonica-dos-povos-indigenas/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/apresentacao-de-uma-plataforma-digital-para-promover-a-resiliencia-indigena-sobre-as-alteracoes-climaticas/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-opas-fortalecem-cooperacao-em-saude-publica-na-amazonia-com-acordo-quadro/>
- [5] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-apresenta-notas-de-investimento-para-promover-o-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia/>
- [6] Disponível em: <https://otca.org/pt/participacao-estrategica-da-otca-na-cop-16-da-convencao-sobre-diversidade-biologica/>
- [7] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-reforca-a-cooperacao-regional-para-combater-crimes-ambientais-na-cop-16-da-cdb/>
- [8] Disponível em: <https://otca.org/pt/o-observatorio-regional-amazonico-impulsa-a-conservacao-atraves-de-debates/>
- [9] Disponível em: <https://otca.org/pt/carlos-salinas-da-otca-destaca-compromissos-regionais-na-gestao-integral-do-fogo-durante-a-cop16/>
- [10] Disponível em: <https://otca.org/pt/construcao-de-um-mecanismo-inclusivo-para-os-povos-indigenas-na-amazonia/>
- [11] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-e-jovens-indigenas-se-unem-pela-conservacao-dos-recursos-hidricos-na-amazonia/>
- [12] Disponível em: <https://otca.org/pt/desenvolvimento-sustentavel-e-seguranca-publica-uma-nova-abordagem-para-a-amazonia/>

[13]Disponível em: <https://otca.org/pt/o-bid-promove-abordagem-preventiva-na-gestao-de-incendios-florestais-na-amazonia-durante-a-cop-16/>

[14]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-destaca-o-papel-das-mulheres-na-cop-16/>

[15]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-cipo-consolidam-alianca-para-o-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia-2/>

[16]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-iclei-assinam-carta-de-intencao-para-fortalecer-a-cooperacao-na-amazonia/>

[17]Disponível em: <https://otca.org/pt/solucoes-geoespaciais-para-melhorar-a-gestao-do-uso-da-terra-na-amazonia-uma-abordagem-abrangente-na-cop-16/>

[18]Disponível em: <https://otca.org/pt/especialistas-debatem-os-desafios-e-oportunidades-da-bioeconomia-na-amazonia/>

[19]Disponível em: <https://otca.org/pt/solucoes-geoespaciais-para-a-gestao-aprimorada-do-uso-do-solo-na-amazonia-uma-abordagem-integral-na-cop-16/>

[20]Disponível em: <https://otca.org/pt/18850-2/>

[21]Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-e-o-programa-mundial-de-alimentos-oficializam-assinatura-de-uma-carta-de-intencao-durante-a-cop-16-do-cdb/>

[22]Disponível em: <https://otca.org/pt/martin-von-hildebrand-novo-secretario-geral-da-otca-assume-com-um-firme-compromisso-pela-conservacao-da-amazonia/>

[23]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-impulsiona-colaboracao-regional-no-lancamento-da-rede-pan-amazonica-de-bioeconomia/>





# GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### *Monitor da Governança Pan-Amazônica*

*Novembro de 2024*

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

#### Sumário

Bolívia.....	59
Brasil.....	61
Colômbia.....	65
Equador.....	66
Guiana.....	67
Peru.....	68
Suriname.....	70
Venezuela.....	70
OTCA.....	71

#### Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de novembro, a Bolívia enviou uma delegação para Baku, capital do Azerbaijão, onde aconteceu a 29ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (COP-29). Para a ministra das Relações Exteriores do país, Celinda Sosa, o objetivo da participação neste espaço de articulação multilateral foi “levar a voz da Bolívia para fazer respeitar e

aplicar as decisões que acordamos no passado em torno da crise climática” [1]. Sosa destacou que tanto o fardo para os países em desenvolvimento em arcar com ações climáticas, quanto a tentativa dos países desenvolvidos de “deixar de lado” sua responsabilidade histórica no financiamento climático representam desafios que deveriam ser enfrentados com urgência no evento [1].

Durante a COP-29, a ministra participou da “Mesa redonda de alto nível sobre financiamento climático”, em 12 de novembro. O painel tinha como objetivo dialogar sobre a transformação do financiamento climático internacional para torná-lo mais receptivo, equitativo e inovador, abordando soluções para aumentar sua escala, alcance e efetividade. Na ocasião, Sosa convocou a comunidade internacional a perseguir quatro prioridades para que os financiamentos auxiliem as necessidades daqueles países que mais sofrem os efeitos das mudanças climáticas. [2].

A primeira prioridade proposta consistiria no acesso simplificado ao financiamento climático a partir da eliminação de barreiras burocráticas. Segundo Sosa, “as comunidades afetadas não podem esperar, [por isso] a implementação dos recursos deve ser rápida e eficiente” [2]. A segunda prioridade seria o apoio a um financiamento que priorize subvenções ao invés de empréstimos e, no que toca este segundo tipo de instrumento, uma maior utilização dos Direitos Especiais de Saque do FMI como opção de empréstimos sem dívida. A terceira prioridade visaria ao estabelecimento do Fundo de Perdas e Danos. Este fundo foi criado na COP-28 como o objetivo de apoiar países que já estão sofrendo com os efeitos mais graves das mudanças climáticas a partir de doações dos países desenvolvidos. Por fim, a quarta prioridade elencada pela ministra deveria ser a colaboração global para o estabelecimento de um “Novo Objetivo Coletivo Quantificado Sobre Financiamento Climático” (NCQG, sigla em inglês). Para Sosa, o NCQG deveria responder à urgência das necessidades dos países em desenvolvimento e se basear nas capacidades dos países desenvolvidos de cumprir com os seus compromissos [2]. Ao final de sua fala, a ministra afirmou: “Nosso país está comprometido com o enfoque da justiça climática, [...] [de modo que os recursos] devem ser implementados de maneira que respeitem a dignidade e os direitos dos povos” [2].

Em outra mesa na COP-29, também no dia 12 e intitulada “Financiando a transição energética com justiça e equidade, seguindo as recomendações do painel do Secretário-Geral sobre minerais críticos para a transição energética”, Sosa reiterou a importância de haver uma transição energética justa e equitativa, o que implica respeitar os direitos da *Madre Tierra* e promover um desenvolvimento integral dos povos. Além disso, destacou que a Bolívia está disposta a contribuir para a transição energética global. Afirmou que o país apresenta importantes reservas de lítio e que o governo compreende a responsabilidade que implica possuir minerais fundamentais para esse tipo de transição. Para tanto, defendeu a criação de um novo paradigma de relacionamento internacional que garanta a transferência efetiva de tecnologia e conhecimento, a participação justa nas cadeias de valor, o respeito aos direitos trabalhistas e ambientais, além da distribuição igualitária desses recursos e benefícios [3].

No dia 13 de novembro, ainda na COP-29, Sosa participou do “Evento especial de alto nível sobre os impactos adversos da mudança climática na degradação das bacias hidrográficas”, no qual propôs a criação de um fundo para adaptação e mitigação de bacias hidrográficas. Também enfatizou que a cooperação técnica entre os países que dividem bacias hidrográficas deve ser fortalecida e os sistemas de monitoramento devem regionalizar-se para haver uma melhor gestão dos recursos hídricos compartilhados [4]. Segundo a ministra, a água não deve ser enxergada como um recurso e sim como um direito humano fundamental, o que “deve traduzir-se em ações concretas: maior financiamento climático para a adaptação em países



em desenvolvimento, fortalecimento da cooperação técnica científica internacional e respeito pelos conhecimentos tradicionais na gestão da água” [4]. Sosa também expôs informações sobre o *Programa Nacional de Gestión Integrada de Cuencas*, que combina o conhecimento científico com a sabedoria ancestral dos povos, culminando na criação de um sistema de alerta para eventos climáticos extremos combinado à manutenção de práticas tradicionais de gestão da água na Bolívia [4].

Finalizando a agenda da ministra na COP-29, houve um encontro com a diretora global de empoderamento econômico da ONU Mulheres, Jeminah Njuki. O encontro reiterou o compromisso da Bolívia com os objetivos da Agenda 2030 para construir uma sociedade mais justa e igualitária. As duas autoridades revisaram as ações conjuntas para avançar na eliminação da violência contra mulheres e meninas, assegurando a inclusão de uma perspectiva de gênero nos planos de desenvolvimento e resposta a crises climáticas, além do intercâmbio de boas práticas para aumentar a representação de mulheres na tomada de decisão política e econômica, tanto em nível nacional quanto internacional [5].

Finalmente, no dia 15 de novembro, o ministro da Economia da Bolívia, Marcelo Montenegro, divulgou que o Estado pretende vender créditos de compensação de carbono no valor de US\$ 5 bilhões como tentativa de cumprir a meta de acabar com o desmatamento dentro de suas fronteiras até o final da década. Em suas palavras, essa ação representa “a intenção de conservar, plantar e reflorestar. É uma forma de gerar valor neste país. [...] Todos sabem o quanto gastamos para apagar incêndios, tentando controlá-los. Deveríamos ter recursos para prevenir, mitigar e nos antecipar a eles” [6]. As negociações destes créditos foram realizadas no âmbito da COP-29, onde havia empresas e governos interessados na compra [6].

## Referências

[1]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/11/12/18736/>

[2]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/11/12/18751/>

[3]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/11/13/18780/>

[4]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/11/13/18763/>

[5]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/11/12/18742/>

[6]Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/bolivia-vendera-us-5-bi-em-creditos-de-carbono-para-conter-desmatamento/>

## Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Dados divulgados em novembro mostraram resultados positivos no esforço de redução do desmatamento na Amazônia brasileira. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento na Amazônia Legal diminuiu 30,6% entre agosto de 2023 e julho de 2024. Foram desmatados 6.288 km<sup>2</sup> de vegetação nativa, o que correspondeu à menor extensão dos últimos nove anos [1]. Por sua vez, o Observatório do Clima, organização da sociedade civil, publicou a edição de 2023 do seu Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), que constatou que o Brasil reduziu em 12% suas emissões em relação a 2022. Tratou-se do melhor desempenho desde 2009, o que foi atribuído principalmente à queda do desmatamento na Amazônia. Apesar da melhora, a região da Amazônia Legal

ainda foi responsável por 49% das emissões de CO<sub>2</sub> em 2023, o que correspondeu a cerca de 1,1 bilhão de toneladas de CO<sub>2</sub> de um total de 2,3 bilhões. Pará e Mato Grosso lideraram as emissões. [2] Apesar da diminuição da poluição atmosférica na região, as emissões associadas ao desmatamento de outros biomas cresceram [3].

Na contramão dos dados positivos sobre desmatamento na Amazônia em 2023, o INPE constatou um avanço de incêndios na vegetação nativa da floresta entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 2024. Foram 4,6 milhões de hectares atingidos, o que corresponde a duas vezes o território do estado de São Paulo. Registraram-se 120.821 focos de incêndio no bioma, o que significou um aumento de 51% em comparação ao mesmo período de 2023 (79.998 focos) e o maior número registrado desde 2007 [4]. Diante deste cenário, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, prorrogou, até o final do ano, uma medida provisória do governo federal para facilitar a ajuda financeira da União a estados e municípios no combate a incêndios e queimadas irregulares [5].

No plano internacional, o tema da proteção às florestas recebeu atenção dos chefes de Estado do G20, grupo das vinte maiores economias do mundo que realizaram seu encontro anual no Rio de Janeiro, em 18 e 19 de novembro. O Brasil ocupava a presidência *pro tempore* do grupo desde novembro de 2023 e foi responsável pela organização do evento. A Declaração de Líderes aprovada ao final do encontro dedicou seu ponto 56 à cooperação sobre florestas:

Reconhecendo que as florestas fornecem serviços ecossistêmicos cruciais, bem como atual como sumidouros para fins climáticos, nós enfatizamos a importância de intensificar os esforços para proteger, conservar e gerenciar de forma sustentável as florestas e combater o desmatamento, inclusive por meio de esforços suplementares para deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030, destacando as contribuições dessas ações para o desenvolvimento sustentável e levando em consideração os desafios sociais e econômicos das comunidades locais, bem como dos povos indígenas. No contexto das florestas, nós evitaremos políticas econômicas verdes discriminatórias, consistentes com as regras da OMC e acordos ambientais multilaterais. Nós estamos empenhados em mobilizar financiamento novo e adicional de todas as fontes para florestas, incluindo financiamento concessional e inovador para países em desenvolvimento. Nós incentivamos mecanismos inovadores que buscam mobilizar novas e diversas fontes de financiamento para pagar por serviços ecossistêmicos. Como tal, tomamos nota dos planos para estabelecer o Fundo Florestas Tropicais Para Sempre (TFFF) e reconhecemos o fundo como uma ferramenta inovadora para a conservação florestal. Nós reafirmamos a ambição do G20 de reduzir a degradação do solo em 50% até 2040 de forma voluntária, conforme empenhado no âmbito da Iniciativa do Solo do G20. Nós também tomaremos medidas para prevenir, gerenciar e lidar com os impactos negativos de secas e incêndios florestais extremos [6].

Em discurso na seção de abertura do G20, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que as ações de combate às mudanças climáticas e ao fomento de um desenvolvimento sustentável precisam ser combinadas à diminuição da fome e da pobreza, assim como à reforma da governança global [7]. Em seção temática sobre desenvolvimento sustentável, Lula sugeriu a criação de uma governança climática mais forte e convidou “a comunidade internacional a considerar a criação de um Conselho de Mudança do Clima na ONU, que articule diferentes atores, processos e mecanismos que hoje se encontram fragmentados” [8]. Finalmente, na seção de encerramento, o presidente brasileiro destacou que a cúpula do G20 colocou a mudança do clima na agenda dos Ministérios de Finanças e Bancos Centrais, aprovou o primeiro documento multilateral sobre bioeconomia, definiu princípios-chave sobre comércio e desenvolvimento sustentável e adotou o compromisso de triplicar a capacidade global de energias renováveis até 2030 [9].

A cúpula do G20 no Rio de Janeiro contou com a presença do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, entre outros chefes de Estado. Antes de chegar ao evento, Biden fez uma

escala em Manaus, no dia 17. Tratou-se da primeira visita de um presidente estadunidense à Amazônia no exercício do mandato, feita para comemorar os 200 anos da relação com o Brasil e anunciar ações de cooperação na agenda climática. Biden fez um sobrevoo da floresta, visitou o Museu da Amazônia e anunciou diversas medidas, tais como: acordos para o combate ao crime organizado vinculado ao desmatamento, à mineração e a incêndios florestais; doação de US\$ 50 milhões ao Fundo Amazônia (dobrando o valor que os Estados Unidos tinham destinado ao fundo até então); investimento de US\$ 180 milhões na Coalizão para Redução de Emissões por meio do Avanço do Financiamento Florestal (Leaf), formada por grandes empresas privadas transnacionais, para apoiar ações de reflorestamento no Pará; lançamento de uma coalizão de investidores, em parceria com o banco BTG Pactual, para restauração de terras e apoio à bioeconomia, que pretende arrecadar US\$ 10 bilhões até 2030; adesão ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre, projeto proposto pelo Brasil e atualmente em fase de discussão com outros países; e estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil e comunidades indígenas [10].

Por sua vez, o presidente da China, Xi Jinping, viajou para Brasília após a cúpula do G20 para uma visita de Estado, no dia 20. A declaração conjunta emitida após uma reunião com o presidente Lula destacou a ambição mútua de elevar a parceria estratégica entre Brasil e China ao patamar de uma “Comunidade de Futuro Compartilhado por um Mundo mais Justo e um Planeta Sustentável” pelos próximos 50 anos. Os dois presidentes assinaram 37 acordos em diversos temas. Embora nenhum deles tratasse especificamente da Amazônia, convém destacar a intenção de promover sinergias entre estratégias brasileiras de desenvolvimento, como o Programa Rotas da Integração Sul-Americana, e a Iniciativa Cinturão e Rota, patrocinada por Pequim para realizar investimentos na infraestrutura logística de diversos países [11]. No dia 25, o Ministério do Planejamento brasileiro anunciou que destinará R\$ 4,5 bilhões ao Programa Rotas em 2025 (o qual conta com diversos projetos de infraestrutura na Amazônia Legal) e que avaliará com a China o melhor trajeto para o caminho que, passando pela região amazônica, possa ligar áreas produtoras de grãos do Centro-Oeste e do Norte do Brasil com o porto de Chancay, no Peru, financiado por Pequim e inaugurado na semana passada [12]. Além disso, no que toca a mineração, a empresa chinesa CNT anunciou a compra das operações da brasileira Taboca, no Amazonas, para produzir estanho, nióbio e tântalo [13].

A Amazônia também recebeu atenção de outros países no plano bilateral em novembro. No dia 17, o primeiro-ministro da Noruega, Jonas Gahr Støre, anunciou uma nova doação de US\$ 60 milhões (R\$ 348 milhões) ao Fundo Amazônia. O país é o maior parceiro do fundo e já doou mais de US\$ 1,26 bilhão (cerca de R\$ 3,46 bilhões) desde 2009 [13]. Por sua vez, no dia 27, o governo da Dinamarca comunicou que fará sua primeira doação ao fundo, no valor de \$ 150 milhões de coroas dinamarquesas (cerca de R\$ 127 milhões). Com a entrada da Dinamarca, o grupo de países doadores do Fundo Amazônia passou a contar com sete membros (os demais, além da Noruega já mencionada, são Alemanha, Estados Unidos, Suíça, Japão e o próprio Brasil, por meio da Petrobras) [15].

Por fim, na COP-29 do Clima, em Baku, a delegação brasileira foi chefiada pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin. A ação de maior destaque no evento foi a apresentação da terceira geração brasileira da Contribuição Nacionalmente Determinada para a redução de emissões de gases do efeito estufa no âmbito do Acordo de Paris. O governo brasileiro estipulou que esta redução será em torno de 59% a 67% em 2035, em relação a 2005, buscando uma queda dos atuais 2 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> para algo entre 850 milhões e 1,05 bilhão, com vistas, no no mais longo prazo, a atingir a neutralidade de carbono



em 2050 [16]. Além disso, a delegação brasileira lançou a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e Transformação Ecológica, criada para mobilizar capital nacional e internacional para projetos elencados como prioritários pelo governo [17]. A próxima edição do evento, a COP-30, será realizada em Belém do Pará, no ano que vem.

## Referências

- [1] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/11/06/amazonia-brasileira-registra-menor-area-desmatada-em-nove-anos-oficial.htm>
- [2] Disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/11/07/amazonia-legal-foi-responsavel-por-49-das-emissoes-do-brasil-em-2023/>
- [3] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/11/07/com-desmatamento-em-baixa-emissoes-brasileiras-registraram-a-maior-queda-em-15-anos-em-2023/>
- [4] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/11/06/inpe-quase-5-milhoes-de-hectares-da-amazonia-ja-foram-queimados-em-2024/>
- [5] Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/11/06/pacheco-prorroga-mp-que-trata-da-prevencao-de-queimadas-irregulares-e-incendios-florestais.ghtml>
- [6] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/g20-rio-de-janeiro-leaders-em-portugues.pdf>
- [7] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-11/confira-integra-do-discurso-de-lula-na-abertura-do-g20>
- [8] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/11/19/g20-lula-propoe-a-criacao-de-conselho-climatico-na-onu/>
- [9] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/11/discurso-do-presidente-lula-na-sessao-de-encerramento-da-cupula-do-g20-e-transmissao-da-presidencia-para-a-africa-do-sul-1>
- [10] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2024-11/eua-formalizam-apoio-conservacao-em-visita-de-biden-amazonia>
- [11] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/11/em-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasil-e-china-ampliam-patamar-das-relacoes-bilaterais>
- [12] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/11/25/uniao-destinara-r-45-bi-ao-programa-rotas.ghtml>
- [13] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/empresa-chinesa-compra-mina-de-estanho-de-r-2-bi-na-amazonia.shtml>
- [14] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/noruega-anuncia-mais-us-60-milhoes-para-o-fundo-amazonia.shtml>
- [15] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/dinamarca-se-junta-aos-grandes-doadores-do-fundo-amazonia-com-aporte-de-r-127-milhoes>
- [16] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2024-11/brasil-e-segundo-pais-entregar-meta-de-emissoes-na-cop29>
- [17] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/nova-ndc-do-brasil-representa-paradigma-para-o-desenvolvimento-do-pais-diz-marina-na-cop29>

## Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Elevados volumes pluviais atingiram várias cidades colombianas no início do mês de novembro. A capital do país, Bogotá, foi uma das regiões mais afetadas pelos efeitos das chuvas. Segundo o prefeito da cidade, Carlos Fernando Galán, o volume foi o maior registrado em 27 anos. Além de causar inundações, cinco deslizamentos de terra foram registrados. No dia 7 de novembro, o acontecimento foi apontado pelo presidente, Gustavo Petro, como um exemplo de que “o Estado demonstra cada vez mais as suas deficiências na luta contra a crise climática” [1].

No dia seguinte, o governo colombiano anunciou o financiamento de 42 projetos para a conservação da Amazônia e para o empoderamento de povos indígenas [2]. O financiamento dos projetos está no escopo do programa “REM Visión Amazonía”, uma iniciativa do governo colombiano que conta com o apoio de Noruega, Alemanha e Reino Unido. O programa busca reduzir o desmatamento na Amazônia dando ênfase na governança com participação indígena. Os projetos selecionados refletem a prioridade dos povos indígenas da região em quatro áreas vitais: o território e o ambiente; o autogoverno; a economia e produção; e a mulher e família. De acordo com a Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, cerca de 52% dos projetos selecionados serão liderados por mulheres indígenas [2].

Além disso, três dias após a fala de Petro sobre a dificuldade de conter a crise climática, Ghislaine Echeverry, diretora do Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM), indicou que haveria manutenção dos elevados volumes pluviais por todo o mês. Visando mitigar os efeitos causados pelas fortes chuvas, a diretora destacou a importância dos sistemas de emergência que incluem alarmes de deslizamento e estão presentes em mais de 600 municípios. Apesar da constatação, Echeverry garantiu que o nível dos reservatórios não aumentaria. Por conta da forte seca que atingiu o país nos últimos meses, “a situação lá permanece em um nível muito crítico” [3].

Como consequência do impacto das tempestades em diferentes regiões da Colômbia, Gustavo Petro precisou cancelar sua presença na COP-29, que aconteceu entre os dias 11 e 22 de novembro, no Azerbaijão [4]. A Colômbia foi representada no evento por Susana Muhamad, que fez um breve balanço do avanço das ações-chave prioritárias identificadas pelo IPCC como imprescindíveis para responder à crise climática [5]. São elas: a expansão das energias renováveis; a proteção da biodiversidade e das florestas; e a redução das emissões de metano, especialmente em países produtores de petróleo [5].

Em relação ao primeiro tópico, Muhamad ressaltou a desigualdade no acesso às fontes renováveis de energia entre países desenvolvidos (que conseguiram triplicar sua produção energética desse tipo) e países em desenvolvimento (que usualmente têm acesso insuficiente a essas fontes). Visando a avançar na proteção das florestas e da biodiversidade, a ministra destacou a necessidade da criação de mecanismos de financiamento que recompensem os serviços ecossistêmicos dos países que têm grandes reservas florestais. Por fim, Muhamad destacou o potencial do Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis como um orientador da transição econômica dos países produtores de petróleo em direção a um modelo energético sustentável [5].

Para além da COP-29, no dia 25 de novembro, o governo colombiano firmou um pacto de proteção ambiental com comunidades e autoridades locais de Guaviare, na Amazônia colombiana. O Pacto pelo Desenvolvimento Territorial de Guaviare pretende promover uma melhor organização territorial da região, buscando resolver sobreposições de propriedades

[6]. Ademais, o pacto procura estabelecer uma economia florestal que fortaleça a conservação ambiental da região.

Por fim, em 28 de novembro, foi anunciado que a Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica da ONU (COP-16) será retomada entre os dias 25 e 27 de fevereiro de 2025 em Roma, com o objetivo de finalizar debates que ficaram pendentes durante as sessões que aconteceram em Cali, na Colômbia. Susana Muhamad, que atuou como presidente da COP-16, afirmou que, mesmo tendo 47 decisões estratégicas aprovadas em Cali, ainda ficaram em aberto decisões sobre temas relevantes, como o financiamento, o planejamento e o monitoramento de ações no tema da proteção da biodiversidade [7].

## Referências

[1]Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2024/11/07/petro-aseguro-que-inundaciones-en-bogota-demuestran-que-el-estado-ha-fallado-en-la-lucha-contra-la-crisis-climatica/>

[2]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-anuncia-mas-de-28-000-millones-para-pueblos-indigenas-de-la-amazonia/>

[3]Disponível em: <https://www.larepublica.co/economia/mas-de-600-municipios-en-alerta-por-las-lluvias-y-tormentas-electricas-advierte-ideam-3996007>

[4]Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/petro-declara-situacao-de-desastre-devido-a-desastres-climaticos-em-toda-a-colombia/?srsltid=AfmBOor2e3o2UR8VZ3DnNtdkXYaSMYVw1FlaEqurPFqQ5uDsTx9iJhyq>

[5]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-exige-acciones-concretas-y-financiacion-en-la-cop29/>

[6]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-comunidades-y-autoridades-locales-firman-pacto-por-el-desarrollo-de-guaviare/>

[7]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/cop16-se-reanudara-en-febrero-de-2025-para-acordar-temas-clave/>

## Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 6 de novembro, o governo de Daniel Noboa anunciou a transferência de US\$ 4 milhões aos Governos Autônomos Descentralizados (GAD) de Sierra Centro e Pastaza, esta última na região amazônica [1]. Os recursos, que fazem parte de um montante de US\$ 20 milhões que serão desembolsados a distintos governos locais, serão destinados a projetos de infraestrutura que incluem fornecimento de água potável, esgoto, irrigação e estradas. A transferência de recursos conta com a participação do Banco de Desenvolvimento do Equador (BDE) e o Ministério de Economia e Finanças (MEF). Durante a cerimônia do anúncio, Noboa pontuou a importância da cooperação entre distintos setores para alcançar o desenvolvimento nacional e o compromisso do governo central em atender áreas “esquecidas” por gestões anteriores.

Além disso, no dia 20 de novembro, membros dos centros indígenas Shuar Pumpuis e Tayuntza Norte, localizados na província amazônica de Morona Santiago, receberam títulos de atribuição de terras pela primeira vez em 15 anos [2]. A iniciativa foi organizada pelo Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) e contou com o apoio

da iniciativa REDD+, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo Verde para o Clima. O evento contou com a participação da vice-ministra do Meio Ambiente, María Cristina Recalde, que destacou os esforços do presidente Daniel Noboa para a concretização do processo.

Representando o equivalente a 9.085,52 hectares, os títulos foram entregues a 359 membros da comunidade Shuar, dos quais 47% são mulheres. Eles significam um avanço na proteção dos direitos da população indígena e na conservação das florestas e sua biodiversidade, além de um marco na garantia de serviços básicos e saneamento ambiental. A ação também promove a pertença aos territórios ancestrais e a inclusão e valorização das cosmovisões e conhecimentos tradicionais em programas e políticas de mitigação das mudanças climáticas no Equador, reforçando os compromissos ambientais da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentro deste marco, é esperado um projeto de restauração florestal no Centro Shuar Pumpuis, em parceria com a Fundación Ecológica Arco-Íris, cuja meta é a recuperação de 100 hectares mediante a plantação de 10.000 plantas nativas – elementos que, no longo prazo, podem melhorar a qualidade da água e promover a revitalização do Bosque Protector Kutukú Shaimi – o maior do país.

Por fim, no dia 27, os governos do Equador e dos Estados Unidos firmaram um acordo de US\$ 7,6 milhões para o combate à mineração ilegal e a profissionalização dos portos do país [3]. Segundo o governo, a assinatura se deu mediante a Emenda 19 do *Convenio de Cooperación Bilateral*, relacionado ao fortalecimento da capacidade institucional da República do Equador para controlar a produção e o tráfico ilícito de drogas. A Ministra de Relações Exteriores e Mobilidade Humana, Gabriela Sommerfeld, reiterou os esforços do presidente Noboa para desarticular as redes criminosas, agradecendo o apoio dos Estados Unidos nesta agenda.

## Referências

[1]Disponível em: <https://www.comunicacion.gob.ec/el-gobierno-nacional-transfirio-usd-4-millones-a-gobiernos-de-la-sierra-centro-y-pastaza-para-impulsar-obras-de-vialidad-agua-y-riego-entre-otros/>

[2]Disponível em: <https://www.proamazonia.org/ppr/el-maate-adjudico-tierras-a-comunidades-shuar-para-fomentar-el-desarrollo-local-y-la-conservacion-ambiental/>

[3]Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/2024/11/27/ecuador-recibe-76-millones-de-dolares-de-ee-uu-para-combatir-al-crimen-organizado-el-narcotrafico-y-la-mineria-ilegal/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Entre os dias 11 e 22 de novembro, a República Cooperativa da Guiana participou da 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-29), que ocorreu em Baku, no Azerbaijão. A delegação guianense apresentou a estratégia de desenvolvimento do governo, cujo objetivo é centrado em demonstrar que a renda petroleira é capaz de acelerar o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. Em essência, o programa *Low Carbon Development Strategy 2030* (LCDS 2030), já em andamento, busca desafiar a ideia de que uma economia alavancada pelo petróleo é absolutamente antagônica à preservação ambiental. A estratégia se ampara sobre três elementos: 1) reconhecimento de que o território do país

é ameaçado pela elevação do nível do mar; 2) escolha de explorar as reservas de petróleo descobertas em 2015 para elevar o crescimento econômico (o país é terceiro maior produtor de petróleo fora da OPEP); e 3) aposta no aproveitamento do potencial das suas florestas para compensar emissões de gases de efeito estufa [1][2][3].

## Referências

[1]Disponível em: <https://dpi.gov.gy/guyanas-leadership-recognised-at-cop29-in-baku/>

[2]Disponível em: <https://guyanabusinessjournal.com/2024/11/guyanas-cop-29-mandate-balancing-oil-wealth-with-climate-leadership/>

[3]Disponível em: <https://lcds.gov.gy>

## Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No mês de novembro, a política ambiental no Peru teve como destaques o lançamento da Estratégia Nacional para Mudança Climática e as participações de diferentes membros do governo na 16ª Conferência das Partes do Convênio da ONU sobre Diversidade Biológica (COP-16), na 29ª Conferência do Clima da ONU (COP-29) e na reunião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). A Estratégia Nacional para Mudança Climática vinha sendo discutida entre membros do governo e foi finalmente aprovado no dia 27 de novembro. Trata-se de um instrumento de gestão que prevê metas para serem alcançadas até 2050, visando à redução da emissão dos gases do efeito estufa por meio da maximização do uso de energias renováveis [1].

Na COP-16 da Biodiversidade, que ocorreu em Cali, na Colômbia, entre os dias 21 de outubro e 1º de novembro, o Peru foi representado por uma extensa delegação liderada pelo Ministério do Meio Ambiente (Minam) e conformada por funcionários do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Cultura e de diferentes setores da sociedade civil [2]. Durante o evento, o Peru reafirmou seu compromisso em seguir as diretrizes do Convênio sobre Diversidade Biológica [3], do Protocolo de Nagoia [4] e do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança [5].

Na COP-29 do Clima, realizada na cidade de Baku, no Azerbaijão, entre os dias 11 e 22 de novembro, a representante da delegação peruana, Berioska Quispe, ressaltou as estratégias do Peru para atrair investimentos privados ao mercado voluntário de créditos de carbono, como a aprovação do Registro Nacional de Mitigação (Renami), um instrumento para garantir transparência e facilitar o acesso ao financiamento, e o projeto intitulado *Opciones para fortalecer el Mercado Voluntario de Carbono* (MVC) em Perú, que aborda as causas e impactos das mudanças climáticas. Além disso, Quispe destacou a criação do Nível de Referência de Emissões Florestais e os Mapas de Risco de Desmatamento, duas ferramentas que ajudam a monitorar a Amazônia [6]. Já a vice-ministra do Minam, Raquel Soto, enfatizou a necessidade de que os financiamentos para apoiar os países em desenvolvimento a lidar com as questões climáticas sejam aplicados de forma equitativa e não impliquem em endividamento para esses países mais pobres, visto que estes tendem a ser os mais afetados pelos efeitos das mudanças climáticas.

Na 31ª Cúpula do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), o Peru teve um papel de destaque ao sediar o evento, que ocorreu entre os dias 10 e 16 de novembro na

capital, Lima. A presidenta Dina Boluarte e o chanceler Elmer Schialer enfatizaram em seus discursos a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável junto às empresas de pequeno e médio portes. Mencionaram a importância da Declaração de Pucallpa, adotada em consenso em setembro deste ano na Reunião de Ministros Responsáveis por Empresas Pequenas e Médias da APEC [7]. O objetivo da Declaração é promover um crescimento econômico mais inclusivo e resiliente na Ásia e no Pacífico [8].

Contudo, apesar da ênfase na ideia de “desenvolvimento sustentável” nos discursos oficiais, apenas um dos pontos da Declaração de Pucallpa versa sobre questões relacionadas a sustentabilidade. Este ponto diz respeito às diretrizes estabelecidas nos Objetivos de Bangkok, acordados em 2023, através dos quais os países-membros da APEC concordam em implementar o modelo de “Economia Biocircular-Verde” fomentando as capacidades das empresas de pequeno e médio portes. Quando analisada a Declaração de Pucallpa como um todo, porém, nota-se que essa questão levantada nos Objetivos de Bangkok é mencionada de forma marginal, sendo que grande parte do conteúdo da Declaração tem como fim a manutenção de práticas voltadas para impulsionar o crescimento econômico [9].

Essa contradição entre discurso e prática foi apontada pela sociedade civil durante o fórum da APEC. Associações sindicais e movimentos sociais organizaram um fórum alternativo para criticar as iniciativas debatidas no espaço de autoridades políticas e denunciaram que a presidente Boluarte estaria mentindo ao dizer que as decisões tomadas ajudariam a solucionar os problemas do país. Em uma conferência de imprensa, os ativistas questionaram o fato de os investimentos discutidos na reunião de cúpula se concentrarem em setores extrativistas, o que gera graves impactos ambientais, além de vulnerabilizar os direitos territoriais das comunidades e de trabalhadores. Disseram ainda que não é verdade a retórica de que os acordos se orientam em favor da industrialização, da diversificação produtiva e da transferência de tecnologia [10]. Na verdade, o que estaria em jogo nas negociações, segundo os críticos, é o aprofundamento do modelo explorador dos bens coletivos naturais.

## Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1065302-gobierno-aprueba-estrategia-nacional-ante-el-cambio-climatico-al-2050>

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1050746-peru-en-la-cop-16-destaca-su-compromiso-con-la-biodiversidad-el-cambio-climatico-y-los-pueblos-indigenas>

[3]Convênio internacional ratificado por 196 países voltado para a conservação da diversidade biológica, utilização sustentável de seus componentes e participação justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização de seus recursos.

[4]Protocolo adotado durante a décima reunião da Conferência das Partes (COP-10), na cidade de Nagoia, no Japão, que busca viabilizar a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais a eles associados.

[5]Protocolo que visa a assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna. A iniciativa almeja garantir o uso da diversidade biológica de forma sustentável com segurança para a saúde humana.

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1058841-cop-29-peru-impulsa-mercados-de-carbono-que-aseguren-la-conservacion-ambiental-y-el>

desarrollo-sostenible

[7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1057432-canciller-schialer-apec-peru-2024-propone-una-agenda-orientada-al-desarrollo-inclusivo-digital-y-sostenible-de-las-pymes>

[8]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/informes-publicaciones/4105964-declaracion-de-pucallpa-por-el-trabajo-conjunto-en-favor-de-la-conservacion-de-los-bosques-y-la-reduccion-de-la-deforestacion>

[9]Disponível em: <https://www.apecperu.pe/2024/declaracion-de-pucallpa-de-los-ministros-de-pequena-y-mediana-empresa/>

[10]Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/actualidad/2024/11/14/foro-social-alternativo-senala-que-apec-no-solucionara-los-problemas-del-pais-259826>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia da independência do Suriname, 25 de novembro, o presidente Chan Santokhi anunciou que todos os cidadãos considerados adultos receberão um valor de US\$ 750,00 ao mês, em contas de poupanças com um rendimento anual de 7%. A medida busca dinamizar a distribuição de renda potencial que está sendo promovida pelos investimentos no campo de óleo e gás. No mês passado, por exemplo, a TotalEnergies anunciou que fará investimentos de US\$ 10,5 bilhões em exploração petrolífera no Suriname. Em discurso, Santokhi reconheceu que existem casos na história nos quais o petróleo tornou-se uma espécie de “maldição”, como em Venezuela, Angola e Argélia, países que não conseguiram escapar da “doença holandesa”. Sendo assim, o presidente do Suriname afirmou que o modelo de desenvolvimento do país será baseado na experiência da Noruega, que, através da criação de um fundo soberano, conseguiu transformar as rendas do petróleo em um motor virtuoso para o restante da economia e para a sociedade em geral [1][2].

#### Referências

[1]Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/nov/25/suriname-president-oil-wealth>

[2]Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/11/27/suriname-to-deposit-royalty-from-oil-to-citizens-bank-accounts/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em novembro, a ONG SOS Orinoco voltou a se pronunciar sobre a mineração ilegal de ouro na Venezuela. Desta vez, a denúncia afirma que “a suposta luta do regime contra a mineração ilegal é uma farsa: todas essas minas estão em plena expansão, nas mãos de mineradores que atuavam no parque nacional Yapacana, e contam com vista grossa dos militares” [1]. Em relação à execução das operações Roraima 2022, Autana 2023 e Neblina 2024, a ONG afirma que “parecem ter uma finalidade principalmente propagandística, que busca limpar a imagem do regime”. A ONG denuncia que o tema ambiental e de proteção da

biodiversidade não está na agenda pública venezuelana e que as operações militares para combater a mineração ilegal ocasionam enfrentamentos com mineradores e comunidades indígenas, o que se traduz em mais mortes, violações de direitos humanos e impactos ambientais. A conclusão da denúncia é de que os povos indígenas que habitam a Amazônia venezuelana são afetados pela mineração ilegal, que atinge um total de 65.985 hectares na região [2].

Apesar das denúncias, o governo de Nicolás Maduro segue com as operações contra a mineração ilegal. Em novembro foram implementadas ações que fazem parte da Operação Carida 1-2024, cujo objetivo é proteger o meio ambiente [3]. Com esse intuito e buscando reforçar a luta contra a mineração ilegal, a Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) promoveu a destruição de material utilizado para tal fim no estado de Amazonas. O Comandante Estratégico Operacional da FANB, Domingo Hernández Lárez, detalhou que a operação seguiu ordens diretas do Presidente da República, Nicolás Maduro, e que foram apreendidos equipamentos diversos, como motocicletas, motobombas, rolos de mangueira, panela e combustíveis [4].

## Referências

[1]Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sos-orinoco-supuesta-lucha-del-regimen-contr-la-mineria-ilegal-es-una-farsa/>

[2]Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/ong-estima-65-985-hectareas-afectadas-por-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia-venezolana/>

[3]Disponível em: [https://www.instagram.com/zodi\\_zulia/reel/DCWzbN0xH\\_L/](https://www.instagram.com/zodi_zulia/reel/DCWzbN0xH_L/)

[4]Disponível em: <https://eluniversal.com/sucesos/195159/fanb-destruye-material-utilizado-en-mineria-ilegal-en-amazonas>

## OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 6 de novembro, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) firmaram compromissos para a elaboração de uma estratégia sub-regional em saúde para a América do Sul [1]. Com previsão de início para 2025 e duração de cinco anos, o projeto prevê intervenções em temas como mudança climática, saúde indígena e acesso a serviços de saúde em áreas rurais. O encontro contou com a participação da Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, e da Chefe do Escritório de Coordenação de Países e Sub-regiões da OPAS, Piedad Huerta, que destacaram a importância da cooperação regional na área da saúde e da promoção de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

No mesmo dia, Vanessa Grazziotin participou de uma reunião técnica, organizada pela OTCA em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Consórcio Amazônia Legal (CAL), para mapear oportunidades e desafios para o desenvolvimento sustentável da região [2]. Com foco na COP-30, que será realizada no Brasil em 2025, Grazziotin apontou a Declaração de Belém como referência para a elaboração de políticas que equilibrem a preservação da biodiversidade e o bem-estar das comunidades locais na Amazônia.

Em termos financeiros, a Diretora Executiva da OTCA destacou a relevância da

regionalização dos investimentos, indicando que políticas locais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano Safra e a Transformação Ecológica devem se atentar às especificidades de cada região. Na mesma agenda, representantes da Amazônia Legal e executivos de bancos federais, como a Caixa, o BNDES e o Banco do Brasil, discutiram formas de fomentar linhas de financiamento que promovam a geração de emprego e renda na Amazônia.

No dia 7 de novembro, durante a 9ª Reunião do Comitê Diretivo do Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos – Fase II, membros da OTCA, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), anunciaram a renovação do projeto até dezembro de 2025 [3]. A decisão visa a fortalecer a cooperação técnica para a gestão sustentável da água da Bacia Amazônica com a participação dos oito países que compartilham o recurso. Segundo a OTCA, o projeto promove o intercâmbio de conhecimentos e capacidades técnicas, além de prover informações sobre os recursos hídricos e impactos das mudanças climáticas sobre a região.

Dentre os marcos alcançados durante a segunda fase estão: a criação da Rede Hidrológica Amazônica (RHA) e da Rede de Qualidade da Água (RQA), com participação da OTCA. Esses dispositivos permitem a padronização dos protocolos de monitoramento da quantidade e qualidade da água, promovem o fortalecimento da governança regional e fornecem dados que são usados para a construção de ações de conservação hídrica. Para a próxima fase está prevista a instalação de Plataformas de Coleta de Dados (PCD), na Bolívia e no Peru, e a atualização dos módulos de Redes e Recursos Hídricos na Sala de Situação, estrutura que fornece respostas rápidas diante de eventos críticos.

No dia 8 de novembro, membros da OTCA e da OPAS se reuniram novamente para discutir os detalhes da Estratégia de Cooperação Sub-regional de Saúde para a América do Sul [4]. Ao longo da reunião, os representantes discutiram os principais desafios enfrentados pelas comunidades da região, como a atenção primária em áreas de fronteira, o controle de doenças transmissíveis, como a malária, e a preparação para desastres e emergências. O esforço entre as duas organizações corrobora os compromissos de saúde da Agenda 2030 e aqueles firmados na Declaração de Belém. Além disso, a atividade faz parte de uma série de compromissos da OPAS na América do Sul em busca da promoção de uma agenda comum de saúde na região. A assinatura do documento está prevista para abril de 2025.

No dia 12, a Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, e o Coordenador de Assuntos Indígenas, Freddy Mamani, estiveram com Juliette Biao, Diretora do Secretariado do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas [5]. O encontro aconteceu às margens da COP 29 realizada em Baku, no Azerbaijão, e nele foram discutidos temas relativos aos mecanismos de financiamento climático para conservação e gestão sustentável das florestas, com destaque para a Estratégia de Financiamento Florestal, iniciativa que a OTCA pretende apresentar em dezembro deste ano em Brasília. Os representantes também dialogaram sobre os preparativos para a 20ª Sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, que ocorrerá em maio de 2025, e a COP 30, que será no Brasil, na qual espera-se o fortalecimento das alianças regionais para mitigação das mudanças climáticas e gestão integral das florestas amazônicas.

Grazziotin e Mamani também participaram de painéis sobre a implementação de acordos de financiamento global para o enfrentamento da crise climática, a redução das emissões de gases do efeito estufa e estabilização da economia global em 1,5°C. A programação também incluiu a participação em debates sobre ações de adaptação e resiliência às alterações climáticas, transferência de tecnologias, desenvolvimento de capacidades e justiça climática.

No dia 14 de novembro, a OTCA organizou a Reunião Virtual Informativa da Rede



Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF) como primeiro passo para a realização do primeiro Workshop Regional do Grupo Técnico de Trabalho (GTT), que acontecerá em dezembro, em Brasília [6]. O objetivo do encontro, que reuniu técnicos e especialistas no assunto, foi debater as atividades do Plano Bienal de Trabalho do RAMIF, a agenda e a metodologia do workshop. A RAMIF, criada em 2023, é uma iniciativa promovida pela OTCA alinhada com o Memorando de Entendimento para a Cooperação e Assistência Mútua no Manejo Integral do Fogo (MOU-MIF) e a Declaração de Belém.

Segundo a OTCA, dentre as ações previstas para o workshop estão: a implementação de um protocolo operacional para a cooperação regional com foco em respostas imediatas frente a incêndios florestais na região amazônica; a capacitação em Manejo Integral do Fogo, a partir de programas educativos e cursos básicos; a elucidação de boas práticas no manejo do fogo, por meio da disseminação de conhecimentos técnicos e tradicionais para aplicação regional; e a elaboração de uma estratégia de comunicação regional voltada para a promoção de comportamentos responsáveis e mudanças sociais na gestão do fogo.

Por fim, reunidos em Santiago do Chile entre os dias 26 e 27 de novembro, representantes da OTCA participaram do Diálogo de Política Regional sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRP) [7]. Organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Ministério de Relações Exteriores do Chile, o evento reuniu autoridades, organizações internacionais e especialistas do setor, que debateram estratégias de combate aos incêndios florestais. Carlos Salinas, Coordenador do Meio Ambiente da OTCA, apresentou o Plano de Trabalho Bienal (2024-2026) para a implementação do Memorando de Entendimento sobre Cooperação e Assistência Mútua para o Manejo Integral do Fogo (MIF MoU) entre os países amazônicos. Salinas destacou a importância da cooperação transfronteiriça e a troca de conhecimento entre os países da região. Durante o DRP, os participantes também analisaram propostas de mecanismos de ajuda mútua, planos operacionais e memorandos de entendimento com o objetivo de promover uma governança eficaz e sustentável no combate à incêndios, fortalecendo a capacidade de resposta dos países amazônicos a eventos extremos.

## Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-opas-iniciam-colaboracao-para-fortalecer-a-saude-na-amazonia/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/diretora-executiva-participa-de-reuniao-tecnica-para-impulsionar-o-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/projeto-amazonas-estende-sua-vigencia-ate-2025-para-fortalecer-a-gestao-integrada-de-recursos-hidricos-na-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/reuniao-entre-a-opas-e-a-otca-um-passo-em-direcao-a-cooperacao-em-saude-na-amazonia/>
- [5] Disponível em: <https://otca.org/pt/reuniao-chave-na-cop29-para-a-amazonia-otca-e-forum-florestal-da-onu-fortalecem-alianca/>
- [6] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-inicia-os-preparativos-com-uma-reuniao-virtual-para-o-primeiro-workshop-regional-da-ramif/>
- [7] Disponível em: <https://otca.org/pt/gestao-do-fogo-otca-apresenta-seu-plano-estrategico-no-dialogo-regional-no-chile/>



# GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### *Monitor da Governança Pan-Amazônica*

*Dezembro de 2024*

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

#### Sumário

Bolívia.....	74
Brasil.....	77
Colômbia.....	78
Equador.....	79
Guiana.....	81
Peru.....	82
Suriname.....	84
Venezuela.....	84
OTCA.....	85

#### Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em 5 e 6 de dezembro, a Bolívia participou de uma reunião do Mercosul como membro pleno pela primeira vez, marcando a entrada de mais um país amazônico no bloco, para além do Brasil e da Venezuela (atualmente suspensa). O presidente Luis Arce foi ao Uruguai participar do encontro. Na ocasião, aproveitou para realizar uma conversa estratégica com

Lula, presidente brasileiro, sobre cooperação econômica, industrialização, comercialização de gás, energia elétrica, produção de ureia, entre outros temas [8]. Por sua vez, no dia 11, David Choquehuanca, vice-presidente boliviano, reuniu-se com Sonia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas do Brasil. No encontro, as autoridades reforçaram o compromisso de fortalecer a defesa dos povos indígenas e manifestaram interesse em organizar uma Cúpula Mundial dos Povos Indígenas. Além disso, as autoridades também destacaram a necessidade de consolidar o mecanismo de participação dos povos indígenas nos marcos da Organização do Tratado e Cooperação Amazônica (OTCA) antes da COP30 e da realização de um Encontro dos Povos Indígenas Iberoamericanos em 2026 [7].

Cooperações com o Peru, segundo maior país amazônico depois do Brasil, também foram feitas pela Bolívia em dezembro. No dia 5, foi realizado um encontro de vice-chanceleres da Bolívia e do Peru, em La Paz, para reforçar o trabalho da agenda bilateral dos dois países. O diálogo envolveu temas técnicos como o Porto de Ilo, questões ligadas à fronteira, migração e à gestão nacional do lago Titicaca, bacias transfronteiriças, o combate ao tráfico de drogas e temas infraestruturais do Corredor Ferroviário Bioceânico de Integração [9].

No dia 18 de dezembro, a Bolívia inaugurou uma Oficina de Indução para pontos focais na OTCA (*Taller de Inducción para Puntos Focales ante la OTCA*). A oficina, que teve a duração de alguns dias, teve como objetivo fortalecer as capacidades institucionais de diferentes ministérios bolivianos frente à OTCA e às suas agendas. Os pontos focais, que participaram da oficina, são representantes de diversos ministérios bolivianos. Entre os temas discutidos, estavam a gestão integrada de recursos hídricos, a conservação da biodiversidade, a adaptação climática e a proteção aos povos indígenas. A oficina buscou estabelecer caminhos para uma melhor e mais eficiente coordenação interinstitucional para a implementação dos projetos da OTCA no país. Para tanto, o encontro teve como objetivo a elaboração de um plano de trabalho [11].

Poucos dias depois, no dia 21 de dezembro, o Ministério de Relações Exteriores da Bolívia assinou a ata de doação de cinco Plataformas de Coleta de Dados entre o Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia e a Secretaria Permanente da OTCA. A doação faz parte do projeto Amazonas: Acción Regional en el Área de Recursos Hídricos – Fase II, implementado pela OTCA em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA). As cinco estações foram instaladas nos departamentos de Pando, Beni e Santa Cruz. Os equipamentos irão fornecer informações hidrológicas em tempo real [12].

Ainda no plano multilateral, a Bolívia apresentou, na Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, uma opinião consultiva sobre as obrigações estatais frente à mudança do clima. A fala do representante boliviano foi focada nas crises estruturais que levam à mudança do clima, como a crise do capitalismo, e nas obrigações financeiras e políticas do Norte frente ao Sul [10].

Apesar das ações de política externa do Executivo, a deputada María René Álvarez, do partido Creemos, anunciou que está dando início a uma campanha internacional contra os governos do Movimento ao Socialismo (MAS), partido do atual presidente, Luis Arce, e do ex-presidente Evo Morales, acusando-os de ecocídio em função, sobretudo, da degradação ambiental sofrida na Amazônia [4]. Poucos dias depois, Javier Palummo, relator de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), realizou uma visita à Bolívia com o objetivo de avaliar os efeitos dos incêndios florestais no país [5]. Os trabalhos do relator foram iniciados com a realização do *Diálogo Abierto sobre Prevención de Incendios Florestales* no dia 9 de dezembro, realizado na chancelaria, em La Paz, que contou com a participação de diversos atores institucionais. Em seguida, as

atividades do relator foram realizadas no departamento de Santa Cruz e contaram com a participação ativa de movimentos sociais [6].

Após um ano marcado por enormes impactos da crise climática e da degradação ambiental, uma série de mobilizações importantes por parte de movimentos sociais, povos indígenas e sociedade civil organizada também marcou a agenda política da Amazônia boliviana em dezembro. A Central dos Povos Indígenas de La Paz denunciou que o governo Arce pretende desmobilizar a reserva florestal de Iturralde, na região amazônica do departamento de La Paz, para permitir o ingresso de novos assentamentos e atividades produtoras de desmatamento. De acordo com a denúncia, a desmobilização da reserva florestal é uma solicitação do *Ministerio de Desarrollo Rural y Tierras ao Ministerio de Medio Ambiente y Agua*. A justificativa do órgão para a medida foi a geração de um polo econômico de desenvolvimento agrícola na região [1].

Ainda sobre áreas protegidas, organizações populares e povos indígenas seguiram criticando o avanço da indústria petroleira sobre Tariquía, denúncia que já vem sendo realizada há anos [2]. Além disso, ao longo do mês, também foram realizadas denúncias de grande impacto, lideradas pela plataforma Mongabay, sobre desvio ilegal de diesel para ser usado como combustível para a mineração ilegal de ouro na Amazônia boliviana [3].

## Referências

[1] Disponível em: <https://www.noticiasfides.com/cuidado-de-la-casa-comun-denuncian-que-el-gobierno-quiere-desmovilizar-la-reserva-forestal-iturralde-para-nuevos-asentamientos-y-deforestacion>

[2] Disponível em: <https://ipsnoticias.net/2024/12/pueblos-indigenas-de-bolivia-tejen-su-resistencia-ante-busqueda-frenetica-de-hidrocarburos/>

[3] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2024/12/millonario-desvio-del-diesel-a-mineria-del-oro-en-amazonia-boliviana/>

[4] Disponível em: <https://fmbolivia.com.bo/02/12/2024/diputada-maria-rene-alvarez-lanza-campana-internacional-contr-el-mas-por-ecocidio-en-bolivia/>

[5] Disponível em: <https://lapatria.bo/2024/12/09/relator-de-la-cidh-visita-bolivia-para-evaluar-impacto-de-los-incendios-forestales/>

[6] Disponível em: [https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/09/19558/?fbclid=IwY2xjawH2jj9leHRuA2FlbQIxMAABHY-9dAWXE200sqNzbza9KcCBK2ogrhBr5wy-xyM1RrQjJ3oNC1P383dcQw\\_aem\\_Qy1PhY\\_d-cNc4VbNIVCe1g](https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/09/19558/?fbclid=IwY2xjawH2jj9leHRuA2FlbQIxMAABHY-9dAWXE200sqNzbza9KcCBK2ogrhBr5wy-xyM1RrQjJ3oNC1P383dcQw_aem_Qy1PhY_d-cNc4VbNIVCe1g)

[7] Disponível em: <https://ahoraelpueblo.bo/index.php/nacional/sociedad/bolivia-y-brasil-refuerzan-su-compromiso-y-alianza-para-protoger-a-los-pueblos-indigenas-y-la-amazonia>

[8] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/12/lula-discute-projetos-de-integracao-com-a-bolivia-em-bilateral-com-luis-arce>

[9] Disponível em: [https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/05/19462/?fbclid=IwY2xjawH2jtNleHRuA2FlbQIxMAABHSweZ65-RIPuFlTRron5LPQaSzRqHScx8bDyxF511Vrj4N1w6eWvxfDxSQ\\_aem\\_xzKYma2Fh5XHpWmlX616eQ](https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/05/19462/?fbclid=IwY2xjawH2jtNleHRuA2FlbQIxMAABHSweZ65-RIPuFlTRron5LPQaSzRqHScx8bDyxF511Vrj4N1w6eWvxfDxSQ_aem_xzKYma2Fh5XHpWmlX616eQ)

[10] Disponível em: [https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/04/19436/?fbclid=IwY2xjawH2jwNleHRuA2FlbQIxMAABHXtcDuuyxFvPCSCcfVCYNA-E75zA9AF\\_1RxzrLHPmp6vRITBG1q2H49NQ\\_aem\\_WE1iZOrgGxXSLuWCTae3ZQ](https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/04/19436/?fbclid=IwY2xjawH2jwNleHRuA2FlbQIxMAABHXtcDuuyxFvPCSCcfVCYNA-E75zA9AF_1RxzrLHPmp6vRITBG1q2H49NQ_aem_WE1iZOrgGxXSLuWCTae3ZQ)

[11] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/18/19712/>

[12] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/20/19729/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O final do ano de 2024 foi marcado pela divulgação de dados negativos sobre os impactos das mudanças climáticas na Amazônia brasileira, que evidenciaram a necessidade de incrementar esforços políticos para enfrentá-las. Em dezembro, a Agência Nacional de Águas (ANA) decretou estado de escassez hídrica, pela primeira vez em 100 anos de medição, em cinco afluentes do rio Amazonas simultaneamente: os rios Madeira, Purus, Tapajós e Xingu [1]. Por sua vez, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) informou que, no período de um ano, detectou 140.328 focos de incêndio (causados por ação humana e agravados pela seca histórica), o que significou um aumento de 42% em relação a 2023 e o maior número desde 2007 [2].

O MapBiomas acrescentou que a área queimada por incêndios no Brasil cresceu 90% entre janeiro e novembro de 2024, em relação ao mesmo período do ano passado, sendo que 57% dos 30 milhões de hectares queimados estavam na Amazônia [3]. Finalmente, segundo o observatório europeu Copernicus, as emissões totais associadas a incêndios na Amazônia Legal brasileira contabilizaram 176,6 MtCO<sub>2</sub> em 2024, o valor mais alto desde 2010 [4]. Estes dados salientam que os incêndios florestais se tornaram um tipo de desastre socionatural crescente na região, contrastando com a redução em cerca de 30% do desmatamento florestal registrado em 2024 pelo INPE, dado este que significou a menor quantidade de área desmatada em nove anos [2].

Balanços negativos também foram emitidos a respeito do combate à criminalidade na Amazônia Legal. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o número de cidades onde as organizações Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital passaram a atuar foi, respectivamente, de 130 (eram 58 em 2023) e 28 (mesmo número do ano passado). Esta presença esteve associada a um aumento de desmatamentos, disputas fundiárias, narcotráfico, garimpo ilegal, contrabando de madeira, pesca predatória e uma taxa de homicídio de 32,3 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes (41,5% maior do que a taxa nacional) [5]. No que se refere especificamente ao garimpo ilegal, o Greenpeace Brasil divulgou que a atividade ocupa quase 14 mil hectares em 15 áreas protegidas da Amazônia [6].

A despeito destes dados, a região não recebeu atenção significativa nas agendas políticas da presidência da República e do Ministério de Relações Exteriores em dezembro. No entanto, cabe registrar o anúncio do Ministério das Comunicações de que iniciará, em janeiro de 2025, uma obra de R\$ 268 milhões para implantar 1,1 quilômetro de cabos de fibra ótica para levar internet de banda larga a 13 cidades da floresta amazônica, conectando 85 escolas públicas, 12 hospitais e sete centros de pesquisa. A obra será implantada por meio de uma plataforma fluvial sob as águas do rio Amazonas, desde Tefé (AM) até Atalaia do Norte (AM), passando por Tabatinga (AM), na fronteira com a Colômbia e o Peru [7].

## Referências

[1] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/12/seca-recorde-impoe-estado-de-escassez-hidrica-inedito-no-brasil-com-5-bacias-em-pior-nivel.shtml>

[2] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/01/01/>

[amazonia-legal-bateu-recorde-de-incendios-em-17-anos.htm](#)

[3]Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/12/16/area-queimada-no-brasil-ate-novembro-quase-dobra-em-relacao-a-2023-e-e-recorde-nos-ultimos-seis-anos/>

[4]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/12/08/incendios-na-amazonia-e-pantanal-puxam-recorde-de-emissoes-de-carbono-em-2024/>

[5]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/12/11/cv-domina-130-cidades-da-amazonia-legal-pcc-atua-em-28-diz-forum.htm>

[6]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/12/16/garimpo-ilegal-ocupa-quase-14-mil-hectares-em-unidades-de-conservacao-na-amazonia/>

[7]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2024/12/governo-inicia-obra-de-r-268-mi-para-levar-banda-larga-a-floresta-amazonica.shtml>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Em dezembro de 2024, a Colômbia reforçou sua estratégia para o combate ao desmatamento. O tema não teve destaque nas agendas do Presidente da República e do Ministério de Relações Exteriores, mas cabe destacar ações promovidas pelo Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o âmbito doméstico. Em entrevista no dia 16 de dezembro, a ministra Susana Muhamad afirmou que a principal responsabilidade colombiana é parar este tipo de atividade e restaurar o ecossistema do país [1]. O combate ao crime organizado, de acordo com a ministra, é parte importante da contenção do desmatamento, que também envolve a participação da população no estabelecimento de uma economia sustentável alternativa [1].

No dia 2 de dezembro, a ministra apresentou medidas para fortalecer a bioeconomia junto ao setor empresarial colombiano [2]. A Colômbia terá como meta para 2030 o crescimento da bioeconomia até que ela represente 3% do total do PIB nacional. Atualmente, a bioeconomia colombiana representa 0,8% do PIB. Quatro propostas fazem parte da estratégia anunciada para alcançar a meta. A primeira, Empresa Âncora, reconhece empresas de destaque para a transformação produtiva colombiana. Na ocasião, a petroleira nacional Ecopetrol foi selecionada como primeira empresa âncora do país, como resultado de seu projeto EcoRuta, que formou mais de 3 mil famílias em sustentabilidade empresarial, economia circular, cálculo de pegada de carbono, entre outras estratégias para conservar a biodiversidade [2]. A segunda proposta é a Obra por Impostos, que permite que as empresas destinem até 50% de seus impostos para projetos de impacto territorial em zonas afetadas pelo conflito armado e em departamentos amazônicos [3]. A terceira, Colômbia Compra Eficiente, é um compromisso do governo em priorizar empresas âncoras e negócios verdes nas compras públicas. A última medida, Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), é um incentivo econômico que reconhece os serviços ambientais de proprietários ou ocupantes de terras em ações de preservação e restauração das áreas [4]. Na estratégia atual, a ministra colombiana quer ampliar o PSA de turismo [2].

No dia 17 de dezembro, Muhamad também anunciou que, em 2024, as autoridades colombianas desarticularam grandes estruturas criminais de mineração e desmatamento [4]. A Operação Amazônia, no Parque Nacional Natural de Chiribiquete, realizada em agosto de 2024, destruiu laboratórios e pontes das redes criminais, enfraquecendo o sistema operacional do crime organizado na região [5]. Em novembro de 2024, a Operação Binacional

entre Rotas, desarticulou redes de extração ilegal de madeira na Amazônia e em outros ecossistemas colombianos [5]. A Polícia Nacional pretende intensificar o trabalho no combate ao desmatamento e mineração ilegal por meio da implementação de um indicador de Proteção Ambiental para acompanhar os resultados na área [5].

## Referências

[1]Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2024-12-16/susana-muhamad-ministra-de-ambiente-no-pienso-dejar-el-gabinete-me-inclino-a-terminar-la-tarea-de-fondo.html>

[2]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-lanza-iniciativas-para-fortalecer-la-bioeconomia-de-la-mano-con-el-sector-empresaria/>

[3]Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Con-Obras-por-Impuestos-se-han-aprobado-3-billones-para-inversion-en-municipios-mas-afectados-241202.aspx>

[4]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/negocios-verdes/programa-nacional-de-pagos-por-servicios-ambientales/>

[5]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-desarticula-grandes-estructurales-criminales-de-mineria-ilegal-y-deforestacion/>

## Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Ações políticas do Equador para sua região amazônica seguiram fortemente marcadas por cooperações internacionais. No dia 5 de dezembro, o governo do país ampliou em 88 mil hectares a área de proteção de bosques nativos na província de Sucumbíos através de um adendo ao convênio de conservação entre o *Proyecto Socio Bosque II e o Centro Cofán Zabalo* [1]. A área receberá um montante de US\$ 146 mil para a manutenção do desenvolvimento local e da conectividade ecológica em setores-chave, como a proteção dos recursos naturais e regulação do ciclo da água. Os recursos foram obtidos pelo Programa REM, iniciativa que impulsiona o conceito de pagamento por resultados, assistidos pelos governos da Alemanha e da Noruega e administrados pelo Fundo de Investimento Ambiental Sustentável (FIAS), que visa a redução da emissão de gases de efeito estufa.

No dia 9 de dezembro, foi anunciado que o Programa PROAmazonía, conduzido pelo Executivo Nacional em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), recebeu o prêmio internacional Príncipe Talal (US\$400mil), outorgado pelo Programa do Golfo Árabe para o Desenvolvimento (AGFUND) [3]. A cerimônia ocorreu durante a Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação realizada em Riad, Arábia Saudita. Com o valor do prêmio, a Associação Indígena Shuar “Sevilla Don Bosco” participará de ações de fortalecimento comercial e revitalização do mercado comunitário NUNKUI, capacitações sobre práticas sustentáveis e gestão de resíduos, interculturalidade, gênero, conservação florestal, produção sustentável e restauração florestal.

No mesmo dia, a província de Morona Santiago foi contemplada, pelo Executivo nacional, com a ampliação do *Refugio de Vida Silvestre Machángara – Tomebamba y del Parque Nacional Río Negro – Sopladora* [2]. Almejando a melhoria das condições ecológicas da região, a ampliação do acesso à água e a geração de energia hidroelétrica no *Complejo Hidroeléctrico*

de Paute, a decisão busca reverter a crise hídrica enfrentada pelo Equador no último ano. O anúncio contou com a participação de instituições governamentais, autoridades locais, comunidades e organizações da sociedade civil equatorianas.

Em 17 de dezembro, o presidente equatoriano, Daniel Noboa, anunciou uma operação de conversão de dívida pela conservação de cursos de água doce e de território florestal na região amazônica. A negociação, feita junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), permitiu que o país renegociasse o valor de 1,53 bilhão de dólares, através da captação de um empréstimo com melhores condições, no valor de 1 bilhão de dólares. A operação permitirá que o país economize cerca de 800 milhões de dólares em pagamentos do serviço da dívida pelos próximos dez anos [7]. A medida permitirá que iniciativas de conservação e proteção de ecossistemas e biodiversidade na região amazônica, como o Biocorredor Amazônico, sejam financiados no país. Estima-se que os recursos serão utilizados para melhorar a gestão de 4,6 milhões de hectares de áreas protegidas existentes hoje no Equador, proteger outros 1,8 milhões de hectares de florestas e zonas úmidas e conservar 18 mil quilômetros de cursos fluviais.

É previsto que cerca de 460 milhões de dólares serão aplicados em projetos sustentáveis na região nos próximos anos, contando com apoio financeiro e técnico do BID, que forneceu uma garantia parcial de liquidez de 155 milhões de dólares. Além do BID, contribuíram com o projeto a ONG *The Nature Conservancy* e a Agência Financeira para o Desenvolvimento Internacional do governo dos EUA, que forneceu um seguro contra riscos políticos de 1 bilhão de dólares.

No dia 27 de dezembro, o Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE), em conjunto com o Ministério de Energia e Minas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), apresentou o projeto planetGOLD Equador [8]. Com oficinas nas províncias de Zamora Chinchipe, Cotopaxi e Loja, o objetivo é conscientizar a população e as autoridades locais sobre a redução do uso do mercúrio na mineração artesanal e de pequena escala (MAPE) de modo a garantir uma produção mais eficiente e com menor impacto ambiental.

Todas estas iniciativas concorreram, no início de dezembro, com o ativismo de diversos movimentos sociais que iniciaram uma campanha contra a construção de um presídio de segurança máxima na região amazônica de Archidona, na província de Napo. O projeto pretende expandir uma carceragem pré-existente com capacidade para 300 presos, usada para acomodar condenados por crimes menores e atualmente superlotada. A população da vila de Archidona, com pouco mais de 8 mil habitantes, teme que o novo presídio, com capacidade prevista para cerca de 800 a 1000 prisioneiros, coloque em risco a segurança da comunidade e impacte a economia local, dependente de atividades ligadas à agricultura e ao turismo ecológico [4].

Representantes de populações Kichwa, da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) e da Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazonia Equatoriana (COFENIAE) fizeram um cerco à sede do governo municipal de Archidona e ocuparam o prédio no dia 12 de dezembro, após quase duas semanas de protestos. Os indígenas apontam que os níveis de criminalidade e violência na região aumentaram na localidade desde a pandemia da COVID-19, principalmente pela intensificação de atividades de garimpo ilegal, e acreditam que a construção do complexo prisional só agravará a insegurança na região.

Os Kichwa reivindicam que a região seja convertida em um geoparque para a preservação do patrimônio cultural reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a



Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). No mesmo dia, a Assembleia Nacional aprovou uma resolução que insta o Presidente da República e a autoridade prisional do país a desistirem da iniciativa de construção do presídio em Archidona, com 95 dos 137 votos [5]. Após duas semanas de intensos protestos, o governo equatoriano anunciou, no dia 16 de dezembro, que buscará outra localidade para construir o sistema prisional [6].

## Referências

[1]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-proyecto-socio-bosque-ii-del-maate-y-el-centro-cofan-zabalo-protogen-mas-de-88-mil-nuevas-hectareas-de-bosque-nativo-de-sucumbios-para-mitigar-el-cambio-climatico/>

[2]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/con-la-ampliacion-a-107-mil-hectareas-bajo-conservacion-en-dos-areas-protegidas-el-maate-fortalece-el-desarrollo-sostenible-en-el-sur-de-ecuador/>

[3]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/ecuador-recibio-el-premio-principetalal-por-su-trabajo-con-las-comunidades-amazonicas-y-la-conservacion-ambiental/>

[4]Disponível em: <https://elpais.com/america/2024-12-16/furia-indigena-contralos-planes-de-daniel-noboa-no-a-la-megacarcel-en-la-amazonia.html>

[5]Disponível em: <https://www.telesurtv.net/congreso-de-ecuador-pide-al-presidente-desistir-de-la-construccion-de-una-carcel-en-la-amazonia/>

[6]Disponível em: <https://www.eltiempo.com/mundo/latinoamerica/ecuador-desiste-de-construir-megacarcel-de-maxima-seguridad-en-la-amazonia-3409663>

[7]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/gobierno-de-noboa-logra-historica-conversion-de-deuda-y-reduce-usd-800-millones-hasta-2035-para-conservar-la-amazonia/>

[8]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-proyecto-planetgold-ecuador-impulsado-por-el-maate-desarrollo-tres-talleres-en-las-provincias-de-zamora-chinchipecotopaxi-y-loja/>

## Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 4 de dezembro, a embaixadora da China para a Guiana, Guo Haiyan, fez um pronunciamento no qual celebrou o crescimento de 31% nas relações comerciais entre os dois países. Os valores alcançaram cerca de US\$ 800 milhões no primeiro semestre de 2024 em comparação com o mesmo período do ano anterior. A embaixadora, que está na Guiana desde 2021, afirmou que a cooperação entre os países pode ser agrupada em três palavras-chave: confiança, determinação e paciência. Guo Haiyan retornou à China depois de cumprir três anos de serviço na Guiana [1][2].

O primeiro-ministro da Guiana, Mark Phillips, esteve presente na cerimônia. Em discurso, ressaltou o aniversário de 50 anos de laços diplomáticos entre os dois países, além de afirmar que a Guiana continuará sendo uma forte apoiadora do *One China Policy*<sup>71</sup>. Phillips também destacou a importância estratégica da iniciativa Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*), cuja participação por parte da Guiana cria condições para maiores aproximações

71 One China Policy refere-se à perspectiva chinesa sobre a existência de uma única China. Concretamente, o Estado chinês considera que Taiwan é uma parte da China e não um Estado autônomo, da mesma forma que Hong Kong, por mais que esta seja oficialmente uma região administrativa especial.

bilaterais. Projetos de infraestrutura como a construção da ponte Wismar-Mackenzie e o programa de energia solar *Guyana Utility-Scale Photovoltaic Programme* contam com participação chinesa e são exemplos da parceria estratégica entre os países. Por fim, Phillips também falou sobre a importância que a China possui para a transição verde da economia guianesa via transferência de tecnologia [1][2][3].

Dois eventos que envolvem disputas por fronteira na região amazônica também aconteceram no mês de dezembro, um em relação à Venezuela e outro ao Suriname. Sobre o primeiro, a Guiana protestou contra uma ponte construída por militares venezuelanos para ligar o território da Venezuela à ilha Ankoko. A ilha é dividida entre os dois países, segundo a arbitragem de 1899 e o acordo de fronteiras de 1905, de forma que as denúncias realizadas pela Guiana apontam para uma violação da linha divisora por parte da Venezuela [4]. Por sua vez, a segunda questão refere-se a uma nota de protesto emitida pelo governo do Suriname após uma declaração do presidente da Guiana, Irfaan Ali, sobre a construção de uma pista de pouso na região do Tigri, cuja legitimidade territorial não possui consenso entre os dois Estados [5].

### Referências

[1]Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2024/12/05/news/guyana/trade-between-guyana-and-china-up-by-31/>

[2]Disponível em: [https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zwbd/202412/t20241218\\_11501352.html](https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zwbd/202412/t20241218_11501352.html)

[3]Disponível em: <https://newsroom.gy/2024/12/05/china-guyana-trade-skyrockets-to-us800-million-at-half-year/>

[4]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/12/23/guyana-protests-as-venezuela-builds-bridge-on-ankoko-island/>

[5]Disponível em: <https://gov.sr/suriname-verwacht-spoedig-reactie-guyana-over-protestnota-tigrigebied-2/>

### Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

O tema ambiental ocupou um espaço importante na agenda do poder Executivo peruano no mês de dezembro. No dia 3, houve a assinatura de um Memorando de Entendimento entre o Peru e a Finlândia para cooperação nas áreas de economia circular, bioeconomia, biodiversidade e combate às mudanças climáticas [1]. O objetivo do acordo que vem sendo elaborado é promover um modelo de desenvolvimento sustentável que minimize impactos ambientais de investimentos e valorize os recursos naturais e a biodiversidade; implementar medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas; e avançar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A cooperação terá duração de cinco anos e pretende alcançar as metas estabelecidas por meio do incentivo a educação, capacitação, intercâmbio de conhecimentos, desenvolvimento de redes internacionais e apoio a projetos multilaterais.

Além do memorando com a Finlândia, o governo peruano firmou acordos de conservação com comunidades amazônicas da Reserva Nacional Pacaya Samiria para proteger os ecossistemas locais [2]. A iniciativa destaca-se pelo financiamento de projetos sustentáveis

e pela distribuição de equipamento. Foram entregues à comunidade cheques no valor total de S/ 400.000 por meio do programa Empreendedores por *Naturaleza do Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado* (Sernanp), além de embarcações, motores e redes para associações de pescadores que possuem autorização de pesca.

No que tange às mudanças climáticas, o Peru fortaleceu parcerias com Alemanha, Noruega e Reino Unido por meio da Declaração Conjunta de Intenção (DCI), voltada para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) [3]. Durante uma reunião que ocorreu em 16 de dezembro, além de apresentar os principais progressos da DCI, o Ministro do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro, reafirmou o compromisso do governo em reduzir emissões de GEE e promover desenvolvimento sustentável, especialmente na Amazônia. Para isso, comprometeu-se em realizar ações de combate a atividades ilegais por meio de postos de controle em áreas protegidas e ações voltadas para a redução das desigualdades sociais. Cabe destacar que, nessa reunião, a vice-ministra Raquel Soto enfatizou o papel da cooperação internacional na preservação da Amazônia peruana.

Como estratégia de financiamento para o desenvolvimento e proteção da Amazônia peruana, o Ministério do Meio Ambiente do Peru (Minam), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desenvolveu o Programa para Bionegócios, que entre 2023 e 2024 mobilizou S/ 18.933.330 [4]. O programa visa a promover negócios que integrem critérios ambientais, sociais e econômicos. Pretende, até 2027, mobilizar US\$ 20.000.000 em créditos e garantias, consolidando uma economia verde e resiliente na Amazônia peruana.

Outro avanço promissor do Minam foi o lançamento do “Guia para a Avaliação Econômica de Medidas de Adaptação e Mitigação ao Cambio Climático”, regulamentada pela Resolução Ministerial n.º 00436-2024-MINAM [5]. O objetivo dessa resolução é otimizar o investimento público e privado em iniciativas contra as mudanças climáticas. Como prioridade para receber financiamentos estão setores de alto impacto, como energia, transporte, agricultura e silvicultura. Com isso, busca-se alinhar projetos às Contribuições Determinadas Nacionalmente (NDCs) do Peru, que incluem reduzir 30% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050, podendo chegar a 40% de redução com financiamento internacional. Paralelamente, o Minam também lançou um projeto de norma para a Estratégia de Financiamento Climático (EFC) [6]. Conforme a Resolução Ministerial n.º 00440-2024-MINAM, essa estratégia busca ampliar os recursos financeiros destinados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas como incentivo para mobilizar outras fontes públicas, privadas e internacionais. A sociedade pode participar desse processo enviando sugestões.

Por fim, o ministro Juan Carlos Castro fez um balanço do órgão ambiental em 2024, destacando os principais resultados do país voltados à sustentabilidade e à melhoria da qualidade de vida da população [7]. Entre os principais resultados, destacou a simplificação e aceleração da legislação ambiental; o investimento na gestão de resíduos sólidos; a conservação de ecossistemas; a implementação de políticas a longo prazo para o enfrentamento das mudanças climáticas e promoção da biodiversidade biológica; as iniciativas de inclusão e desenvolvimento sustentável; a regulamentação dos índices de nocividade de combustíveis para melhoria da qualidade do ar; e, a mobilização de recursos para a conservação e recuperação de ecossistemas.

Entretanto, cabe registrar que o impacto de políticas ambientais e a crescente influência de economias ilegais, como a mineração aurífera, foram um desafio para o país ao ampliarem problemas ambientais em 2024 [8]. A “lei antiflorestal” e mudanças em normas de segurança

e fiscalização foram controversas no Peru, pois facilitaram o desmatamento e facilitaram atividades criminosas. Além disso, o número de incêndios florestais no país atingiu níveis alarmantes e afetaram diversas regiões. Como resultado negativo dessa política ambiental, chama-se atenção também para a morte de defensores ambientais e líderes indígenas, com suspeitas de envolvimento de mineradores ilegais e traficantes.

### Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1068825-peru-y-finlandia-realizaran-acciones-conjuntas-frente-al-cambio-climatico>

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1071621-gobierno-firma-acuerdos-de-conservacion-con-comunidades-amazonicas-de-la-reserva-nacional-pacaya-samiria-para-proteger-ecosistemas>

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1077041-peru-alemania-noruega-y-reino-unido-fortalecen-vinculos-de-cooperacion-frente-al-cambio-climatico>

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1082160-minam-impulsa-la-movilizacion-de-recursos-financieros-para-enfrentar-el-cambio-climatico>

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1080128-gobierno-busca-optimizar-la-inversion-publica-y-privada-en-iniciativas-frente-al-cambio-climatico>

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1079179-mas-de-s-18-900-000-moviliza-el-minam-para-apoyar-a-negocios-sostenibles-de-nuestra-amazonia>

[7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1083921-ministro-juan-carlos-castro-destaca-los-avances-y-logros-del-sector-ambiente-en-2024>

[8]Disponível em: <https://www.ecoticias.com/eco-america/peru-2024-desastre-medio-ambiente>

### Suriname

Por Guilherme Fritz

Não foram registradas ações políticas relevantes para a Pan-Amazônia no período.

### Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

No mês de dezembro, a agenda política venezuelana relacionada à Amazônia se manteve ligada a denúncias da ONG SOS Orinoco sobre atividades de mineração ilegal na região. No dia 13 de dezembro, a ONG denunciou a presença de balsas e dragas de mineração no rio Cunucunuma, no território indígena de Ye'kwuana, no estado do Amazonas. O rio está localizado no Parque Nacional Duida-Marahuaka, em uma área protegida da Reserva de Biosfera Alto Orinoco. A mineração ilegal gera a contaminação, por mercúrio, dos rios e peixes que alimentam as comunidades indígenas do local [1].

Além disso, no último dia do ano, foi divulgado pela mídia venezuelana que relatórios climáticos de cinco organizações independentes, publicados ao longo de 2024, constataram que a Venezuela foi um dos países mais afetados pelo calor, pela seca severa e por doenças



transmitidas por mosquitos. Cidades venezuelanas como Caracas, Barquisimeto, Valencia e Maracaibo experimentaram mais dias de calor provocados pelas mudanças climáticas. Além disso, monitoramentos por satélites realizados pela NASA mostraram que, no último trimestre de 2024, os rios da costa do estado Amazonas alcançaram níveis históricos mínimos, em decorrência da seca intensa e generalizada que assola essa parte da região amazônica da Venezuela [2].

Em um tema relacionado ao agravamento de secas, entre 2 e 13 de dezembro, ocorreu a 16ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (COP-16 – UNCCD), em Riad, na Arabia Saudita. A delegação da Venezuela foi composta pelo vice ministro de Serviço de Gestão do Ambiente do Ministério de Ecosocialismo, Hernán Toro; o embaixador na Arabia Saudita, David Velásquez; o coordenador nacional da UNCCD, Franklin Linares; a correspondente de Ciência e Tecnologia para a UNCCD, Saida Rivero; e a primeira secretaria do Vice Ministério de Temas Multilaterais de Ministério das Relações Exteriores, Fabiola Mendoza. Em suas intervenções, a Venezuela destacou a necessidade de aliar ações de combate à seca com oportunidades de financiamento, de modo alinhado à Sexta Transformação Ecológica do programa político do país para o período 2025-2031 [3].

### Referências

[1]Disponível em: <https://www.elimpulso.com/2024/12/13/sos-orinoco-reporta-la-presencia-de-mineria-ilegal-en-el-rio-cunucunuma-de-amazonas-13dic/>

[2]Disponível em: <https://efectococuyo.com/cambio-climatico/cinco-reportes-climaticos-de-2024-que-advierten-mas-calor-en-venezuela/>

[3]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/politica/196638/venezuela-participa-en-la-conferencia-cop16-de-riad-en-arabia-saudita>

### OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Entre os dias 10 e 12 de dezembro, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) sediou o Primeiro Workshop Regional do Grupo Técnico de Trabalho da Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF) [1]. Reunindo especialistas dos oito países membros, o encontro discutiu o desenvolvimento de um protocolo operacional conjunto, além de um programa regional de capacitação e uma estratégia de comunicação para informar sobre os impactos do fogo na Amazônia.

O Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, falou sobre a importância do trabalho coletivo na construção do modelo, enquanto o presidente da RAMIF e Embaixador do Equador no Brasil, Carlos Velástegui, apontou o aumento dos incêndios florestais em 2024, mostrando que houve um crescimento de 150% em relação ao ano anterior. Carlos Salinas, Coordenador de Meio Ambiente da OTCA, argumentou que a ação coordenada entre os países da região é a melhor solução no combate aos incêndios florestais causados pelo desmatamento e pelas secas extremas.

A primeira-secretária para o Desenvolvimento Sustentável e Florestas da Embaixada da Alemanha no Brasil, Franziska Tröger, elogiou a RAMIF e sinalizou a relevância da cooperação internacional para o projeto. Os resultados do workshop serão apresentados na próxima reunião da RAMIF, que ocorrerá no Equador, em 2025, e na COP 30, em Belém.

O encontro é apoiado pelo projeto CoRAMazonia, cofinanciado pela Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (DEZA, na sigla em alemão) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

#### Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/amazonia-em-acao-inicia-em-brasilia-a-primeira-reuniao-do-grupo-tecnico-da-ramif-2/>

